

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA – UERR
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RORAIMA - IFRR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA EM ADOLESCENTES
CAMPESINOS DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DO SUL
DO ESTADO DE RORAIMA

VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS

Dissertação
Mestrado em Educação
Boa Vista – RR
2019



VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS

**NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA EM ADOLESCENTES
CAMPELINOS DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DO SUL
DO ESTADO DE RORAIMA**

Texto apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima (UERR) em colaboração com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

Linha de Pesquisa: Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Lopes.

Boa Vista - RR
2019

Copyright © 2019 Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR
Coordenação do Sistema de Bibliotecas
Multiteca Central
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR
Telefone: (95) 2121.0945
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V331n Vasconcelos, Vanessa Rufino Vale.

Níveis de atividade física em adolescentes camponeses de uma escola de tempo integral do sul do Estado de Roraima. / Vanessa Rufino Vale Vasconcelos. – Boa Vista (RR) : UERR, 2019.
177 f. : il. Color 30 cm.

Texto apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima (UERR) em colaboração com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), na linha de pesquisa: Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Luiz Lopes.

1. Adolescentes 2. Educação do Campo 3. Educação Integral
4. Nível de Atividade Física 5. Saúde I. Lopes, Sérgio Luiz (orient.)
II. Universidade Estadual de Roraima – UERR III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRR IV. Título

UERR.Dis.Mes.Edu.2019.18

CDD – 370.19346 (19. ed.)

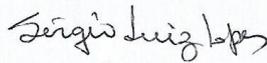
FOLHA DE APROVAÇÃO

VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 21 / 11 / 2019.

Banca Examinadora



PROF. DR. SÉRGIO LUIZ LOPES
Orientador
UFRR



PROF^a. DR^a. MARISTELA BORTOLON DE MATOS
Membro Titular Interno
IFRR



PROF^a. DR^a. SHEILA DE FATIMA MANGOLI ROCHA
Membro Titular Externo
UFRR

Boa Vista – RR

2019

*A Deus,
por ser a luz do meu caminho; aquele que me guia, mesmo na escuridão.*

*Ao meu filho, Victor Lorenzo,
por sempre me amparar com seu amor sincero e inocente.*

*Aos professores do campo,
pela resistência, pelo compromisso e pela luta por uma educação do campo de qualidade.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me sustentar em todos os momentos desta caminhada.

Ao *Campus* Novo Paraíso (CNP), em especial ao Diretor Geral Eliezer Nunes Silva, pelo apoio e pela liberação de afastamento para que eu pudesse me qualificar e desenvolver esta pesquisa.

À Universidade Estadual de Roraima (UERR) e ao Instituto Federal de Roraima (IFRR), por disponibilizar uma formação de qualidade, com compromisso, respeito e ética, e por me oportunizar dela participar.

Ao meu orientador, Dr. Sérgio Luiz Lopes, a quem tenho muito respeito e admiração, e que, pacientemente, sempre buscou potencializar minhas habilidades, desempenhando um papel fundamental para o meu desenvolvimento; por me ensinar que a disciplina, o empenho e o zelo são muito importantes para a construção do conhecimento; por sempre estar disponível para corrigir textos, orientar, tirar dúvidas e compartilhar sua experiência profissional, possibilitando-me um aprendizado significativo. Obrigada por tudo!

À professora Dr^a. Maristela Bortolon de Matos, por tanto ter contribuído em toda a minha formação acadêmica. Obrigada pela zelo, por ser um espelho de empenho, capacidade técnica, compromisso e bom humor.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UERR/IFRR), em especial aos que nos acompanharam nas disciplinas, Dr. Elialdo Rodrigues de Oliveira, Dr^a. Alessandra Peternella, Dr^a. Ênia Maria Ferst, Dr^a. Maristela Bortolon de Matos, Dr. Devair Antônio Fiorotti, Dr. Sérgio Luiz Lopes, Dr^a. Jaci Lima da Silva, Dr. Ednaldo Coelho Pereira e Dr^a. Nilra Jane Filgueira Bezerra por compartilharem conosco seus conhecimentos.

Ao Diretor de Ensino do CNP, Marconi Bomfim de Santana, assim como aos Coordenadores de Curso, por contribuírem com as informações necessárias e por ajudarem na dinâmica junto aos adolescentes participantes da pesquisa.

Aos adolescentes participantes da pesquisa, pelas informações fornecidas, necessárias para atingir os objetivos deste trabalho, e aos seus pais, por autorizarem a participação de seus filhos. Vocês foram fundamentais em todo o processo!

Aos membros da banca de qualificação e de defesa, Dr^a. Sheila de Fátima Mangoli Rocha, Dr^a. Maristela Bortolon de Matos e Dr. Lucas Portilho Nicoletti, pelas considerações, sugestões e críticas, que contribuíram sobremaneira para esta pesquisa.

À minha amiga Ivana Marques Marzano, por me incentivar a fazer o mestrado, ajudar e acompanhar em vários aspectos da vida; pela sensibilidade e pelo respeito com a educação. Admiro sua capacidade de altruísmo e justiça. Sua amizade é muito importante para mim.

Ao amor da vida da mamãe, Victor Lorenzo Vale Vasconcelos, que sempre estive comigo em quase todos os momentos de estudo, enquanto eu lia e escrevia, ele ficava sempre por perto e dizia: “Mamãe, faz tudo bem bonito para o seu professor dar uma carinha feliz!”; por ser meu potinho de amor e descanso; por suportar as muitas viagens e ausências neste período.

Ao meu marido Eurico Vasconcelos, pela paciência, compreensão e apoio.

Aos meus cunhados Ednaldo Vasconcelos e Rosilane de Cássia Araújo, por me acolherem em sua casa durante todas as minhas idas à Boa Vista, para estudo, pelas caronas, pelo amparo e incentivo, enfim, por todo o suporte.

Ao meu cunhado Arnaldo Vasconcelos, que, por vários períodos, deixou de estar com sua esposa e seus filhos para cuidar da minha família, para que eu pudesse estudar.

Aos colegas da turma 2018.1 do Mestrado, amigos que ficarão para toda a vida, Ângelo, Bruna, Élide, Gisely, Graciete, José, Lysne, Marilene, Mary Jane, Missiane, Marquiza, Tânia, Sâmella, Silvina, Thiago e Wellington, aprendi muito com vocês, crescemos juntos, superando diversos obstáculos que apareceram no caminho. Obrigada pelo companheirismo!

RESUMO

A prática regular de atividade física e um estilo de vida ativo na infância e na adolescência são importantes para a saúde ao longo da vida. Existem diferenças entre a rotina do aluno do campo e da área urbana que podem interferir nos seus níveis de atividade física. Durante as aulas de educação física no *Campus* Novo Paraíso, os alunos alegavam ter pouco tempo e oportunidades para esta prática fora da escola, devido à rotina escolar de tempo integral. Assim, esta pesquisa avaliou os níveis de atividade física de adolescentes campestres com idade entre 14 e 17 anos, dos Cursos Técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura Integrados ao Ensino Médio do *Campus* Novo Paraíso, escola da região sul do estado de Roraima, e investigou as possíveis relações desses níveis com as variáveis: gênero, idade, município, área residencial, curso, dinâmica escolar e extraescolar, tipo de moradia e, ainda, aspectos familiares: estrutura, renda e tipo de ocupação. A pesquisa consistiu em um estudo de caso, com abordagem quanti-qualitativa, descritiva e exploratória, a partir do levantamento de dados empíricos, bibliográficos e documentais, baseado no método dialético. A coleta de informações ocorreu por observação e aplicação do questionário IPAQ - Versão 8 Curta, com inclusão de questões socioeconômicas e demográficas. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo proposta por Bardin (1979) e analisados segundo a estatística descritiva. O nível de atividade física dos adolescentes foi classificado seguindo a recomendação da OMS (2011) e, assim, foram encontrados 8% de sedentários, 65% de insuficientemente ativos e 27% de ativos. A relação desses níveis com as diferentes variáveis levou aos seguintes valores médios com desvio-padrão: sedentários (9 ± 3)%, insuficientemente ativos (64 ± 6)% e ativos (26 ± 5)%. Quanto aos fatores que interferem nos níveis de atividade física, os grupos que apresentaram menor percentual de sedentários foram: os meninos (4%) e os residentes no município de Rorainópolis (3%). O estudo também constatou que os sedentários assistem acima de 360min de TV por semana. Os maiores percentuais de insuficientemente ativos foram no grupo que permanece entre 2 e 3h40min diários no ônibus escolar (72%) e no grupo dos que têm acesso à Internet em casa (71%). Apresentaram maior percentual de ativos os grupos que: frequentam o curso de Agroindústria (40%), residem em Vicinais (32%), frequentam praças (64%), tem pais com trabalhos mais ativos (33%), possuem 2 ou 3 pessoas da família que trabalham (42%), têm renda *per capita* acima de R\$ 501,00 (35%) ou residem com ambos os pais; já o menor percentual de adolescentes ativos está no grupo de residentes em Vilas (14%). Não foram fatores de interferência: a idade, o tipo de moradia e a quantidade de residentes no lar. O estudo concluiu que o percentual de adolescentes campestres ativos foi baixo (27%), sendo necessárias intervenções curriculares, como a oferta de aulas de Educação Física pelo menos 2 vezes por semana e a inserção de conteúdos que orientem para um estilo de vida ativo. Recomenda-se ainda a formação em serviço por meio da educação continuada dos profissionais para a implementação da educação popular em saúde.

Palavras-chave: Adolescentes. Educação do Campo. Educação Integral. Nível de Atividade Física. Saúde.

ABSTRACT

The regular practice of physical activity and an active lifestyle in childhood and adolescence are important for lifelong health. There are differences between rural and urban student routines that may interfere with their physical activity levels. During physical education classes at Campus Novo Paraíso, students claimed to have little time and opportunities for this practice outside of school due to the full-time school routine. Thus, this research evaluated the physical activity level of adolescent peasants aged 14 to 17 years, from the Technical Courses in Agriculture, Agroindustry and Aquaculture Integrated to the High School of Campus Novo Paraíso, school of the southern region of the state of Roraima, and investigated the possible relationships between those levels and the following variables: gender, age, municipality, residential area, course, school and extra-school dynamics, type of housing and family aspects: structure, income and type of occupation. The research consisted of a case study, with a quantitative, qualitative, descriptive and exploratory approach, based on the survey of empirical, bibliographic and documentary data and on the dialectical method. Information was collected by observing and applying the IPAQ - Version 8 Short questionnaire, including socioeconomic and demographic questions. Data were subjected to content analysis proposed by Bardin (1979) and analyzed according to descriptive statistics. The adolescents' physical activity level was classified according to the WHO recommendation (2011) and 8% of sedentary, 65% of insufficiently active and 27% of active were found. The relationship of those levels with the different variables led to the following mean values with standard deviation: sedentary (9 ± 3)%, insufficiently active (64 ± 6)% and active (26 ± 5)%. Regarding the factors that interfere with physical activity levels, the groups that presented the lowest percentage of sedentary people were: boys (4%) and residents in the municipality of Rorainópolis (3%). The study also found that sedentary people watch over 360min of TV per week. The highest percentages of insufficiently active people were in the group that stays between 2 and 3h40min per day on the school bus (72%) and in the group with internet access at home (71%). The most active groups were those who: attend the Agroindustry course (40%), live in Viciniais (32%), attend squares (64%), have parents with more active jobs (33%), have 2 or 3 people working family (42%), have a per capita income above R\$ 501.00 (35%) or live with both parents, and there was a lower percentage of active adolescents living in Vilas (14%). There were no interference factors: age, type of housing and number of residents in the home. The study concluded that the percentage of active peasant adolescents was low (27%), requiring curricular interventions, such as the offer of Physical Education classes at least twice a week and the insertion of contents that guide an active lifestyle. In-service training through continuing education of professionals for the implementation of popular health education is also recommended.

Keywords: Adolescents. Field Education. Integral Education. Physical Activity Level. Health.

RESUMEN

La actividad física regular y un estilo de vida activo en la infancia y la adolescencia son importantes para la salud de por vida. Existen diferencias entre las rutinas de estudiantes rurales y urbanas que pueden interferir con sus niveles de actividad física. Durante las clases de educación física en el Campus Novo Paraíso, los estudiantes afirmaron tener poco tiempo y oportunidades para esta práctica fuera de la escuela debido a la rutina escolar de tiempo completo. Así, se evaluó el nivel de actividad física de adolescentes campesinos de 14 a 17 años de los Cursos Técnicos de Agricultura, Agronegocios y Acuicultura Integrados a la Escuela Secundaria del Campus Novo Paraíso, una escuela en la región sur del estado de Roraima, e investigó las posibles relaciones de estos niveles con las variables: género, edad, municipio, área residencial, curso, dinámica escolar y extraescolar, tipo de vivienda y aspectos familiares: estructura, ingresos y tipo de ocupación. La investigación consistió en un estudio de caso, con un enfoque cuantitativo, cualitativo, descriptivo y exploratorio, basado en la encuesta de datos empíricos, bibliográficos y documentales, y en el método dialéctico. La información se recopiló observando y aplicando el cuestionario corto IPAQ - Versión 8, incluidas las preguntas socioeconómicas y demográficas. Los datos se sometieron al análisis de contenido propuesto por Bardin (1979) y se analizaron de acuerdo con estadísticas descriptivas. El nivel de actividad física de los adolescentes se clasificó según la recomendación de la OMS (2011) y se encontraron 8% de sedentarios, 65% de insuficientemente activos y 27% de activos. La relación de estos niveles con las diferentes variables condujo a los siguientes valores medios con desviación estándar: sedentario (9 ± 3)%, insuficientemente activo (64 ± 6)% y activo (26 ± 5)%. En cuanto a los factores que interfieren con los niveles de actividad física, los grupos que presentaron el porcentaje más bajo de personas sedentarias fueron: niños (4%) y residentes en el municipio de Rorainópolis (3%). El estudio encontró que las personas sedentarias miran más de 360min de televisión por semana. Los porcentajes más altos de personas insuficientemente activas se encontraban en el grupo que permanece entre 2 y 3h40min por día en el autobús escolar (72%) y en el grupo con acceso a Internet en el hogar (71%). Los grupos más activos fueron aquellos que: asisten al curso de agronegocios (40%), viven en Viciniais (32%), asisten a plazas (64%), tienen padres con trabajos más activos (33%), tienen 2 o 3 personas familia trabajadora (42%), tienen un ingreso per cápita superior a R\$ 501.00 (35%) o viven con ambos padres, y hubo un menor porcentaje de adolescentes activos que viven en Vilas (14%). No hubo factores de interferencia: edad, tipo de vivienda y número de residentes en el hogar. El estudio concluyó que el porcentaje de adolescentes campesinos activos fue bajo (27%), requiriendo intervenciones curriculares, como la oferta de clases de Educación Física al menos dos veces por semana y la inserción de contenidos que guían un estilo de vida activo. También se recomienda la capacitación en el servicio a través de la educación continua de profesionales para la implementación de la educación popular en salud.

Palabras clave: Adolescentes. Educación de Campo. Educación Integral. Nivel de Actividad Física. Salud.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1: Dimensões e Categorias de Análise do Nível de Atividade Física.....	92
Esquema 2: Distribuição de alunos por requisitos de seleção do público-alvo.....	95
Figura 1: Localização do Campus Novo Paraíso.....	62
Figura 2: Anexos do Campus Novo Paraíso.....	66
Figura 3: Fluxograma da Pesquisa: Percurso Metodológico.....	94
Gráfico 1: Distribuição do nível de atividade física	103
Gráfico 2: Comparação dos níveis de atividade física entre os grupos vilas e vicinais....	110
Gráfico 3: Distribuição de alunos por tempo de deslocamento no ônibus escolar	119
Gráfico 4: Tempo de deslocamento a pé entre a residência e o ponto de ônibus escolar.	121
Gráfico 5: Distribuição da principal fonte de renda das famílias	130
Gráfico 6: Representação da quantidade de trabalhadores por residência.....	132
Gráfico 7: Distribuição da renda per capita familiar	134
Gráfico 8: Grau de parentesco dos responsáveis pelos discentes	136
Mapa 1: Fase I da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ...	56
Mapa 2: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atualizado em 2018	57
Mapa 3: O Campus Novo Paraíso e os municípios a que atende	100
Quadro 1: Resumo dos resultados de pesquisas empíricas sobre nível de atividade física em adolescentes	82
Quadro 2: Análise das disciplinas da parte profissional do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.....	112
Quadro 3: Análise das disciplinas da parte profissional do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.....	112
Quadro 4: Análise das disciplinas da parte profissional do Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio.....	113
Quadro 5: Síntese das disciplinas ministradas no semestre em que foi realizada a coleta de dados por Curso e potencial de gasto energético	114

Quadro 6: Resultado das análises quanto ao nível de atividade física dos adolescentes do Campus Novo Paraíso.....	139
Tabela 1: Distribuição discente entre os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e identificação da quantidade de respondentes por curso.....	96
Tabela 2: Distribuição de assentamentos da reforma agrária por município da região sul de Roraima.....	100
Tabela 3: Perfil do nível de atividade física dos adolescentes pesquisados	103
Tabela 4: Média percentual e desvio-padrão em todas as categorias analisadas	104
Tabela 5: Classificação do nível de atividade física conforme o gênero	105
Tabela 6: Classificação do nível de atividade física conforme faixa etária.....	106
Tabela 7: Classificação dos níveis de atividade física dos municípios de Caracarái e Rorainópolis.....	107
Tabela 8: Classificação dos níveis de atividade física dos adolescentes residentes nos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz	108
Tabela 9: Classificação do nível de atividade física conforme área residencial.....	109
Tabela 10: Classificação do nível de atividade física por Curso	115
Tabela 11: Classificação do nível de atividade física por curso dos alunos de 2º e 3º Anos	116
Tabela 12: Resultado percentual das análises das categorias gênero, idade, município, área residencial e curso (ATIVOS)	116
Tabela 13: Média do tempo diário de deslocamento entre a residência – escola – residência	119
Tabela 14: Comparação entre o tempo de deslocamento no ônibus escolar e o nível de atividade física	120
Tabela 15: Comparação entre o tempo de deslocamento diário (residência-ponto de ônibus-residência) a pé e o nível de atividade física	121
Tabela 16: Níveis de atividade física entre os alunos que têm e os que não têm Internet	123
Tabela 17: Tempo de lazer não ativo (TV, celular e vídeo game).....	123
Tabela 18: Média semanal do tempo de uso de celular e computador para estudar.....	125
Tabela 19: Tempo de lazer não ativo (TV, celular e vídeo game) + tempo de computador ou celular para estudo	125
Tabela 20: Apresentação da matriz curricular quanto à quantidade de disciplinas e à carga horária correspondente do módulo de estudos.....	127

Tabela 21: Comparação entre o tipo de moradia e o nível de atividade física	129
Tabela 22: Nível de atividade física distribuídos por condição de posse residencial	129
Tabela 23: Classificação do nível de atividade física em relação ao tipo de ocupação que corresponde à principal fonte de renda familiar	131
Tabela 24: Relação entre a quantidade de trabalhadores por núcleo familiar e o nível de atividade física	133
Tabela 25: Distribuição da renda per capita familiar.....	134
Tabela 26: Distribuição da renda <i>per capita</i> familiar pelo nível de atividade física	135
Tabela 27: Comparação entre o nível de atividade física e com quem o adolescente reside	136
Tabela 28: Nível de atividade física segundo a quantidade de residentes no lar.....	137

LISTA DE SIGLAS

A – Ativos

ACSM – *American College of Sports Medicine*

AFRS – Aptidão Física Relacionada à Saúde

AI – Agroindústria

AL – Aliança Liberal

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AP – Agropecuária

AQ - Aquicultura

AV1 – Avaliação 1

AV2 – Avaliação 2

CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

CAES – Coordenação de Assistência Estudantil

CAM – *Campus* Amajari

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (antiga Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CEFETs – Centros Federais de Educação e Tecnologia

CF – Constituição Federal

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNP – *Campus* Novo Paraíso

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CORES – Coordenação de Registros Escolares

CPC – Centros Populares de Cultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTIEM – Curso(s) Técnico(s) Integrado(s) ao Ensino Médio

DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis

EAGRO – Escola Agrotécnica

ENERA – Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

IA – Insuficientemente Ativos

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFRR – Instituto Federal de Roraima

IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IMC – Índice de Massa Corporal

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

IPAQ – Questionário Internacional de Atividade Física

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPC – Movimento de Cultura Popular

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEPEAGRO – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica

OMS – Organização Mundial de Saúde

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PD – Partido Democrático

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

PL – Partido Libertador

PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PRONASEC/Rural – Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural

PRP – Partido Republicano Popular

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PSD – Partido Social Democrático

S – Sedentário

SciELO – *Scientific Electronic Library Online*

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional Estudantil

UNEDs – Unidades de Ensino Descentralizadas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID – *United States Agency International for Development*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 GÊNESE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	23
1.1 BRASIL COLÔNIA.....	24
1.2 O PERÍODO IMPERIAL.....	27
1.3 BRASIL REPÚBLICA.....	29
2 DA HISTÓRIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS À POLÍTICA DE EXPANSÃO ..	51
2.1 DAS ESCOLAS DE APRENDIZES AO PROCESSO DE EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	51
2.2 O INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA E O <i>CAMPUS</i> NOVO PARAÍSO	58
2.3 O <i>CAMPUS</i> NOVO PARAÍSO.....	62
3 ATIVIDADE FÍSICA PARA A SAÚDE E a QUALIDADE DE VIDA	68
3.1 SEDENTARISMO, SOBREPESO E OBESIDADE	71
3.2 A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NA ADOLESCÊNCIA	74
3.3 NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA DE ADOLESCENTES NO BRASIL	78
3.4 EDUCAÇÃO EM SAÚDE <i>VERSUS</i> EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE.....	84
4 METODOLOGIA.....	86
4.1 PÚBLICO-ALVO	94
4.2 <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	96
5 NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA DOS ADOLESCENTES CAMPESINOS NO SUL DE RORAIMA	102
5.1 NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA	102
5.2 QUESTÕES SOCIODEMOGRÁFICAS E CURSO	105
5.2.1 Gênero	105
5.2.2 Idade	106
5.2.3 Município	107
5.2.4 Área residencial	108
5.2.5 Curso.....	111
5.3 QUESTÕES REFERENTE À ROTINA.....	117
5.3.1 Dinâmica escolar	117
5.3.2 Dinâmica extraescolar	122
5.4 QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E FAMILIAR	128
5.4.1 Tipo de moradia	128

5.4.2 Renda e tipo de ocupação familiar.....	130
5.4.3 Estrutura familiar.....	135
5.5 RESULTADO GERAL E CONCLUSÕES.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICES	159
ANEXOS.....	164

INTRODUÇÃO

O estilo de vida dos indivíduos vem se modificando gradativamente. Na pré-história, para sua sobrevivência, o homem necessitava caçar, pescar, plantar e colher o seu alimento. Além disso, tinha que oferecer proteção a si e à sua família diante dos predadores, perigos e desafios da vida em cavernas. Na atualidade, o homem vai a supermercados e encontra tudo o de que necessita para sua subsistência, com possibilidade ainda de fazer reservas de mantimentos enlatados, refrigerados ou congelados, o que lhe economiza as idas ao supermercado, já que, devido ao desenvolvimento tecnológico, criaram-se meios cada vez mais diversos de conservação a longo prazo dos alimentos. Dessa forma, e em decorrência de muitos outros fatores imbricados no desenvolvimento da ciência, o homem foi se desapropriando de um estilo de vida ativo e se tornando mais propenso ao sedentarismo¹.

Marinho (1980, p. 28) apresenta que os sujeitos pré-históricos eram obrigados pelo ambiente a possuir “excepcionais qualidades físicas”, em razão dos perigos aos quais estavam submetidos, devido à necessidade de proteger-se, lutavam para garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, o autor ainda apresenta alguns aspectos que contribuíam para uma melhor forma física naquela época, por exemplo, as longas caminhadas como a única forma de deslocamento existente, a necessidade de caçar para alimentar-se, a realização de corridas velozes para fugir do inimigo, a necessidade de acertar alvos móveis, subir em árvores para pegar frutas e transportar caças e objetos, algumas condições que lhes favoreciam um maior nível de atividade física.

De um lado, o trabalho, a cultura e a logística da vida no campo possibilitam maior contato do indivíduo com um estilo de vida mais ativo. Em contrapartida, a vida na cidade, circundada pelas tecnologias, com lazer, trabalho e meios de transporte passivos, faz o homem ter um estilo de vida menos ativo. Todavia, parece-nos que os sujeitos da cidade têm mais possibilidades de espaços destinados a exercícios físicos programados, estruturados e orientados (a exemplo de academias), que podem compensar o esforço físico “desapropriado” pelo modo de interagir com o meio.

¹ Sedentarismo é a falta de atividade física regular ou a sua diminuição, ou seja, o indivíduo limita-se a atividades essenciais e leves (SALLIS; OWEN, 1999).

No contexto do campo, geralmente é o espaço escolar que possibilita essa prática, ofertando aulas estruturadas, planejadas, que envolvem habilidades motoras, por meio de exercícios físicos² e jogos. Isso representa um ganho na sua qualidade de vida³, considerando que essas aulas são quase sempre os únicos momentos em que os alunos praticam tais exercícios. Observando essa realidade, uma vez que nela estou inserida atuando como professora de educação física, é que busquei compreender e explicar os fatores que influenciam no nível de atividade física desses alunos e, conseqüentemente, na sua saúde física⁴.

Considerando o exposto e direcionando um olhar para a educação do campo, o objetivo deste trabalho é avaliar o nível de atividade física (e os fatores que interferem nesse nível) dos alunos do *Campus* Novo Paraíso, do Instituto Federal de Roraima, e, conseqüentemente, em sua saúde e qualidade de vida. Ou seja, esta pesquisa focaliza os níveis de atividade física (tema) dos adolescentes (sujeitos da pesquisa) de uma escola de tempo integral que atende ao público campesino (contexto pesquisado), do sul do estado de Roraima (local de abrangência da pesquisa).

Para tanto, este estudo buscou responder o seguinte problema:

Quais os níveis de atividade física de adolescentes, com idade entre 14 e 17 anos, de uma escola de tempo integral, que atende a adolescentes campesinos, no Sul do Estado de Roraima?

Assim, o objeto da presente pesquisa foi o nível de atividade física dos alunos dos Cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio, com idade entre 14 e 17 anos, do *Campus* Novo Paraíso.

O *Campus* Novo Paraíso é uma escola de tempo integral, localizada em área de floresta, com eixo tecnológico voltado para a área de recursos naturais e alimentos. Atualmente, oferta Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura. A instituição também oferta o Curso Técnico Subsequente em Agropecuária e o Curso de Bacharelado em Agronomia.

No estado de Roraima, o Instituto Federal destaca-se como referência em Educação Profissional, nas modalidades de ensino Técnico e Tecnológico. Dentre as cinco unidades

² Exercício Físico é a organização e a sistematização de atividade física, com controle de variáveis relacionadas ao volume e a intensidade do esforço (POLITO, 2010, p. 15).

³ Percepção que um indivíduo tem sobre a sua posição na vida; é influenciada por todos os aspectos que envolvem o indivíduo e suas relações sociais, ambientais e culturais, e avaliada a partir da sua satisfação pessoal (OMS, 1998, p. 28).

⁴ A saúde física refere-se a condição geral do corpo em relação a doenças e ao vigor físico (OMS, 1948).

do Instituto Federal de Roraima (IFRR) está o *Campus* Novo Paraíso (CNP), na região sul do estado, localizado às margens da BR 174, Km 512, na Vila Novo Paraíso, pertencente ao município de Caracaráí.

Esse *campus* foi implantado de forma estratégica, visando a atender a cinco municípios do estado: Caracaráí (à distância de 110 Km do *campus*), Rorainópolis (47 Km), São Luiz (94 Km), São João da Baliza (76,6 Km) e Caroebe (103 km), regiões que, até então, eram pouco privilegiadas quanto ao acesso à educação técnica, profissional e tecnológica.

O CNP foi inaugurado em 2007, atendendo à primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, cujo programa iniciado em 2005 tinha por objetivo reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, por meio de uma educação de boa qualidade.

A proposta desta pesquisa surgiu do questionamento sobre as diferenças entre a rotina⁵ do aluno do campo e a do aluno da área urbana como fatores que podem interferir nos níveis de atividade física⁶, e conseqüentemente na sua saúde⁷. Nas localidades atendidas pelo *Campus* Novo Paraíso, observa-se que há carência de políticas públicas que visem à promoção da saúde⁸, do esporte, do lazer e da recreação para os adolescentes.

No CNP, todos os alunos⁹ permanecem aproximadamente 11 horas diárias¹⁰, de segunda a sexta-feira, entre trajeto e aulas. Convém mencionar que para um estilo de vida saudável e para um melhor desempenho escolar são necessárias, aproximadamente, 8 horas e 20 minutos de sono diárias para adolescentes em dias de aula, conforme aponta estudo de Pereira *et al.* (2015). Portanto, considerando-se 24 horas, sobram-lhes aproximadamente 4 horas por dia, para dividir entre as tarefas escolares, estudar para avaliações, realizar atividade em grupo, ajudar nas atividades domésticas e, quem sabe, na plantação, na colheita

⁵ Rotina refere-se às atividades diárias. A rotina dos povos do campo envolve uma dinâmica de cunho agrícola, como plantação e colheita, e manejo animal, inclusive nas atividades de lazer, como andar a cavalo, nadar em um rio ou igarapé, utilizar meios de transporte mais ativos como andar de bicicleta e a pé. Tal rotina se difere da rotina na cidade, onde o lazer, o transporte e as atividades domésticas apresentam potencialmente menor gasto energético, se comparada à rotina do campo.

⁶ Atividade Física é “qualquer forma de ativação muscular voluntária, com conseqüente gasto energético”, seja no lazer ou no trabalho (POLITO, 2010, p. 15).

⁷ Saúde é definida como um completo bem-estar físico, psicológico e social (OMS, 1948, p. 10).

⁸ O termo Promoção da Saúde surgiu em 1920, no final da primeira guerra em Winslow, visando a alcançar políticas que melhorassem as condições de saúde e os programas educativos para a população (ARANTES *et al.*, 2008). É definida pela OMS (1986) como um processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo.

⁹ Todos os alunos realizam o deslocamento entre sua localidade e a instituição de ensino, uma vez que esta fica localizada em área de floresta e a localidade mais próxima (Vila Novo Paraíso) fica à 12 km de distância.

¹⁰ Esse tempo refere-se ao tempo de aula, das 08:00 h às 16:30 h, com intervalo de 1h30 min para o almoço, na própria unidade escolar, e o trajeto residência-escola-residência, em que a localidade mais próxima fica à distância de 47 km (ida e volta correspondem a 94 km) e a mais distante fica a 110 km (ida e volta correspondem a 220 km).

e no trato com animais, que ainda distribuir esse tempo para o convívio social (família e comunidade), momentos de lazer e a prática regular de atividade física.

Nesse sentido, ressaltamos os direitos resguardados no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que concerne aos direitos inerentes às crianças e aos adolescentes, assegurando “[...] com **absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, o respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária [...]” (BRASIL, 1988, grifo nosso), sem haver distinção entre os residentes do campo e da cidade.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011) recomenda 60 minutos ou mais em atividades físicas moderadas a vigorosas, realizadas em cinco ou mais dias da semana, somando-se, pelo menos, 300 minutos de atividades físicas semanais, preponderantemente de natureza aeróbica, para a promoção da saúde em crianças e adolescentes de 05 a 17 anos.

Os discentes do CNP dispõem de pouco tempo para a prática regular de atividade física, para além do espaço escolar. Em razão disso, consideramos a importância de esse espaço proporcionar o desenvolvimento de atividades físicas suficientes para que esses adolescentes desenvolvam um estilo de vida ativo. Entretanto, as aulas de Educação Física têm carga horária de apenas 20 horas/aula durante o semestre (1 hora por semana), o que é considerado insuficiente para a promoção da saúde, quando tomamos como parâmetro a recomendação da OMS (2011) para a faixa etária. Destacamos que alguns alunos (25%) participam de alguma modalidade esportiva na escola, porém os demais apenas frequentam as aulas de educação física.

A escolha da faixa etária teve por finalidade criar uma uniformidade entre: a faixa de idade da recomendação da OMS (2011), cujos parâmetros são definidos para crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos; as orientações de Guedes, Lopes e Guedes (2005), a respeito da aplicação do questionário IPAQ versão 8 – Curta, utilizado para a coleta das informações, em que indica ser mais apropriada sua aplicação com adolescentes a partir dos 14 anos; e a faixa etária dos alunos do CNP, instituição onde foi realizada a pesquisa, que atende a adolescentes nos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio, com idade entre 13 e 19 anos.

Compondo o referencial teórico desta pesquisa estão as orientações da OMS (2011); bem como os estudos de: Molina e Jesus (2004), que conceituam a educação do campo e os povos que a compõem; Caldart (2004), que valoriza o campo, firmando que esse é espaço de vida digna e que sua luta é legítima; Arroyo (2006), que reconhece a existência de uma dívida histórica em relação à população campesina; Ribeiro (2007), que apresenta a história da educação brasileira; Pacheco (2011), que reafirma que a formação nos Institutos Federais

deve ser humana e cidadã, sobrepondo a qualificação para o mundo do trabalho; Hallal (2014), que alerta que o sedentarismo tornou-se uma pandemia¹¹; dentre outros.

Os objetivos específicos foram:

a) Identificar a prevalência de sedentarismo dos alunos do *Campus* Novo Paraíso do Ensino Médio Integrado;

b) Comparar os níveis de atividade física de acordo com as variáveis: gênero, idade, município, curso e área de residência (vilas ou vicinais);

c) Identificar e analisar os fatores que interferem no nível de atividade física dos estudantes dos Cursos Técnicos Integrados do *Campus* Novo Paraíso.

O conhecimento dos níveis de atividade física e dos fatores que interferem nesses níveis é relevante, uma vez que amplia o campo teórico e subsidia novas pesquisas na área. Além disso, sinaliza alternativas para a melhoria nos níveis de atividade física dos adolescentes do campo, reconhecidos como sujeitos de direitos, os quais devem ser efetivamente garantidos.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro aborda o histórico da educação no Brasil e a luta pela institucionalização da educação do campo. O segundo capítulo focaliza a história da educação profissional no Brasil até a criação dos Institutos Federais, discutindo a importância do processo de expansão da rede federal para oferecer às populações mais afastadas uma educação de boa qualidade; apresenta ainda a descrição do *Campus* Novo Paraíso, escola onde o estudo de caso foi realizado. O terceiro capítulo discorre sobre a relação existente entre o nível de atividade física e a saúde física, dialogando com algumas pesquisas sobre a temática. O quarto capítulo apresenta o andar da pesquisa, ou seja, qual o percurso metodológico utilizado para atender aos objetivos e responder ao problema da pesquisa. E o quinto capítulo revela os níveis de atividade física dos adolescentes camponeses da região sul de Roraima, com base nos resultados da pesquisa, analisados quanti-qualitativamente, distribuídos nas dimensões e categorias de análise correspondentes. Por fim, apresentaremos as considerações finais, oferecendo uma síntese dos resultados obtidos e algumas sugestões.

¹¹ **Endemia** é a situação em que a doença ou agravo apresenta incidência relativamente estável ao longo do tempo (número de casos constante), apresentando os mesmos índices por um período de tempo. **Epidemia** é o surgimento abrupto, transitório e significativo de uma doença ou agravo, acometendo simultaneamente um grande número de pessoas. **Pandemia** é uma epidemia que se verifica em diferentes partes do mundo, abrangendo grande área (PEREIRA, 1999).

1 GÊNESE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo refere-se àquela específica aos povos indígenas, pescadores, camponeses, pequenos agricultores, quilombolas, assentados e reassentados, ribeirinhos e povos da floresta. Tal modelo visa a valorizar os sujeitos do campo a partir de uma educação de boa qualidade e adequada ao contexto no qual estão inseridos.

Este capítulo apresenta o histórico da educação no Brasil focando especificamente os contextos de exclusão da população menos favorecida no que tange ao acesso à formação. Percorrendo desde o início do Brasil Colônia, veremos que o mínimo de escolarização passou a ser oferecida a essas classes, em lei, somente a partir do século XIX, não como política de desenvolvimento educacional que valorizasse suas identidades, mas apenas para atender às demandas econômicas do período¹². Em geral, a educação no Brasil sempre atendeu ao interesse da classe dominante.

Veremos que essa realidade de exclusão resultou em um processo de reivindicação e lutas dos trabalhadores rurais, que mobilizou diversas entidades e instituições na busca pela redução da desigualdade social e da segregação instalada na educação brasileira. Notadamente nos anos 1980, os sujeitos que hoje constituem os povos do campo iniciaram um processo de organização e estruturação via sindicatos e movimentos sociais, de modo que as lutas em prol da educação do campo ganharam expressividade. Esses povos passaram então a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, que lutam por um ideal, que respeitam a terra e dela tiram o seu sustento e que necessitam de educação, direito garantido a todos pela atual Constituição: “direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988). Mas somente no século XXI, com o Parecer CNE/CEB nº 36/2001, é que foram criadas diretrizes para a educação ancoradas no “respeito às diferenças” e em uma “política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão” (BRASIL, 2001).

Mas, qual o caminho percorrido pela educação até o reconhecimento desse direito aos camponeses?

Pela história de um povo e uma nação é possível compreender sua realidade atual. O Brasil tem sua história alicerçada na exploração da terra e do homem, uma economia fundada em atender ao capital externo e à burguesia internacional. A educação acompanha essa trajetória, servindo aos mais favorecidos e à reprodução de uma sociedade injusta e

¹² Ver mais sobre o processo educacional da época em Romanelli (2006).

desigual, mascarada na forma da lei e escondendo-se sob os escombros dos ciclos de crises econômicas do sistema capitalista, conforme assinala Frigotto (2005).

As dificuldades educacionais enfrentadas pelos povos do campo estão para além de uma proposta pedagógica condizente com sua realidade e que respeite sua cultura. Perpassam uma condição de negligência histórica: estradas de difícil acesso, falta de transporte, escolas distantes das suas residências, saúde precária, falta de atendimento psicossocial e educacional especializado, falta de merenda escolar, necessidade de capacitação dos professores e até a falta desses, dentre muitos outros casos de omissão do poder público.

Devemos por um momento refletir que o hoje será história e essa história é construída por governantes, economistas, pesquisadores e todos os que fazem a educação. Mas, também, é construída pelos sujeitos simples do campo e da floresta, pelos ribeirinhos, pelos assentados, pelos quilombolas, enfim, por todos nós.

Assim, a história do Brasil, em suas estruturas política e econômica, constrói a própria história da educação brasileira. Essa história revela um percurso de negação de direito à população que hoje conhecemos como povos do campo, e ainda um desconhecimento da população acerca desse enredo, pois, como afirma Arroyo (2006, p. 104), “há uma dívida histórica, mas também uma dívida de conhecimento dessa dívida”.

1.1 BRASIL COLÔNIA¹³

Os anos iniciais do Brasil Colônia (1549 a 1808) foram assinalados pela demarcação das capitanias hereditárias, administradas pela Coroa Portuguesa. O modelo econômico da época era o agrário-exportador (RIBEIRO, 2007), cuja finalidade era atender à metrópole (Portugal) e seus interesses econômicos. A educação da época, na forma não escolarizada, era baseada na conversão dos nativos à fé católica por meio da catequese, passando, a seguir, a ser realizada no modelo jesuítico, por meio da Companhia de Jesus, primeiro sistema nacional de ensino, que estava a serviço da Coroa.

Posteriormente, foram instituídos os colégios, iniciando assim a distinção entre a formação da elite colonial e a formação para os indígenas. Nesse sentido, ao escrever sobre a primeira fase da educação jesuítica, marcada pelo plano de instrução estruturada por Manuel da Nóbrega, Saviani (2008, p. 43) expressa:

¹³ O Período Colonial compreende desde o momento da chegada dos portugueses em 1500 até 1821 com o retorno da família real à Portugal e posterior Proclamação da Independência em 1822.

O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra).

Ou seja, tínhamos um modelo de escola edificado para atender aos interesses políticos e econômicos de um país recém-ocupado por estrangeiros europeus, sendo assim, a formação intelectual era exclusiva aos filhos dos colonizadores.

Naquela época, a educação estava assim dividida: para os brancos, as letras, para os demais uma educação voltada para questões práticas, onde se valorizava o saber fazer, demonstrando assim a dicotomia entre teoria e prática, em que o trabalho manual era desvalorizado em relação ao trabalho intelectual. O ensino era alheio ao contexto dos povos nativos; provavelmente o propósito era dissolver os hábitos indígenas por novos moldes, precisamente europeus. Naquele tempo, parcela significativa da população era escravizada. Indígenas e negros trabalhavam na produção de açúcar, que se estendeu até o início do século XVII, a serviço da burguesia portuguesa.

Em 1750, chegamos à fase pombalina¹⁴, em que, devido a uma crise econômica e intelectual, Portugal necessitou alterar seu sistema econômico para o industrial. Nesse propósito, os portugueses entenderam que deveriam melhor explorar o Brasil, aumentando o aparato material e humano além de separar os nascidos na colônia daqueles nascidos na metrópole, para os quais eram destinados os melhores cargos. Nesse novo contexto, houve a necessidade de ensinar os nativos a ler e a escrever, pois alguns deveriam exercer funções de categoria inferior.

O interesse da colônia ainda era “atender as necessidades da metrópole, gerando riquezas para satisfazer os interesses econômicos”, conforme aponta Lopes (2017, p. 32). Isto é, “pouco se falava em escola para camponeses, agricultores livres e homens da floresta pertencentes às classes populares”. Assim, os jesuítas foram expulsos em 1759, por educarem para a ordem religiosa e não para os interesses do país.

Com Pombal, aconteceu a primeira reforma educacional, em que a educação se voltou à “diversificação das disciplinas isoladas, leigos começaram a ser introduzidos no

¹⁴ A fase pombalina é o período compreendido entre 1750 e 1777, em que Marquês de Pombal exerceu o cargo de primeiro ministro de Portugal. Esse período foi marcado por forte crise e, dentre as medidas adotadas, determinava que o Brasil deveria suprir as necessidades materiais e comerciais de Portugal, a fim de torná-la uma potência Europeia.

ensino e o estado assumiu os encargos da educação”. Romanelli (2006, p. 36) apresenta que Marquês de Pombal seguia o pensamento enciclopédico, visão trazida pelo iluminismo.

Em 1807, Portugal foi invadido pelas tropas francesas, de modo que a família real e a corte foram transferidas para o Brasil, sob a proteção da guarda inglesa, devido a seus interesses comerciais, iniciando-se a fase joanina¹⁵.

Com a chegada da família real em 1808, a colônia necessitou de reestruturação administrativa e intelectual, e, assim, ocorreu a criação da Imprensa Régia, da Biblioteca Pública, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do Museu Nacional, conforme apontado por Ribeiro (2007). Além disso, houve a abertura dos portos às nações amigas, o que possibilitou maior contato com povos e ideias diferentes. Criaram-se cursos a fim de atender à necessidade de pessoal mais diversificado; saliente-se que alguns desses “cursos” resumiam-se a aulas avulsas¹⁶, devido à necessidade emergencial na formação.

Conforme Romanelli (2006), os avanços daquele período ocorreram com o surgimento da educação escolarizada, mas ainda nos moldes da colônia. E, com a chegada de D. João, foram criados os primeiros cursos superiores voltados para a profissionalização.

A época compreendida entre 1808 e 1821 foi marcada pela opressão, onde seguiu-se a servidão da colônia em relação à metrópole, e dos negros, índios e mestiços em relação aos brancos (RIBEIRO, 2007). Assim, havia um desejo crescente de emancipação por parte dos oprimidos e, do outro lado, de repressão às manifestações de descontentamento por parte da burguesia.

Em 1821, a família real retorna à metrópole devido a manifestações de descontentamento do povo português, pelo fato de a Coroa ter deixado Portugal nas mãos dos ingleses em 1809, quando os franceses foram expulsos do seu território. Tal fato contribuiu para o processo de emancipação política do Brasil, mesmo que a Corte insistisse na colonização. Essa emancipação rompia a aliança do Brasil com a burguesia portuguesa, mas estabelecia uma nova aliança, com a burguesia europeia. Apesar da liberdade de comércio, mantinha-se o regime monárquico e a escravidão.

¹⁵ A fase joanina compreende os anos de 1808 a 1821 e corresponde ao período em que o príncipe-regente de Portugal, Dom João de Bragança, junto com a corte, fugiu para o Brasil após Portugal ter sido invadida pelas tropas francesas em 1807.

¹⁶ Não eram aulas regulares e não seguiam uma programação pré-estabelecida, atendendo a demandas de estruturação emergentes.

1.2 O PERÍODO IMPERIAL¹⁷

Em 1822, foi proclamada a Independência do Brasil e, em 1824, D. Pedro foi aclamado Imperador, que, com autonomia política, reformulou a Constituição, inspirada na Constituição Francesa de 1791, quando, em forma de projeto, trazia um ideário de um sistema de educação nacional, com distribuição das escolas por todo o território (RIBEIRO, 2007).

No entanto, tal ideia foi abandonada quando outorgada a Constituição. A lei elementar da educação de 15 de outubro de 1827 preservava a ideia de educação como dever do Estado, distribuição das escolas por todo o território nacional e da graduação. Porém, efetivou-se somente a distribuição racional das escolas de primeiras letras e, devido à quantidade insuficiente de professor, foi adotado o método lancasteriano¹⁸.

No entanto, essa educação era destinada somente aos “homens livres”. Não havia interesse na educação dos negros, mestiços e índios, ou seja, a organização social os sujeitava a permanecer sem instrução de forma a atender aos interesses da comunidade livre.

Porém, o Brasil passou por uma crise, onde a produção não atendia nem às necessidades de consumo, assim, contraíram-se empréstimos e taxaram-se as importações, e com a falta de condições para manter o Estado, inviabilizou-se a reestruturação escolar, momento em que as escolas enfrentaram um período de falta de recursos, resultando em deficiências na educação, assim como a falta de interesse no magistério. Com a finalidade de organizar o ensino e superar as dificuldades, criaram-se os liceus provinciais, onde as aulas consistiam em reuniões avulsas em um prédio (RIBEIRO, 2007).

Os recursos arrecadados mostravam-se insuficientes, mas, a partir de 1840, a lavoura de café começou a dar lucros. A produção de café fundava-se nas grandes propriedades e no trabalho escravo, vinculando-se ao mercado externo. Os Estados Unidos tornaram-se os maiores consumidores do café produzido no Brasil.

O novo modelo de produção transformou o país de uma sociedade exportadora com base rural-agrícola para uma urbano-agrícola-comercial. Nesse contexto, nas cidades surgiram novas categorias econômicas, conforme apresentado por Ribeiro (2007, p. 54), ficando a cargo dos estrangeiros de renda baixa os ofícios artesanais, comerciais e serviços

¹⁷ O Período Imperial no Brasil, compreendido entre 1822, com a aclamação do primeiro Imperador, D. Pedro I, até 1889, com a Proclamação da República.

¹⁸ Método criado por Joseph Lancaster, em que alunos mais experientes tornavam-se monitores dos demais, estando estes sob supervisão de um inspetor e acompanhados por um professor.

públicos e aos escravos e a vários tipos de libertos os “serviços domésticos, trabalhos artesanais, serviço por aluguel, inclusive prostituição e comércio ambulante”.

No período compreendido entre 1850 e 1870, teve início o desenvolvimento da agricultura tradicional, em razão da decadência da mineração, momento em que aconteceram rebeliões regionais, por caráter mais econômico que político. As lutas eram motivadas por desavenças entre os que dominavam e os que eram dominados em cada região, conforme aponta Ribeiro (2007).

A década de 1850 foi marcada por algumas tentativas de avanços ideológicos na educação, porém, não chegaram a se concretizar. Iniciou-se um discurso de uma educação para todos, da educação para a formação do homem para além do trabalho, mas como indivíduo. Nesse contexto, a educação primária era uma necessidade legal, social e de desenvolvimento da nação, além de ser relevante para a formação moral da sociedade, ideal esse manifestado por intelectuais da época¹⁹.

O Governo Central passou a responsabilidade dos ensinos primário, secundário e profissional para as províncias, na intenção de dividir responsabilidades; somente a educação superior permaneceu sob a tutela do Governo. No entanto, essa descentralização culminou em uma desestruturação que veio a ser considerada como uma omissão do Governo Central, pois cada província legislava e organizava o ensino como lhe parecia melhor.

A educação primária, conforme afirma Ribeiro (2007), continuava baseada na leitura, na escrita e no cálculo, enquanto que a secundária era ofertada somente para meninos, com as seguintes características: aulas régias, predomínio literário, métodos tradicionais e atuação da iniciativa privada, atendendo tão somente à camada privilegiada. Não havia uma preocupação com a transformação da estrutura social geral e educacional, e, por conseguinte, não cabia a educação aos trabalhadores negros, índios, mestiços, sendo esses excluídos dessa etapa de ensino.

Ribeiro (2007) apresenta que, mesmo com a melhor condição econômica, a educação não dispunha de recurso suficiente para atender, nem mesmo em nível elementar, à população que se encontrava em idade escolar. Não foi possível realizar a distribuição das escolas por todo o território nacional, de modo que a educação continuava não sendo acessível à toda a população. Assim:

A exclusão não se fazia paulatinamente, de um nível de ensino para outro, e sim, marcadamente, no início da escolarização, pois a grande maioria não tinha condições e, em boa parte, nem interesse, diante do

¹⁹ Ver mais em Ribeiro (2007) e Sant’Anna e Mizuta (2010).

regime de vida a que estava submetida, em ingressar e permanecer na escola. (RIBEIRO, 2007, p. 59).

Para Romanelli (2006), com o surgimento das classes intermediárias, formadas pelos artesãos, burocratas, pequenos comerciantes e jornalistas, a educação era idealizada como uma maneira de se alcançar ascensão social, surgindo a pequena burguesia.

Assim, ocorreu a assinatura da Lei Áurea em 1888, que extinguiu a escravidão, e o lançamento do Manifesto Republicano, que deu início ao declínio da monarquia, impulsionando a Proclamação da República, em 1889. Com o suposto fim do tráfico de escravos e o êxito na produção do café, o Brasil tornou-se mais adequado para a nova estruturação social capitalista. Tal contexto contribuiu para a disponibilidade de capitais externos (ingleses) em forma de investimentos e empréstimos.

Segundo Ribeiro (2007), nesse período ocorre um crescimento da camada média (comerciantes, funcionários do Estado, profissionais liberais, militares, religiosos intelectuais e pequenos agricultores) e da camada trabalhadora (escravos, semiescravos e trabalhadores livres).

1.3 BRASIL REPÚBLICA²⁰

A elite intelectual do Brasil passou a ser formada pelas camadas média e dominante a partir do processo de modernização social, e inspirava-se no liberalismo e cientificismo europeu, o qual defendia a liberação do trabalho, a consciência e o voto, a separação entre igreja e Estado, a abolição da escravidão e a crença de que a educação era o meio para solucionar os problemas do país (RIBEIRO, 2007).

Com a República, foi possível alcançar a liberdade de crença dos alunos e a abertura ou organização de colégios, possibilitando a aplicação de novas tendências pedagógicas, como a positivista.

Nessa época, surgiu uma nova crise devido a divergências, em que os senhores do café defendiam a continuidade das taxas de importações, recaindo o ônus sobre toda a população; já as camadas média e baixa defendiam aumento nas taxas de exportações e o incentivo das atividades industriais. Intensificou-se, assim, a exploração sobre as camadas menos favorecidas, assalariadas e que não participavam dos lucros produtivos.

²⁰ O Período Republicano teve início com a Proclamação da República, em 1889, e permanece até os dias atuais.

O governo estava nas mãos da camada média, representada pelos militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, mas o poder estava com os donos da terra, que detinham os meios de produção. Essa condição nos parece atual, uma vez que o poder público considera possuir absoluta autoridade, quando, na verdade, ela está e continuará com os donos dos meios de produção, enquanto a sociedade estiver engendrada no modelo capitalista.

Assim, sob influência do positivismo, busca-se implantar uma educação escolarizada, tendo como princípios a liberdade, a laicidade e a gratuidade da escola primária, organizada em 1º grau (7 a 13 anos) e 2º grau (13 a 15 anos), substituindo a predominância literária pela científica. Tal modelo veio a sofrer críticas, por introduzir a ciência precocemente e por transformar o ensino em enciclopédico. Quanto a essa influência, citamos Lopes (2017, p. 18), que afirma:

Com a chamada Modernidade, a escola sofreu alterações significativas, com a expansão dos conteúdos e a mudança de métodos e técnicas pedagógicas, marcando, de fato, uma ruptura com o mundo medieval. Uma vez que a instrução de indivíduos se fazia cada vez mais necessária, a escola passa a ser uma nova preocupação dos Estados, que por sua vez, encontra-se em fase de organização.

Esse novo modelo trouxe, assim, uma nova visão e esperança para a educação, que deveria cumprir os avanços advindos com a propagação do conhecimento científico e tentar organizar-se de maneira estruturada visando a criar um padrão positivista para o ensino no Brasil.

No período entre 1824 e 1920, segundo Ribeiro (2007), houve uma tentativa de tirar a camada média do poder, a fim de atender aos senhores dos cafezais, pois estes não concordavam com a redistribuição do lucro para o atendimento popular, e desejavam manter a condição de exploração, uma vez que acumulavam suas riquezas às custas da mão de obra do trabalhador do campo, população excluída historicamente.

Quanto à organização escolar, a partir de 1900, essa oscilava entre a influência humanista clássica e a realista ou científica, acompanhada por muitas reformas.

Em 1910, surgiu a formação técnica, visando a atender à classe menos favorecida. Os ensinos médio e superior buscavam desenvolver a cientificidade, em múltiplos cursos. A organização universitária deveria atender às necessidades profissionais e científicas.

Os anos de 1917 e 1918 foram marcados por movimentos grevistas, acontecendo a primeira greve geral em São Paulo, que teve duração de 30 dias.

Em 1920, o analfabetismo no país foi causa de grande preocupação, chegando a 65% da população a partir de 15 anos, conforme dados apresentados por Ribeiro (2007), extraídos do censo educacional. Nesse sentido, foram organizadas campanhas na intenção de amenizar esse problema, mas, o analfabetismo continuou aumentando, devido à insuficiência de verbas e à insuficiência teórica no enfrentamento do problema, o que veio a agravar os problemas escolares em nosso país.

No ensino médio, houve uma ampliação mais significativa na rede privada, que atendia à elite. No sistema público, houve aumento na quantidade de professores e diminuição no número de escolas e de matrículas, resultando, assim, em uma seletividade, a partir de uma marginalização social, em que os filhos dos ricos se tornariam bacharéis, médicos, engenheiros, jornalistas, burocratas e políticos e os filhos dos pobres trabalhavam na lavoura, nas fábricas, servindo de mão de obra barata. A esfera federal ficava responsável pelo ensino profissional, destinado aos menos favorecidos, no entanto, só atendia a uma pequena parcela da população.

Entre 1920 e 1937, o Brasil começou a estruturar-se no modelo nacional desenvolvimentista, baseado na industrialização. Ribeiro (2007) aponta que, com a queda das oligarquias, tiveram início novas forças sociais, com o impulso da manufatura. Esses novos burgueses industriais haviam sido fazendeiros e trouxeram consigo o modelo de dominação da mão de obra para a indústria. Vários setores se opuseram ao meio de produção da classe dominante, os cafeicultores, acontecendo, então, a Revolução de 1930.

A mudança na realidade econômica agravou a exploração do homem pelo homem e, dessa forma, como classe, trabalhadores uniram forças e reivindicaram seus direitos sociais, por meio de manifestações. Com essa classe operária, surgiu o povo enquanto expressão política, organizando manifestações urbanas, como reflexo da insatisfação da classe trabalhadora.

Em 1922, foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que teve duração de somente 04 meses, pois o governo de Artur Bernardes decretou estado de sítio e esse partido começou a ser perseguido.

Durante essa década, o setor intermediário (funcionários públicos, empregados do comércio e militares), prejudicado pela política vigente, organizou o movimento chamado Tenentismo, reivindicando representação e justiça, sob liderança dos militares, e, assim, aconteceram as seguintes revoltas: Forte de Copacabana (1922); Revolução liderada por Isidoro Dias Lopes (1924); Coluna Prestes (1924 a 1927).

O analfabetismo nessa época continuava a ser fator preocupante. As autoridades passaram, então, a formular possíveis soluções, como aumentar a quantidade de escolas e disseminar a educação escolarizada. Nesse período, a educação recebeu influência da Escola Nova.

Os cafeicultores também se sentiram explorados, conforme relata Ribeiro (2007), por entenderem que a política de valorização do café enriquecia a burguesia inglesa financiadora e os empobrecia. Os contrários a esse modelo econômico formaram o Partido Democrático (PD), que, na intenção de derrubar o Partido Republicano Popular (PRP), uniu-se às indústrias, ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), ao Partido Libertador (PL) dos pecuaristas, às camadas médias “tenentistas”, aos intelectuais desiludidos e às massas populares, instituindo, assim, a Aliança Liberal (AL).

Diante das novas alianças políticas, a pequena burguesia e a classe média acreditavam estar no poder; o desejo dos tenentes era estabelecer o fascismo²¹, a partir de um governo forte, lutando contra o comunismo. No entanto, Getúlio Vargas assumiu o poder, mas não conseguiu estabelecer um plano de governo, o que veio a gerar insegurança e descontentamento em todas as classes a respeito de sua liderança.

Por iniciativa do governo, em 1930 criou-se o Ministério da Educação e Saúde; em 1931, ocorreu a reforma do Ensino Superior, com a organização do sistema universitário. Também, houve a organização do ensino secundário, visando a transformá-lo em curso educativo para a formação do homem, habilitando-o a viver integralmente e a ser capaz de tomar decisões convenientes e seguras e a adaptar-se às futuras especificações profissionais.

No período de 1931 a 1937, acontecia o período de conflito de ideais: entre os das “Ideias Novas”, que defendiam a laicidade na educação, a coeducação, a gratuidade, a responsabilidade pública; e os tradicionais, representados pelos católicos, que desejavam manter a subordinação da educação à doutrina religiosa. Ribeiro (2007) afirma que esse último grupo acusava o escolanovismo de comunista.

Assim, diante da incapacidade de gestão de Vargas, no âmbito educacional, em 1932 foi lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*²², na intenção de renovar o

²¹ O fascismo é um regime autoritário criado na Itália. Tem tendências anticomunistas e antiparlamentares; defende a autossuficiência do Estado, atua contra as liberdades individuais. Suas principais características são a valorização do nacionalismo, da proteção do país e a defesa da segurança nacional, utiliza-se do militarismo e da religião como formas de controle e manipulação da população, além da perseguição contra pessoas que se opõem ao regime, por meio de censura e violência (BEZERRA, 2019).

²² O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* foi lançado no meio do processo de reordenação política pós-Revolução de 1930, dando início a um projeto de renovação educacional do país, que constatando a desorganização escolar, propôs que o Estado organizasse um plano geral de educação, defendendo a construção de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita (XAVIER, 2002).

modelo educacional brasileiro. Ribeiro (2007) apresenta que a nova proposta educacional não foi adequada ao modelo econômico exercido pelo Brasil naquela época, assim, sua implementação não saiu como o esperado, mas não se pode negar os avanços advindos dessa tentativa de inovação na educação, sendo, portanto, um marco para a educação nacional.

A Constituição de 1934 instituiu a Política Nacional de Educação, cabendo à união traçar diretrizes nacionais e fixar o Plano Nacional de Educação, passando a reconhecer que a educação é direito de todos; instituir a liberdade de ensino em todos os graus; e estabelecer a “liberdade de cátedra, a gratuidade e obrigatoriedade que deviam estender-se progressivamente do ensino primário integral ao ensino ulterior a fim de o tornar mais acessível” (RIBEIRO, 2007, p. 117). Porém, mesmo diante de grandes conquistas legais, explica a autora que o índice de reprovações escolares era alto, um maior número de alunos deixou de concluir o curso médio e superior em relação ao elementar, não cessando as diferenças entre o povo e a elite após o primário.

Contra essa tendência conservadora foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), composta por ex-tenentes reformistas e, mais à esquerda, comunistas, socialistas, líderes sindicais e liberais fora do esquema governamental, sendo considerado o primeiro movimento nacional de trabalhadores. Dentre as reivindicações, exigiam a suspensão de pagamentos das dívidas do Brasil, a nacionalização das empresas imperialistas, a proteção dos pequenos e médios proprietários de terra, a entrega de terras dos grandes proprietários aos trabalhadores do campo, a ampliação das liberdades cívicas e a instauração de um governo popular. Conseguiram intensa adesão popular, mas, em abril de 1935, foi aprovada a Lei de Segurança Nacional, representando um estado de sítio permanente no país, em que os núcleos da ANL foram fechados enquanto seus membros e simpatizantes foram perseguidos e presos.

Nesse mesmo ano aconteceu a Intentona Comunista, comandada por Luís Carlos Prestes e formada por alguns membros da ANL que escaparam da repressão. Todavia, a insurreição fracassou e as perseguições foram intensificadas; as forças políticas de oposição enfraqueceram, diminuindo as chances de concretizar as pretensões modernizadoras.

Em 10 de outubro de 1937, Getúlio Vargas estabeleceu um golpe de Estado, com o surgimento de uma nova constituição, conhecida como “Polaca”, onde dispensava o sistema representativo, o que firmou Vargas no poder no período de 1937 a 1945. Posteriormente, Dutra assumiu, no período de 1946 a 1950, e Vargas retornou ao poder entre 1951 e 1954, período em que aconteceu o desenvolvimento industrial no Brasil.

Nessa época, a educação gratuita e a obrigatoriedade do ensino primário foi mantida, contudo dando ênfase aos trabalhos manuais nas escolas primárias. O ensino profissional continuou a destinar-se aos menos favorecidos, sendo realizado em sistema de cooperação entre a indústria e o Estado, em que a indústria possibilitaria a formação prática dos cursos, a fim de capacitar, no menor tempo possível, mão de obra qualificada para atender à demanda de mercado.

Esse modelo escolar reforçou ainda mais a divisão do trabalho, ficando à burguesia o trabalho intelectual e aos pobres o trabalho manual. Esse último grupo era constituído de operários urbanos, os quais alcançavam melhores condições de vida em relação ao trabalhador rural, pois lhes era possibilitada a qualificação.

As indústrias estavam localizadas nas grandes cidades, fato que acarretou o deslocamento da população do campo para os centros industriais em busca de melhores condições de vida e progresso, conforme relata Leite (2002).

Dessa forma, criaram-se, nas cidades, as periferias e as favelas e, com esses aglomerados populacionais, nasceram diversos problemas sociais. Diante dessas dificuldades sociais, propôs-se dar início a um movimento de valorização rural, a fim de diminuir o processo migratório que vinha ocorrendo.

No âmbito educacional, em 1942, aconteceu a reforma do ensino secundário, intitulada de Reforma Capanema²³. Conforme apresenta Ribeiro (2007, p. 116), essa reforma defendia que o ensino secundário deveria preparar a elite, que conduziria a população. Essa formação deveria acontecer a partir da educação moral e cívica, em defesa do patriotismo para a continuidade histórica do povo brasileiro, formando “as individualidades condutoras, desenvolvendo nos alunos a capacidade de iniciativa e decisão”, pelo controle e pela reafirmação da elite (sujeito ativo) sobre as classes desfavorecidas (sujeito passivo).

Percebemos, assim, que durante esse processo histórico a escola continuou seletiva, oportunizando à elite melhor escolarização em detrimento da classe de trabalhadores da indústria e do campo. Isso nos leva a constatar ainda que entre a classe operária e os sujeitos do campo havia certa seletividade, uma vez que aos trabalhadores da indústria era requerido o mínimo de escolaridade, devido à necessidade de mercado.

²³ Vigorou até 1961, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Capanema foi Ministro da Saúde e Educação na época de Getúlio Vargas, que idealizava uma educação a serviço da nação e reforçava uma educação separada em classes, e que a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com diversos papéis de diferentes classes.

No cenário político, com a Segunda Guerra Mundial, afirma Ribeiro (2007), mesmo que ideologicamente fosse favorável aos alemães, Getúlio Vargas colocou-se a favor dos Estados Unidos, devido ao benefício econômico oferecido em troca do apoio do Brasil. Em um momento de instabilidade política, Getúlio tentou aproximar-se da população menos favorecida no intuito de manipulá-la e, assim, decretou anistia e concedeu legalidade ao PCB.

Com a intenção de manter a elite no poder, Dutra se candidatou à presidência pelo Partido Social Democrático (PSD). Ao estabelecer-se, promulgou a 4ª Constituição Republicana, em 1946, que reafirmava a democratização da educação primária, enquanto a educação secundária seria gratuita somente aos que comprovassem falta de recursos financeiros. Além disso, atribuiu às empresas com cem ou mais empregados a responsabilidade pela educação dos empregados menores e dos filhos dos empregados adultos. Tornou responsabilidade do Estado o amparo à cultura e estabeleceu o poder da União de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Em 1947, iniciaram-se os trabalhos da comissão responsável por elaborar o anteprojeto para as diretrizes e bases da educação nacional. As maiores discussões giravam em torno de duas principais pautas: da defesa dos princípios da escola pública, com base em uma educação laica; e da defesa de uma escola particular, com base religiosa.

O governo Dutra representou um retrocesso, o que levou Vargas de volta ao poder, reaproximando-se das camadas populares. João Goulart foi nomeado Ministro do Trabalho, e se aproxima dos líderes sindicais, instaurando o peleguismo²⁴ a fim de dominar a classe trabalhadora.

A criação de diversos órgãos representou um avanço na educação nacional, foram eles: o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criado em 1938; o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa, criado em 1939; o Instituto Nacional do Cinema Educativo, criado em 1937; o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), criado em 1946; além dos Institutos de Educação, criados em 1946; o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com criação dada em 1951; a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES), criada em 1951; a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do

²⁴ “Pelego”, líder trabalhista ligado ao governo à base de suborno.

Ensino Secundário (CADES), criada 1954; o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e o Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, ambos criados em 1955.

Em 1954, Getúlio Vargas cometeu suicídio, deixando a nação abalada, o que veio a provocar uma revolta popular (RIBEIRO, 2007). O período seguinte, compreendido entre 1955 e 1968, foi marcado pela crise do modelo industrial e da implantação do modelo de desenvolvimento econômico associado.

Em 1956, Juscelino Kubitschek chegou à presidência, tendo João Goulart como vice. Seu governo, com foco em estradas, energia, transporte e a construção de Brasília, recebeu o apoio da burguesia industrial e agrária, do PSD, do operariado sindicalizado e das forças nacionais.

Aponta Ribeiro (2007, p. 153) que “pela primeira vez o governo federal havia se transformado em um instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento brasileiro”. Houve ainda grande entrada de capital estrangeiro, necessário para estabilizar a crise industrial e investir na seguinte fase, saindo da indústria leve e de consumo, para a produção de equipamentos, bens duráveis de consumo e produtos químicos, visando a diminuir as importações.

Vale ressaltar que, entre 1956 e 1961, houve aumento nas possibilidades de emprego, concentração dos lucros nos setores minoritários e externos, acarretando em enriquecimento da minoria dominante.

Todavia, um novo período de crise despontava, exigindo uma reformulação nos modelos político e econômico e ajustes na Constituição, período em que Jânio Quadros se torna presidente, permanecendo Goulart na vice-presidência. Esse governo visava a tornar produtivas áreas inexploradas (RIBEIRO, 2007).

Na década de 1960, apresenta Ribeiro (2007), embora tenha havido uma diminuição no percentual de analfabetos (saindo de 56%, em 1940, para 39,4%, em 1960), o analfabetismo ainda era um problema. Ou seja, em números absolutos, não apresentou decréscimo, pois houve aumento no percentual de habitantes da área urbana e suburbana e, conseqüente, diminuição da população rural de 69%, em 1940, para 55%, em 1960.

Nesse período, aconteceu também um aumento no número de professores e de matrículas, mas ainda insuficientes para atender à demanda da época. Em 1935, 54% da população em idade escolar estava sem escola e, em 1955, o percentual era de 25,8%. A autora apresenta ainda que, em 1955, havia um alto grau de reprovação, uma vez que 15% dos matriculados não frequentavam regularmente a escola e apenas 20,9% dos que ingressam no primeiro ano concluíram o quarto ano.

Ribeiro (2007, p. 156) ainda apresenta que Miguel Arraes de Alencar e Leonel de Moura Brizola, em 1961, tentaram “consolidar a formação e a unidade da Frente Popular de apoio às reformas de base”. As principais foram: reforma agrária, com indenização prévia em dinheiro; reforma política, com direito de voto aos analfabetos; reforma universitária, com a liberdade de ensino; reforma na constituição, para delegação de poderes do legislativo ao Presidente da República; consultas à vontade popular, para o referendo das reformas de base. O objetivo da reforma agrária, por exemplo, não estava pautado nos interesses dos sujeitos do campo, mas tinha por objetivo ampliar o mercado interno, necessário para o desenvolvimento do parque industrial do país.

Jânio renunciou em agosto de 1961 e Goulart assumiu o poder. Com isso, as elites temiam que as reformas propostas por Goulart afetassem seu poder econômico e adotaram algumas medidas para enfraquecê-lo, como o parlamentarismo, e atribuíram funções do Executivo ao Congresso, representado pela elite dominante. Dentre as propostas de Goulart estavam: permitir o voto para os analfabetos e realizar a reforma. Descontente com as reformas anunciadas por Goulart, a elite organizou, em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela liberdade” reunindo cerca de 500 mil pessoas. Em 31 de março de 1964, aconteceu o golpe civil militar.

Quanto às questões educacionais da época, Ribeiro (2007) destaca que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, estava pautada na concepção humanista moderna, contrapondo-se à concepção humanista tradicional, de base religiosa, mas essa última não esteve ausente em seu texto.

Observe-se que a LDB de 1961 estava sendo elaborada desde 1947, após a promulgação da Constituição de 1946, que já apresentava mudanças educacionais trazidas por este texto legal.

Assim, a organização escolar na LDB de 1961 era dividida em:

- Escola pré-primária (maternal e jardins de infância);
- Ensino primário, obrigatório a partir dos 7 anos de idade: voltado para o desenvolvimento do raciocínio, expressão e integração (entre 4 a 6 séries);
- Educação de Grau Médio, dividida em 2 ciclos: Ginásial e Colegial (secundários, técnicos e formação de professores para o ensino primário e pré-primário); o ingresso no ginásial dependia de aprovação em exame de admissão.

O Ensino Técnico era dividido em Industrial, Agrícola e Comercial (as empresas industriais e comerciais que tivessem empregados menores tinham a obrigação de proporcionar a aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho.

O Ensino Normal era voltado para a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares para atuação no primário. A formação de professores para atuação no Ensino Médio seria realizada em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e para atuação no Ensino Médio Técnico, em cursos especiais de educação técnica. O Ensino Superior só seria gratuito em universidades e estabelecimentos isolados federais para aqueles que comprovassem falta ou insuficiência de recursos.

Dentre as peculiaridades encontradas na LDB de 1961, estavam: a recusa de matrícula de aluno reprovado mais de uma vez, condição limitante para a permanência escolar; a inserção de uma variedade de métodos a fim de atender às especificidades das regiões e dos grupos sociais, no entanto, não dava conta de melhor atender à população do campo, uma vez que propunha apenas a flexibilidade dos métodos de ensino; as escolas públicas de ensino médio e superior podiam cobrar anuidades, além disso era de responsabilidade das empresas arcar com a educação de seus funcionários e filhos destes que estivessem em idade escolar.

No que se refere às escolas localizadas em área rural, o artigo 32 da LDB de 1961 apresentava que os proprietários de empresas rurais que não pudessem manter escolas primárias deveriam facilitar a frequência em escolas próximas, ou propiciar a instalação e o funcionamento de escolas públicas em suas propriedades. O artigo 105 estabelecia que os poderes públicos deveriam instituir e amparar entidades que mantivessem na área rural instituições educacionais que fossem “capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais” (BRASIL, 1961, p. 13).

O texto dessa LDB demonstra que o Estado se eximiu da responsabilidade de ofertar e manter escolas ao longo de todo o seu território. Além disso, é nítida a preocupação em promover a adaptação do sujeito do campo ao meio, que não se trata do meio rural, ao qual já é naturalmente adaptado, e sim de atender às necessidades do mercado de trabalho urbano.

Embora a LDB de 1961 tivesse sido instituída para garantir a educação a todos (BRASIL, 1961, Art. 2º), cabe ressaltar que sua prática acontecia de maneira descontextualizada, desvalorizando o campo, suas raízes, suas tradições e sua cultura, uma vez que era adotado um modelo urbanocêntrico de educação. O ensino rural, antes atribuição do governo federal, passou a ser responsabilidade dos municípios, tornando-se precário, devido à falta de recursos humanos e financeiros, sujeitando ainda mais a educação no meio rural aos interesses urbanos (LEITE, 2002).

Diante de tamanho descaso, surgiram, em 1960, movimentos voltados ao atendimento mínimo da educação escolar no meio rural, com o objetivo da formação política

da população, para que essa se tornasse ativa, por meio de novos métodos de alfabetização, como propôs Paulo Freire (2007).

Ribeiro (2007) e Leite (2002) destacam os principais movimentos surgidos nesse contexto:

- a) **Centros Populares de Cultura (CPC)** – surgiram em 1961, tratando de temas recentes em linguagem popular, com o teatro de rua. Apresentavam-se em praças, universidades e sindicatos, além de promoverem cursos, exposições gráficas e fotográficas sobre a reforma agrária, a remessa de lucros, a política externa, o voto do analfabeto e a Petrobras;
- b) **Movimento de Cultura Popular (MPC)** – teve origem em Recife em 1960; apresentava uma análise crítica da realidade social a partir da arte. Fundamentava-se na alfabetização e na educação de base; atuou em Pernambuco e Rio Grande do Norte; uma das campanhas mais conhecidas foi a “De pé no chão também se aprende a ler”;
- c) **Movimento de Educação de Base (MEB)** – iniciou suas atividades em 1961, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ao Governo da União. Utilizava-se da comunicação a serviço da transformação do mundo e a educação como um processo de conscientização, tornando possível a transformação da mentalidade e estruturas sociais.

Motivados por esses movimentos aconteceram dois eventos: o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em 1963, e o Seminário da Cultura Popular, em 1964.

A Universidade de Brasília (UnB), criada em 1961, segundo Ribeiro (2007), apareceu com a pretensão de ser uma ferramenta de busca por soluções para os problemas nacionais, devendo conduzir o povo à independência e à emancipação, diferente de outras universidades brasileiras, que buscavam se equiparar a universidades dos países desenvolvidos.

No entanto, o golpe militar de 1964 interrompeu os ideais da UnB, vindo a ser invadida em 09 de abril de 1964. Foram realizadas prisões e demissões, o que resultou em 210 pedidos de demissão por parte dos professores, que assim o fizeram em apoio aos demais colegas e em resposta à opressão imposta na época.

Após a segunda Guerra Mundial iniciou-se no Brasil o financiamento escolar por parte dos Estados Unidos, o que impactou o meio rural. Segundo Leite (2002), houve a desvalorização cultural e a propagação de formação muito mais técnica para fins de desenvolvimento econômico, com os programas de extensão rural e um modelo de educação

informal, reforçando as condições de dependência política-ideológica, que desfavorecia uma educação democrática e cidadã.

Esse financiamento foi produto de acordos denominados MEC/USAID (Ministério da Educação e Cultura / *United States Agency International for Development*), tendo sido autorizado de forma sigilosa devido à pressão da União Nacional Estudantil (UNE), que denunciava esse tipo de pacto como um mecanismo de subordinação da educação aos interesses norte-americanos. Esses acordos resultaram em diversas medidas, como a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que tinha como objetivo erradicar em dez anos o analfabetismo no Brasil, por meio da alfabetização funcional de jovens e adultos, a partir da leitura, escrita e cálculo. No entanto, o MOBRAL não chegou a alterar as bases do analfabetismo, e, segundo Ribeiro (2007), onde antes a convicção para alfabetizar referia-se à necessidade de participação política ativa do indivíduo, agora, com o MOBRAL, ficava evidente a necessidade de alfabetizar para a participação na vida econômica.

No período da ditadura militar, a educação campesina continuou em um processo de negação quanto à oferta de uma educação de qualidade e a escola disponível passou a substituir professores por técnicos. Tal política visava ao fortalecimento da Extensão Rural e suas nuances e a educação no meio rural não fazia parte de um projeto de educação para o desenvolvimento do campo. Esse período acarretou em aumento de impostos, restrição de crédito bancário, limitação salarial, proibição do direito à greve, fim da estabilidade no emprego, fechamento de pequenas e médias empresas, sendo essas maiores empregadoras de mão de obra.

O contexto da época não parece se diferenciar muito do que vem acontecendo na atualidade, sem precisar estarmos sob um “regime militar”. O que torna evidente a semelhança desse período com a realidade vivenciada é o interesse do Estado em continuar atendendo aos interesses econômicos internacionais, com base no capitalismo, que produz um ciclo de exploração, na lógica antagônica de quanto menor for o poder econômico do indivíduo maior será a exploração vivenciada por ele.

Para Fonseca e Mourão (2008), após 1964, a questão agrária foi militarizada, acontecendo a regularização fundiária, com a entrega de 31 milhões de hectares de terras públicas a pessoas físicas. Esse processo trouxe para o campo brasileiro um mecanismo moderno capitalista, dando início à predominância do trabalho por meio de diárias (boias-frias), à generalização do arrendamento capitalista, à consolidação das grandes empresas rurais exportadoras e à manutenção do grande latifúndio subsidiado por estatais.

Em 1968, aconteceu a primeira reformulação da LDB, pela Lei nº 5.540, que fixou normas de organização e funcionamento do Ensino Superior. Já em 1971, foi realizada a segunda reformulação por meio da Lei nº 5.692/1971, que fixou as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, trazendo as seguintes modificações:

- Uniu-se o ensino primário ao ginásio, estabelecendo o 1º Grau com 8 anos de duração, obrigatório para crianças entre 7 e 14 anos.
- O 2º Grau passou para 3 ou 4 anos, sendo agora universal e profissional, não mais preparatório para o Ensino Superior; seu objetivo era a formação de técnicos e auxiliares para os setores da indústria, comércio, serviço e agricultura, passando a ser denominado de ensino profissionalizante, para diferenciá-lo do ensino profissional, que antes era destinado somente às classes mais pobres; entretanto, o termo não teve muita aceitação chegando, inclusive, a ser denominado “formação específica”, enquanto a formação profissional ficou sob responsabilidade das escolas técnicas.

Ainda no período militar, entre 1979 a 1984, momento de maior opressão e luta pelo direito à terra, se constituiu, de forma organizada, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo formalmente criado em janeiro de 1984, durante o 1º Encontro Nacional MST. Conforme Caldart (2004), o MST nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas no final da década de 1970, especialmente na Região Centro-Sul do Brasil.

Nessa conjuntura de lutas, em 1984, teve início um processo de redemocratização em torno da terra no país, tendo à frente o MST, em uma ação de luta de classes, reivindicando o papel das organizações camponesas.

É importante ressaltar que a negligência no campo não se iniciou com a ditadura militar. Contudo, em razão do conflito pela terra e da forte opressão vivenciada nesse período, a população camponesa se organizou a fim de reivindicar seus direitos, uma vez que o Estado governava para os mais ricos e não atendia às reivindicações das classes menos favorecidas. E foi justamente no momento de maior embate e conflito que se uniram diversos segmentos da população camponesa em prol de sua emancipação.

De acordo com Leite (2002), entre os anos de 1980 e 1985, passou a vigorar o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, que teve por objetivo reduzir as desigualdades sociais nas periferias urbanas e atender às populações rurais. A partir desse Plano, criou-se o Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC/Rural), que tinha como proposta a expansão do ensino fundamental no

campo, a melhoria no nível de vida e de ensino e a redução da evasão e da repetência escolar, por meio de uma redistribuição equitativa dos benefícios sociais.

Mas, na prática não apresentou bons resultados, porque, segundo Leite (2002), os professores tinham formação urbana e pouca preocupação com a realidade campesina, muito menos com os padrões socioculturais e produtivos da zona rural. Embora os problemas essenciais dessa parcela da população tenham sido omitidos, esse programa significou um despertar para um currículo específico para a população do campo.

Findando a ditadura militar em 1985, Tancredo Neves havia sido escolhido por eleição indireta, mas faleceu antes de tomar posse, vindo José Sarney a assumir o cargo, seu vice, que se tornou o primeiro presidente civil pós-ditadura, governando de 1985 a 1990.

Em 1985, decidiu-se pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, que veio a ser instalada em fevereiro de 1987. Nesse sentido, foram organizadas comissões e subcomissões temáticas, das quais resultaram no anteprojeto da nova Constituição. Dentre outras, foi estabelecida a subcomissão de Educação, Cultura e Desporto, que recebeu reivindicações de diversas entidades da sociedade civil.

Sarney restabeleceu as eleições diretas para presidente e promulgou a nova Constituição (1988), que trouxe diversos avanços no processo de democratização do país e para a educação; implantou também o plano Cruzado, em fevereiro de 1986, e, para controlar a inflação, congelou preços e salários, acabando com a correção monetária.

Logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, firmada no dia 05 de outubro, iniciou-se a tramitação de um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, em um longo processo de idas e vindas no congresso, em consultas e discussões, teve aprovação somente em dezembro de 1996. Havia dois projetos em disputa, contudo, o aprovado foi do relator José Jorge, que preservou grande parte da versão apresentada por Darcy Ribeiro, à época Senador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Na década de 1990, o Brasil passou a receber pressões internacionais para oferecer uma educação que atendesse a todas as pessoas. Em março de 1990, realizou-se em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que aprovou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, onde se afirma que a “educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades no mundo inteiro” (UNICEF, 1990). Em seu preâmbulo, chama-se atenção a problemas que ainda estavam persistindo – muitos dos quais ainda persistem – “apesar dos esforços realizados por países do mundo

inteiro para assegurar o direito à educação para todos” (UNICEF, 1990). No documento, apontam-se as seguintes realidades problemáticas:

- mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário;
- mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento;
- mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e
- mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais. (UNICEF, 1990).

Além das questões referentes a universalização escolar, o documento ressalta a necessidade de promover a equidade na educação, conforme destacado no Artigo 3, item 4:

Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. (UNICEF, 1990).

A década de 1990 é considerada um marco para a educação, assim como para a educação do campo, pois foi nesse período que se iniciou a construção de um modelo de educação que realmente respeitasse as necessidades dos sujeitos desse espaço, considerando sua cultura, seus valores, sua história, suas lutas, e exergando o campo com uma visão diferenciada da concepção ruralista.

Nesse período, foi aprovada uma nova LDB²⁵, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em que, todavia, prevalece a ideia de educação rural. Essa lei tem como principal objetivo articular o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No seu Artigo 1º, define que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, e nas manifestações culturais, reconhecendo, assim, os

²⁵ Utilizamos a versão da LDB que compreende diversas alterações, atualizada até o ano de 2017.

demais espaços de formação, inclusive as organizações próprias de reivindicação. Entretanto, essa lei dispõe somente sobre a educação escolar, dividindo-a em 2 níveis: educação básica e educação superior.

A educação básica divide-se em:

- Educação infantil, oferecida em creches (até 3 anos de idade) e Pré-escola (4 a 5 anos de idade);
- Ensino fundamental, com duração de 9 anos (a partir dos 6 anos de idade);
- Ensino médio, com duração mínima de 3 anos.

A Educação Superior é constituída por:

- Cursos sequenciais por campo de saber:
- Cursos de graduação;
- Cursos de pós-graduação;
- Cursos de extensão.

No Artigo 26, a atual LDB discorre sobre a necessidade de resgate da história do país construída a partir das populações negras e indígenas, tornando obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena, da história da África e dos africanos, da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, com vista a resgatar as suas contribuições para a sociedade.

Além desses aspectos, em específico para os povos indígenas, a partir da educação escolar bilíngue e intercultural, deve-se assegurar-lhes a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências e o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

No entanto, em específico para a população campesina, o texto da LDB é vago, sucinto e descontextualizado no que diz respeito aos aspectos epistemológicos defendidos pelos povos do campo. Observamos que a Lei 9.394/1996, atualizada a partir de outros textos legais até o ano de 2017, não apresenta os aspectos constituídos e reconhecidos a partir de 2002 a respeito da educação campesina, apresentando-se ainda dentro de uma concepção ruralizada de educação, tornando-se uma extensão da educação urbana, apesar das conquistas a respeito da educação dos povos indígenas e quilombolas, que ganharam espaço nos textos legais.

Os textos que se referem à educação no meio rural compreendem as necessidades de adequações nos conteúdos, nas metodologias, na organização escolar a partir do

calendário e da natureza do trabalho rural²⁶, que buscou promover adaptações no modelo de ensino ofertado no meio urbano. Observe o texto a seguir:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino **promoverão as adaptações necessárias à sua adequação** às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. **O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas** será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, [1996] 2017, p. 28-29, grifo nosso).

Ao longo de todo o texto da LDB de 1996, percebemos que o único trecho que se refere à educação para os povos do campo foi incluído²⁷ no parágrafo único do Artigo 28, a fim de estabelecer critérios para o fechamento das escolas do campo.

As discussões em torno de um novo modelo de educação para o campo tiveram início no primeiro semestre de 1996, onde estavam presentes diversas instituições, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UnB), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Cabe, também, mencionar o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), promovido pelo MST, realizado em julho de 1997, em Brasília, pois a partir desse evento articulou-se a “Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo”. Tal conferência ocorreu no período de 27 a 31 de julho de 1998, na cidade de Luziânia (Goiás), precedida por encontros estaduais e nasceu com a preocupação de “viabilizar a construção de um novo Projeto Nacional”, de forma a contribuir para a colocação do meio rural na agenda política do país, alimentando a reflexão e mobilização em prol de uma proposta educacional para a comunidade campesina. O foco de discussão dessa conferência foi pensar em um novo projeto de

²⁶ O período letivo deve respeitar os períodos de produção agrícola.

²⁷ Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014.

desenvolvimento para o campo, sobretudo no que diz respeito a uma educação que contemplasse as especificidades desse espaço.

O percurso até aqui apresentado retrata o processo de exclusão dos povos do campo ao longo da história, os quais, por carregarem o estigma da inferioridade e devido às pressões sociais, migraram para as grandes cidades em busca do “desenvolvimento”. Nos grandes centros, depararam-se com desemprego, que os levaram muitas vezes a sobreviverem de bicos, organizaram-se em periferias, perdendo o contato com sua cultura, enfrentaram discriminação e descaso.

Vilhena Júnior e Mourão (2015) retratam que a grande mobilização nacional dos trabalhadores do campo e dos movimentos sociais que lutam pela terra gerou-lhes o ônus de serem criminalizados, punidos e perseguidos. O mesmo não ocorreu aos latifundiários e grileiros, pois o Estado se mostra eficiente e acolhedor apenas para os donos dos meios de produção. As conquistas populares são fruto de muitas lutas, sendo necessário manter-se na militância para garantir e estabelecer dignidade aos sujeitos do campo.

Na perspectiva de Borges e Tavares (2008), esse processo de lutas contribuiu para a formação da identidade dos sujeitos do campo.

Além das políticas, o que marcou o campo de fato foram as lutas sociais e a própria organização dos trabalhadores rurais. No campo da educação, vamos ter pela primeira vez um debate sobre a Educação do Campo e não mais para o Campo. Pois os movimentos sociais, particularmente o MST, passaram a discutir e cobrar do governo (na época FHC) políticas específicas para atender ao segmento do campo e sua realidade. (BORGES; TAVARES, 2008, p. 47).

Após todo esse processo de luta e resistência, a educação do campo passou a ser reconhecida de maneira singular a partir do Parecer CNE/CEB nº 36/2001, que apresenta com muita propriedade histórica um estudo de como a educação no meio rural foi tratada nas Constituições Brasileiras. Posteriormente, foi aprovada a Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, reconhecendo e legitimando institucionalmente a educação do campo, conforme expresso no artigo 2º:

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002).

A responsabilidade do poder público e o respeito às diversidades do campo são estabelecidas nos artigos 3º e 5º:

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

[...]

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (BRASIL, 2002).

O texto dessa resolução nos leva a considerar que, até então, exista certo desconhecimento ou falta de interesse por parte de quem propunha alterações junto à nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É incompreensível o fato de que o desenvolvimento da educação do campo tenha sempre ficado à mercê da “boa vontade” política de quem está no poder. Igualmente, é preocupante o cenário político e econômico atual, onde os “detentores do poder” querem não só descumprir a lei, mas desconstruir direitos que há tempos foram legalizados.

Os problemas sociais, que se agravam com o passar do tempo em nossa sociedade, como desemprego, fome, miséria, falta de moradia, falta de terra, falta de escola, violência, falta de atendimento de saúde, sucateamento dos serviços públicos, só confirmam a cultura de exclusão e de negação de direitos, não só dos sujeitos do campo, mas de outras minorias. Além disso, tal cultura impõe um modelo de educação que não se aplica à realidade dos sujeitos do campo: algumas vezes se trata de um mero modelo transplantado da cidade; outras, para desenvolver um modelo de educação rural, no sentido de atender ao esquema ruralista.

Fernandes (2006, p. 37) apresenta as principais diferenças entre a Educação do Campo e a Educação Rural, em que a “Educação do Campo está contida nos princípios do paradigma da questão agrária, enquanto a Educação Rural está contida nos princípios do paradigma do capitalismo agrário”. O autor afirma ainda que a Educação do Campo é construída pelos movimentos camponeses, no intuito de gerar a autonomia dos territórios materiais e imateriais, onde a educação e o desenvolvimento local são indissociáveis, ou seja, a educação é pensada para o desenvolvimento desse. Já a Educação Rural é construída

por diversas instituições dentro dos padrões do capitalismo agrário, em que coloca o camponês na condição de subalterno ao interesse do capitalismo rural, a educação é pensada para a inserção ao modelo do agronegócio, sendo assim, é apenas um tema a ser estudado.

Leite (2002) apresenta os problemas ligados à escola rural, quanto aos seguintes aspectos:

1. Sociopolíticos: baixa qualidade de vida, desvalorização da cultura, infiltração da cultura urbana e alteração nos valores socioculturais;

2. Situação do professor: presença do professor leigo, formação urbana, dificuldades com transporte e moradia, questões políticas na convocação dos professores, baixo índice salarial;

3. Clientela: aluno trabalhador rural, distância entre a moradia, o trabalho e a escola, turmas heterogêneas em idade e grau de instrução, baixas condições aquisitivas, acesso precário a informações gerais;

4. Participação da comunidade no processo escolar: distanciamento dos pais à ação didático-pedagógica.

Além disso, Leite (2002) aponta outras dificuldades, como: currículo inadequado, pois o mesmo apresenta uma visão urbana; deficiência na estruturação didático-pedagógica; calendário em discordância com a sazonalidade de produção; ausência de orientação técnica, acompanhamento pedagógico e material de apoio para alunos e professores. Também afirma que as instalações físicas das escolas são precárias e sem condições de funcionamento; e que a política educacional rural não atende à realidade camponesa de forma aprofundada e eficiente devido à ausência de recursos humanos, materiais e financeiros.

Caldart (2004, p. 01) afirma “que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos”. Certamente, a educação do campo, em relação à escola urbana, demandará mais investimentos.

Fernandes (2006, p. 142) reforça que: “Não basta ter escolas no campo, queremos ajudar a construir escolas do campo, com projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”.

Abordaremos, a seguir, as propostas apresentadas no meio acadêmico como ideário de um projeto de educação emancipadora, que respeite a identidade dos sujeitos do campo, possibilitando a formação de sujeitos completos, e que vislumbre o campo como espaço de vida digna, de desenvolvimento, de construção de saber, de aprender, de contar e fazer história.

Vilhena Júnior e Mourão (2015) afirmam que o modelo de educação popular atende aos interesses da população camponesa, pois é um instrumento político que busca dar encaminhamento prático aos problemas vividos pelas camadas populares. Esse pensamento coaduna com o entendimento de Ghedin (2015) a respeito dos modelos pedagógicos que possibilitam a formação social do sujeito crítico camponês:

[...] a formação social de um sujeito crítico exige uma pedagogia que lhe possibilite tal formação. Nesse sentido há que se desenvolver os processos pedagógicos orientados por uma *Pedagogia Libertadora* e esta associada a uma *Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos*. O que se sustenta nessa articulação é que não se pode considerar um processo pedagógico sem levar em conta os conteúdos do saber acumulado, as representações mentais e sociais que estruturam a cognição de um sujeito e as condições objetivas e históricas onde esses sujeitos se encontram. (GHEDIN, 2015, p. 10, grifos do autor).

Para Christófoli (2006, p. 96), essa escola deve formar o indivíduo para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho:

A escola que forma o indivíduo para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, numa visão crítica e libertadora deve pautar-se em prepará-los a ter consciência de seus direitos e deveres, a lutar por justiça social, por relações democráticas e pela participação popular nas decisões e gestão de processos públicos capazes de conceber alternativas de organização e desenvolvimento, preparados para argumentos, para requerer, negociar, reivindicar seus direitos.

Nesse sentido, Molina (2006, p. 13) defende a elaboração de políticas públicas afirmativas que visem a superar as desigualdades enfrentadas pelos sujeitos do campo, colocando como desafio a produção de novos saberes “inter e transdisciplinares”, que articulem as diferentes dimensões da vida desses sujeitos aliadas ao processo educacional, “uma escola colada no chão da vida, ligada aos processos da produção da existência social desses sujeitos”.

Segundo Molina e Jesus (2004, p. 20-21), a educação do campo é alicerçada em uma pedagogia crítica e em um projeto político pedagógico vinculado à luta por justiça e equidade social. As autoras apresentam três referências: a **Pedagogia Socialista**, que faz relação entre o trabalho e a educação, de modo que, nesse processo, o homem modifica a si e aos outros, visando a dar conta da realidade socialmente construída em um tempo e espaço histórico, dentro de uma perspectiva crítica; a **Pedagogia do Oprimido**, advinda das experiências da educação popular, a partir da década de 1960, fortemente alicerçada na pedagogia libertadora de Paulo Freire, onde a cultura é formadora do ser humano; e a

Pedagogia do Movimento, construída nos movimentos sociais, sobretudo no Movimento dos Sem-Terra, baseada na realidade do campo e nos processos de resistência e luta.

Daremos ênfase aqui à pedagogia socialista, que se refere ao modelo de educação idealizada por Marx (1982), que, mesmo não abordando de maneira isolada o tema, apresenta um modelo de educação integral para a classe trabalhadora, pautado em 03 eixos que abragem todas as dimensões da vida²⁸, por isso conhecido como omnilateral, composto primeiramente pela educação mental (intelectual), em segundo lugar, pela educação física (tal qual nas escolas de ginásticas e exercícios militares do século XIX) e, em terceiro lugar, pela instrução tecnológica, que abrange os princípios gerais de todos os processos de produção.

Uma vez que a educação integral é um aspecto amplamente difundido neste trabalho, por ser um dos pilares da educação do campo e base do princípio educativo dos Institutos Federais, que em muito se assemelha à concepção de educação idealizada por Marx, sugerimos a valorização dos aspectos emocionais, sociais e a formação política, evidenciados nos ensinamentos de Paulo Freire, para a completude da construção da educação integral, em busca de uma nova realidade social.

²⁸ Marx considera que seu modelo abrange todas as dimensões da vida; ressalta-se que em seu tempo (1868), essas dimensões eram fortemente valorizadas como essenciais.

2 DA HISTÓRIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS À POLÍTICA DE EXPANSÃO

Apresentamos, no capítulo anterior, o contexto em que surgiu a concepção da educação do campo, isto é, emergiu como reação ao histórico de negação do direito à educação dos sujeitos camponeses. Seguiremos, agora, com a análise da história da educação profissional e técnica no país até a construção de seu novo modelo, na forma de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Cabe aqui caracterizar a instituição em que foi realizada a pesquisa, o seu processo de criação, o contexto histórico, sua relação com os menos favorecidos e, especificamente, com os povos do campo, evidenciando-se aqui a importância deste capítulo, tendo em vista a pesquisa tratar-se de um estudo de caso. Feito isso, discutiremos a necessidade de um olhar diferenciado acerca de uma educação efetivamente integral – e não somente de tempo integral –, que comporte uma valorização dos sujeitos envolvidos no processo de construção da sua autonomia.

O processo de expansão da rede federal de educação, por meio dos IFs, ocorreu na intenção de levar educação de qualidade às localidades mais remotas, visando a diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o desenvolvimento local, possibilitando a verticalização do ensino em localidades antes pouco assistidas quanto a políticas educacionais por parte do governo federal. A finalidade de tal iniciativa foi tornar o acesso à educação profissional uma premissa para o desenvolvimento local, regional e, conseqüentemente, nacional, respeitando os sujeitos locais e ofertando uma educação que fortaleça o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

2.1 DAS ESCOLAS DE APRENDIZES AO PROCESSO DE EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Os Institutos Federais nasceram a partir de um longo percurso de transformações, que teve início com as Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, criadas por Nilo Peçanha, com o Decreto nº 7.566. Atendiam, com o ensino profissional primário, a jovens carentes e foram transformadas, posteriormente, em Liceus Industriais, a partir da promulgação da Constituição de 1937, visando a servir a indústria, que vinha se expandindo consideravelmente. Iniciou-se, assim, sua função para o desenvolvimento da economia e melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Com a Reforma Capanema, em 1942, houve a equiparação do ensino profissional e técnico ao nível médio, e, com isso, os liceus passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas. Em 1959, foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, com autonomia pedagógica e administrativa e dentro de uma concepção tecnicista. Mas, somente a partir da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1961, tais escolas foram equiparadas ao ensino acadêmico.

Em 1970, aconteceu uma grande expansão da oferta de ensino técnico e profissional e, em 1978, com a Lei nº 6.545, criaram-se os três primeiros Centros Federais de Educação e Tecnologia (CEFETs), com a oferta de educação tecnológica e de engenharia de operação. Mas, somente em 1994, os CEFETs tornaram-se unidade padrão, vindo a absorver as atividades das Escolas Técnicas Federais e das Escolas Agrotécnicas Federais, e se organizar para receber a revolução tecnológica ocorrida entre as décadas de 80 e 90.

Com a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, os CEFETs, passaram por um período de expansão no que diz respeito à criação de mais unidades nos estados da federação. Fomentados pelo governo federal, passaram então a ofertar ensino médio, técnico e superior. A transformação aconteceu de forma gradativa, após atendimento de critérios do Ministério da Educação, que levava em consideração as instalações físicas, laboratórios, equipamentos, recursos humanos e financeiros, condições técnico-pedagógicas e administrativas.

O Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004, dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica, estabelecendo as seguintes finalidades:

Art. 2º Os CEFET têm por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada. (BRASIL, 2004).

Finalmente em 2008, a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, as Escolas Técnicas e os CEFETs foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), expandindo a educação profissional e tecnológica e integrando a nova concepção de ensino que, até então, era voltada para práticas tecnicistas. Foram criados 38 Institutos Federais, que absorveram 31 CEFETs, 75 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 07 Escolas Técnicas e 39 Escolas Agrotécnicas, além de 08 escolas vinculadas a universidades.

Os Institutos Federais, em sua estrutura organizacional, são administrados pelo Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, e o Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes dos docentes, técnicos administrativos, egressos, pela sociedade civil, pelo Ministério da Educação e pelo Colégio dos Dirigentes. Os reitores e Diretores Gerais dos *Campi* são eleitos para um mandato de 04 anos, a partir de voto secreto, sendo um terço dos votos de representação dos docentes, um terço dos votos dos técnicos administrativos e um terço dos votos dos discentes (IFRR, 2009).

O modelo dos Institutos Federais surgiu como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnica-científica, articulando a educação superior, básica e profissional pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Os IFs estão fortemente inseridos na área de pesquisa e extensão, em busca de soluções técnicas e tecnológicas, apresentando benefícios à comunidade.

Pacheco (2011), ressaltando a nova visão humanística de educação profissional e tecnologia, afirma que:

[...] a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. (PACHECO, 2011, p. 14).

Com essa mudança, os IFs articulam as ações de desenvolvimento territorial. Sendo assim, agregam os saberes regionais, alteram também sua concepção de ensino de educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil, devendo ser reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira, contrapondo-se totalmente à escola tecnicista.

Dentro de suas finalidades e características, expostas na lei de criação, estão: promover o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; gerar e adaptar soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiares regionais; viabilizar a oferta formativa para consolidação do fortalecimento dos arranjos produtivos locais, mapeando as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural; desenvolver o espírito crítico, voltado para a investigação empírica; desenvolver programas de extensão e diversidade científica e tecnológica; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o

empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; possibilitar a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Observamos que a criação dos IFs partiu da preocupação com um novo modelo de nação, voltado para a superação das desigualdades e da exclusão social, política e econômica das regiões menos favorecidas. Os Ifs estão pautados em um modelo de desenvolvimento nacional do local para o nacional, rompendo com uma educação exclusivamente interessada em formar cidadãos para o mundo do trabalho. De acordo com Silva (2008), somente após a revogação do Decreto nº 2.208/97 e a promulgação da Lei 11.892/08, criando os IFs, a educação profissional passou a ser percebida em uma perspectiva mais humanista e social, ganhando espaço na agenda política do governo federal como estratégia para o enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da exclusão social.

Pacheco (2011), acerca dessa nova estrutura dos IFs, também menciona o papel de promover a superação da exclusão social.

O que se propõe [...] uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores explorados de nossa sociedade; uma educação, que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da exclusão social [...]. Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, o qual poderia ser tanto técnico, como um filósofo, um escritor ou tudo isto. (PACHECO, 2011, p. 09).

Esse novo modelo de educação tem oportunizado superar o paradigma proposto pela educação classista, voltada apenas para formar operários. De forma verticalizada, os IFs ofertam cursos de bacharelado, tecnologias, licenciaturas e pós-graduações, permitindo o acesso à formação em seus diversos níveis para a população menos favorecida, e, nesse rol, ressaltamos a população campesina.

Fato é que, quanto ao acesso a partir das suas fases de expansão, a educação profissional e tecnológica, agora com uma visão humanizada, chegou a locais considerados de difícil acesso e a públicos até então marginalizados – evidentemente, há que se advertir que muitos povos ainda estão à margem de uma educação de qualidade.

Pacheco (2011) apresenta uma necessidade fundamental quando da criação de novos cursos, que diz respeito a consultar a comunidade a ser beneficiada com essa nova oferta. Para isso, é preciso que a implantação desses cursos esteja pautada em uma organização administrativa de gestão democrática e participativa, essencial para, em

conjunto com toda a comunidade, interna e externa, prover ou tentar prover um desenvolvimento baseado na real necessidade da região, considerando os arranjos produtivos locais, sociais e culturais.

Ressaltamos a importância de uma instituição que escute toda a comunidade escolar e a sociedade, uma escola que construa e seja construída a partir do diálogo permanente por meio de uma gestão democrática e participativa. Assim, esse novo modelo deve não só apresentar-se como uma proposta viável e que possa responder às necessidades no contexto social que se apresenta, mas também estabelecer relações para a sua efetivação.

Nesse contexto, a preparação, a capacitação e a formação de todos os sujeitos envolvidos no processo tem sido e deverá continuar a ser um fator determinante para que as mudanças na realidade dessas localidades sejam significativas, diferenciando a educação profissional da pedagogia tecnicista. A pedagogia tecnicista aplicada na educação profissional do país trouxe uma concepção muito limitada do processo educacional na educação profissional, que se restringia a ser objetiva e operacional. O educando, ao concluir um curso técnico, teria habilidades e competências para atuar no mercado de trabalho de maneira prática e fragmentada, e isso ocorria devido ao trabalho pedagógico aplicado, que focava apenas na organização racional dos meios, não valorizando o aluno e nem o trabalho docente.

No modelo tecnicista de educação, a exigência da produtividade, por intermédio da racionalização do sistema de ensino, impõe um ensino fragmentado, com resultado uniforme. Esse modelo emprega métodos de ensino não dialógicos, valorizando a mera utilização de manuais, livros didáticos, módulos de ensino e recursos audiovisuais, conforme assinala Saviani (2005).

Fazendo um comparativo da educação tecnicista dos anos 1970, que perdurou até a institucionalidade estabelecida pela Lei nº 11.892/2008, que criou os IFs, notam-se as mudanças de concepções, bem como no nível da estrutura organizacional, do trabalho docente, da gestão, do currículo, entre outros aspectos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Surgiu daí, portanto, um grande desafio para os diversos segmentos e sujeitos que compõem a instituição (alunos, professores, pais, comunidade, sociedade), principalmente, no que diz respeito às concepções filosóficas e pedagógicas dos IFs.

O processo de expansão da Rede Federal de Educação já vinha se concretizando desde 2005, com a revogação do § 5º do Art. 3 da Lei 8.948/1994, que proibia a criação de novas instituições de ensino profissional. O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional tinha por objetivo aumentar a quantidade dessas escolas em todo o território

federal, melhorando a distribuição espacial, ampliando, assim, o acesso à Educação Profissional e Tecnológica.

Esta política pública, além de reafirmar a educação profissional e tecnológica como bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social, compromete-se com a redução das desigualdades sociais e regionais, vincula-se ao projeto de nação soberana e de desenvolvimento sustentável, incorporando a educação básica como requisito mínimo e direito de todos os trabalhadores, mediados por uma escola pública com qualidade social e tecnológica. (BRASIL, 2005, p. 03).

O Plano de Expansão foi realizado em 03 fases. Na fase I, a prioridade era criar instituições nos estados em que ainda não havia a presença da Rede Federal (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), assim como sua instalação em periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. Nessa fase, foi possível a criação de 05 Escolas Técnicas, 04 Escolas Agrotécnicas e 33 UNEDs (Mapa 1).

Mapa 1: Fase I da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: MEC/SETEC, 2018.

Na fase II, que se iniciou em 2007, a meta era a criação de 150 novas instituições federais de educação tecnológica, distribuídas nas 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal, a partir da manifestação do interesse das prefeituras dos municípios.

Em 2011, iniciou-se a fase III, com um projeto de criação de 208 novas instituições até 2014. Em todas as fases da expansão o objetivo principal sempre foi superar as desigualdades regionais, possibilitando o acesso a cursos profissionalizantes, para a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com o MEC (BRASIL, 2016), no período de 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no Brasil. Entre 2003 e 2016, foram construídas mais de 500 novas instituições de ensino desse porte; ao todo, até 2018, (CONIF, 2018) totalizavam 651 *Campi*, confirmando, assim, o grande avanço por meio da expansão da Rede Federal (Mapa 2).

Mapa 2: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atualizado em 2018



Fonte: CONIF, 2018.

Atualmente, conforme histórico, a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a essas instituições federais, tem-se, ao todo, 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (BRASIL, 2019).

Inicialmente, as escolas técnicas eram voltadas para a formação do operariado industrial. No entanto, atualmente, a Rede Federal se configura em um formato para que todas as pessoas, indistintamente, tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Apresentaremos, a seguir, uma descrição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, localizado no extremo norte do país, Região Amazônica, e do *Campus* Novo Paraíso, localizado na região sul do Estado de Roraima, primeira instituição atendida com o Plano de Expansão em Roraima.

2.2 O INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA E O *CAMPUS* NOVO PARAÍSO

Atualmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), possui cinco *campi*. São eles, por ordem de criação: *Campus* Boa Vista, *Campus* Novo Paraíso, *Campus* Amajari, *Campus* Boa Vista Zona Oeste e *Campus* Avançado de Bonfim. Suas atividades iniciaram como Escola Técnica Integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima:

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começou suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 alunos, e Edificações, com 70 alunos. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério. (IFRR, 2018).

Posteriormente, com o Parecer nº 26/1989, passou a integrar o sistema de ensino estadual em 21 de dezembro de 1989, tendo seu Regimento Interno e cursos aprovados pelo Conselho Territorial de Educação. A Instituição, até 1993, contava com 12 professores e 11 servidores técnicos administrativos (IFRR, 2018).

Com a publicação da Lei nº 8.670, de 1º de julho de 1993, tornou-se Escola Técnica Federal de Roraima, pela transformação da Escola Técnica do Ex-Território Federal de Roraima. No período de 1994 a 1999, ofertou o ensino fundamental de 5ª a 8ª série. Iniciou

a expansão dos seus cursos em 1994, o que oportunizou o aumento no número de servidores passando para 226, sendo 113 professores e 113 técnicos administrativos.

Em 2002, o Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, a transformou em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR), iniciando o processo de verticalização da educação profissional, com cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

Em 2005, o CEFET-RR foi contemplado na primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação, configurando, assim, a então Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Novo Paraíso. Conforme histórico,

Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracará, sul do estado. (IFRR, 2018).

Como vimos, a Expansão da Rede Federal foi gestada em 2005, sua implementação iniciou-se em 2006. Planejava-se realizar a entrega da UNED de Novo Paraíso em dezembro de 2006, no entanto, as aulas iniciaram em agosto de 2007.

Com a finalidade de ofertar educação de qualidade para regiões afastadas da capital e contribuir com o desenvolvimento local, os primeiros cursos ofertados foram o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e uma turma do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com 210 alunos. A instituição, assim, fortaleceu os ideais que criaram, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania.

O Programa Territórios da Cidadania foi criado com o Decreto Presidencial de 25 de fevereiro de 2008, com a intenção de promover o crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais e regionais a partir de “ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País” (BRASIL, 2008).

O referido programa articulava ações integradas do Governo Federal, Estadual e Municipal, com um plano a ser desenvolvido em cada território. Integrava um conjunto de políticas públicas e investimentos para melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no intuito de evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais. A fim de

conhecermos um pouco mais sobre o objetivo do programa, apresentamos o art. 2º do Decreto de 25 de fevereiro de 2008:

O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla:

- I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
- II - ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;
- III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
- IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais;
- V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações. (BRASIL, 2008).

Os ideais de combate à exclusão social levaram a investimentos por meio de Planos Setoriais com ações articuladas no combate à desigualdade a partir do desenvolvimento local. Assim, o Programa Territórios da Cidadania, conforme art. 2º, item IV do referido decreto, manifesta claramente o apoio à população campesina por meio dessa política.

No âmbito do CEFET-RR, já na segunda fase da expansão, foram destinados recursos para o que seria mais uma Unidade Descentralizada. Essa próxima unidade foi implantada na região norte de Roraima, no município de Amajari, e teve seu funcionamento autorizado em 2010, por meio da Portaria MEC nº 1.366/2010, dando início ao funcionamento já como *Campus Amajari* no dia 08 de dezembro de 2010. A inauguração do seu espaço aconteceu em agosto de 2012.

Em 2008, houve a transição de Centro Federal de Educação (CEFET-RR) para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), criado por meio da já citada Lei nº 11.892, passando as Unidades Descentralizadas, assim como a sede do Centro Federal de Educação para o *status* de *campi*, denominados *Campus Boa Vista*, *Campus Novo Paraíso* e *Campus Amajari*, surgindo a reitoria.

Em 2011, inicia-se o planejamento da criação do *Campus Boa Vista Zona Oeste*, localizado na região oeste da cidade de Boa Vista. Sua implantação foi autorizada em 23 de outubro de 2012 e o seu funcionamento em 07 de outubro de 2013, pela Portaria nº 993.

A Portaria nº 27 do Ministério da Educação, de 21 de janeiro de 2015, autorizou o funcionamento de diversos novos *campi*, dentre eles o *Campus Avançado de Bonfim*, que veio a atualizar a relação de *campi* por Instituto Federal. Ficaram estabelecidos, assim, no

Instituto Federal de Roraima os cinco *campi* existentes (Boa Vista, Novo Paraíso, Amajari, Boa Vista Zona Oeste e Avançado de Bonfim), além da Reitoria.

O trabalho realizado pelo Instituto Federal de Roraima é norteado por sua missão institucional, que direciona todas as suas atividades. Assim, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional para o quadriênio de 2019 a 2023 (IFRR, 2019), o Instituto Federal de Roraima (IFRR) possui a **missão** de “Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável”.

O IFRR tem como **visão** “Ser excelência na Região Amazônica como agente de transformação social, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação” e dentre seus **valores** estão “Ética e Transparência; Inclusão Social; Gestão Democrática; Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana; Responsabilidade Socioambiental”.

Os **objetivos** Institucionais do IFRR estão descritos na Lei 11.892/2008, definindo suas modalidades de ensino e norteando o trabalho da Instituição:

- a) Ofertar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma integrada;
- b) Ofertar formação inicial e continuada a trabalhadores;
- c) Realizar pesquisa aplicada;
- d) Desenvolver atividades de extensão;
- e) Estimular e apoiar processos educativos para a geração de trabalho e renda, bem como para a emancipação do cidadão;
- f) Ofertar Cursos superiores, por meio de Cursos de Tecnologia, Licenciatura, Bacharelado e Cursos de pós-graduação *lato sensu* e *scripto sensu*.

O incentivo à participação dos estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa e Extensão possibilita uma visão mais ampliada do sujeito a partir de experiências concretas com a investigação e produção de conhecimento científico e tecnológico. As experiências no âmbito da pesquisa colocam esses estudantes em contato com a busca por resolver problemas do cotidiano em suas localidades e que dizem respeito à sua área de formação; já as experiências de extensão possibilitam tanto conhecer a realidade da sua região, quanto trazer soluções a partir dos conhecimentos apreendidos pelas atividades de ensino e pesquisa realizadas dentro da instituição, criando, assim, um processo cíclico e interdependente de interações que buscam alcançar a missão Institucional do Instituto Federal de Roraima.

A formação integral envolve os aspectos científico, profissional, intelectual, social, psicológico, físico, ético, político e estético, e ainda deve promover uma formação autônoma

que possibilite uma educação para a saúde, visando a proporcionar melhora na qualidade de vida desses sujeitos, sejam eles da área urbana ou do campo.

Considerando que o presente estudo de caso abordará os níveis de atividade física dos adolescentes do *Campus Novo Paraíso*, seguiremos no próximo tópico com a apresentação mais detalhada desse *Campus*.

2.3 O *CAMPUS* NOVO PARAÍSO

O *Campus Novo Paraíso* (CNP), como apresentado anteriormente é uma instituição de ensino pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Integra a primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O CNP fica localizado às margens da Rodovia BR 174, km 512, próximo à Vila Novo Paraíso, pertencente ao município de Caracaraí, no estado de Roraima. Distancia-se em 256 km da capital Boa Vista (Figura 1).

Figura 1: Localização do *Campus Novo Paraíso*



Foto: Joelson Lima, 2018.

Essa instituição de ensino foi criada no intuito de atender à Mesorregião Sul de Roraima, com suas Microrregiões Sudeste (Caroebe, São Luiz, São João da Baliza e

Rorainópolis) e parte da Microrregião Caracarái (Caracarái) e ao município do Cantá, que faz parte da Mesorregião Norte e Microrregião Nordeste. No entanto, os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio não possuem alunos desse último município.

Quanto à sua localização, foi implantado nessa região estratégica a fim de permitir o acesso a um maior número de municípios, possibilitando atender a municípios distintos, conforme apresentado por Eliezer Silva (2016, p. 16):

Sua localização tem importância estratégica devido à proximidade do anel rodoviário localizado na Vila Novo Paraíso que interliga a BR-174 (acesso Boa Vista a Manaus) à BR-210, (acesso aos municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe) e a BR-432 (acesso ao município de Cantá).

Foram realizados estudos que justificassem a necessidade de sua implantação. O próprio Plano de Expansão da Rede Federal relata que foram levados em consideração os estudos agrícolas da época, que apontavam potencial da região para o agronegócio, com produção de grãos, pecuária, complexo madeireiro e moveleiro e da agricultura em geral. Ressalta, ainda, que o clima permite a produção durante todo o ano, com períodos chuvosos diferenciado do hemisfério sul, possuindo disponibilidade de 1,5 milhões de hectares para a produção.

De acordo com o referido plano de expansão, foi com base nesse cenário que ficou justificada a criação da UNED de Novo Paraíso, no Estado de Roraima. Sua “missão [está] voltada prioritariamente para o desenvolvimento da Educação Profissional com a oferta de cursos e ações pertinentes ao processo de **desenvolvimento do agronegócio**” (BRASIL, 2005, p. 44, grifo nosso).

Na época da articulação, adesão e implantação da então Unidade Descentralizada – UNED de Novo Paraíso, o Diretor Geral do CEFET-RR era o senhor Edvaldo Pereira da Silva, que permaneceu no cargo no período de agosto de 2004 a agosto de 2012, vindo a ser o primeiro Reitor do IFRR, na qualidade de Reitor *Pro Tempore*.

Em pesquisa realizada em 2008, pelo então Diretor Geral do CEFET-RR, quanto à viabilidade e aplicabilidade da pedagogia da alternância na UNED de Novo Paraíso, confirma-se a preocupação institucional em não ofertar uma proposta pedagógica descontextualizada, e que replique um modelo de educação urbana. Pautado nos preceitos fundamentais da Educação Campesina, o referido diretor expressou seu cuidado reforçando que essa nova instituição deveria valorizar o homem do campo e não contribuir para o êxodo rural.

A maior preocupação, que ainda perdura, é no sentido de procurar evitar que a UNED venha a se tornar apenas em mais um elemento estranho, um alienígena e acabe por decepcionar aquela comunidade com a oferta de uma proposta pedagógica descontextualizada, alheia à sua realidade. Ou que, a exemplo do que ocorre, quando as oportunidades educacionais são apresentadas para a comunidade do campo fundadas nos mesmos princípios e metodologias da escola urbana, a UNED Novo Paraíso passe a se constituir na prática, em mais um instrumento de desrespeito ao homem do campo e sua cultura, de negação de sua realidade e de estímulo ao êxodo rural (SILVA, 2008, p. 03).

Complementa que, no caminhar para a construção dessa UNED Novo Paraíso, foi necessário empreender um movimento de:

[...] busca por alternativas que possam apontar as bases, os fundamentos e os pressupostos necessários à construção de uma proposta de atuação pedagógica para a UNED Novo Paraíso, que seja abrangente e inclusiva em sua concepção e que não fique limitada a um contexto meramente utilitarista do uso da técnica pela técnica. Mas que, ao ser elaborada tenha por fundamento uma teoria de educação e sociedade que respeite a vida, valorize o educando como sujeito, reconheça a importância da diversidade social e cultural dos educandos, esteja imbricada ao contexto da realidade concreta do homem do campo e comprometida com o processo de transformação social (SILVA, 2008, p. 03).

Podemos perceber a intencionalidade de atendimento aos fundamentos básicos da reivindicação dos povos do campo nos trechos extraídos de Silva (2008). Porém, encontramos uma contradição entre a modalidade econômica requerida pelo Plano de Expansão e o tipo de formação idealizado a partir dos estudos do então Diretor Geral do CEFET/RR para implementação na UNED – Novo Paraíso. Apontamos que a educação ruralista se volta para o agronegócio, enquanto que a educação campesina valoriza a cultura e respeita a realidade dos povos do campo.

Os cursos no CNP são voltados para o eixo tecnológico de recursos naturais e alimentos, visando a contribuir com a formação dos sujeitos do campo para viverem do campo e no campo, bem como se estabelecerem cultural, social, econômica e individualmente. Atualmente, o CNP oferta os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura, que funcionam em tempo integral, além do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária em Regime de Alternância e o Curso de Bacharelado em Agronomia, em regime de semi-internato.

A região de atuação do CNP é carente de políticas públicas. Assim, merece atenção especial por parte das autoridades municipais e estaduais, a fim de corrigir as limitações básicas impostas a essa comunidade, nas áreas de saúde, educação, saneamento básico e

infraestrutura, essenciais para a qualidade de vida.

O CNP conta com uma área total de 523,23 ha de terras e aproximadamente 8.400 m² de área construída. Possui dois blocos administrativos que comportam: Gabinete do Diretor Geral, Chefia de Gabinete, Coordenação de Comunicação Social, Sala de Reuniões, Almojarifado, Coordenação de Protocolo, Sala de Segurança, servindo de guarita, além da Coordenação de Tecnologia da Informação, Coordenação do Curso de Bacharelado em Agronomia, Coordenação de Registros Escolares, Copa, Coordenação de Estágio, Coordenação de Extensão e Coordenação de Pesquisa, Departamento de Administração e Coordenação de Orçamento e Finanças.

Há um anexo onde se encontra um novo almojarifado. Em um corredor à parte, funcionam: um laboratório de informática, com capacidade para 30 máquinas, uma sala de projeção, que tem o nome de CINE-IF, e a sala de professores, com banheiros, bancadas individuais, televisão 55 polegadas e mesas de reunião.

Possui uma área de convivência (Espaço Cultural), com minipalco e duas salas laterais, uma das quais armazena equipamentos de som, e na outra funciona a reprografia. Na sequência, está o restaurante, com uma área ampla, mesas, cadeiras e televisor de 55 polegadas; o espaço funciona com cessão de espaço a partir de processo de licitação.

A unidade possui uma biblioteca ampla, com um acervo de aproximadamente 7.300 livros, com local de estudo individual e coletivo, acesso à Internet, local reservado para o acervo, e local de processamento técnico do acervo, tendo disponíveis mesas, cadeiras, computadores, bancada e centrais de ar.

Possui 03 corredores de salas de aula, totalizando 15 salas de aula amplas, com carteiras escolares, armários individuais, centrais de ar, quadro de vidro e televisores de 55 polegadas. Um corredor com quatro laboratórios, sendo um de Biologia e Química, um de Agroindústria, um de Sementes e outro de Solos, todos equipados.

Conta com um anexo administrativo que atende ao ensino com 04 salas, onde funcionam a Coordenação Pedagógica, o Departamento de Ensino, as Coordenações de Cursos Técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura e uma sala de apoio dos assistentes de aluno.

Há um anexo, onde funciona a Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), que conta com os serviços de assistência social, psicologia e enfermagem e ainda um consultório odontológico montado, que atende por meio de parceria com a prefeitura municipal de Caracará e instituições parceiras.

Possui ainda dois blocos de banheiros para ambos os sexos, sendo que um dos blocos possui vestiário. Conta com 03 alojamentos mobiliados, com capacidade para alojar 40 pessoas cada, possuindo banheiro, área de convivência, dormitórios, com área de estudo individual, com central de ar, camas e colchões e lavanderia, além de uma casa de apoio, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Possui um ginásio poliesportivo, com quadra esportiva, banheiro, vestiário, pequena academia equipada, depósito de material, área ampla para dança ou lutas e sala para atendimento, treinamento e reuniões.

Sua estrutura conta também com dois pequenos anexos, que atendem ao Departamento Técnico, responsável pela administração das áreas didáticas de campo, com o preparo e a manutenção das áreas produtivas e de animais, além de acompanhamento durante as aulas de campo. O *Campus* ainda comporta laboratórios e extensões didáticas com diversas áreas de cultivo, estufas e ambientes de apicultura, avicultura, caprinocultura e ovinocultura, piscicultura, suinocultura, campo agrostológico, culturas anuais, olericultura, silvicultura, trilhas ecológicas e área de pesquisa em agroecologia, coordenado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEPEAGRO)²⁹ (Figura 2).

Figura 2: Anexos do *Campus* Novo Paraíso



Foto: Joelson Lima, 2018.

²⁹ Para conhecer melhor a estrutura física do *Campus* Novo Paraíso, consultar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agronomia, que contém descrição completa e recente.

Compõem o quadro de pessoal do CNP 48 servidores técnicos administrativos e 53 docentes, sendo 28 da área básica e 25 da área técnica.

O IFRR incentiva e fomenta a execução de programas e projetos voltados para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, cada um articulado, acompanhado e avaliado pelas respectivas pró-reitorias.

Visando a humanizar o período de permanência na instituição de ensino, a gestão do CNP, em 2016, decidiu concentrar as aulas pela manhã e parte da tarde, de maneira que os discentes dispusessem de tempo, pelo menos, duas vezes na semana, para participar de atividades esportivas, programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, buscou oportunizar a participação desses alunos em atividades de reforço, monitorias, dependências, orientação para escrita de relatórios de estágios e ações de promoção à saúde e à educação, porque para esses alunos é impossível seu retorno em horário oposto.

É importante destacar que o objetivo geral do Curso Técnico em Agropecuária tem “como foco os arranjos produtivos locais, a agricultura familiar e a sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do Estado” (IFRR, 2012, p. 5). Já os cursos Técnico em Agroindústria e Técnico em Aquicultura não fazem referência a tal formação, porém o currículo de ambos habilita a formação tanto para a agricultura familiar quanto para o agronegócio.

Assim, levando-se em consideração que a política de educação do campo já está instituída pelo Governo Federal desde 2002 e, aos poucos, vem se fortalecendo, deve-se salientar que o simples fato de uma instituição de ensino, como o CNP, localizar-se em ambiente rural, atender a alunos camponeses, possuir curso em regime de alternância e parte do seu currículo e perfil institucional ter afinidade com a educação do campo não é suficiente para que ela seja considerada uma instituição de educação do campo, no sentido epistêmico, social e político do termo. Pode-se afirmar que o CNP atende a muitos dos requisitos de uma escola do campo, porém seus profissionais necessitam de formação adequada para a construção de uma escola verdadeiramente alicerçada nas bases filosóficas e epistemológicas da educação do campo.

Devemos ressaltar que ainda são poucos, de modo geral e, especificamente, em Roraima, os cursos de formação de professores (licenciaturas) ou bacharelados que contemplem em seu currículo a política de formação voltada para a educação desses povos.

Nesse sentido, indicamos a necessidade de reformulações em nível curricular a fim de realizar uma melhor aproximação entre o ensino ofertado pelo *Campus Novo Paraíso* e a Educação do Campo.

3 ATIVIDADE FÍSICA PARA A SAÚDE E A QUALIDADE DE VIDA

Vários autores (LIMA *et al.*, 2014; LIPPO *et al.*, 2010; SAMULSKI *et al.* 2009; HALLAL *et al.*, 2006; OEHLSCHLAEGER *et al.*, 2004; SILVA; MALINA, 2000) têm demonstrado a importância da atividade física para a manutenção da saúde e para a qualidade de vida do indivíduo.

A OMS (1948) define saúde como um conceito bem amplo: um estado de bem-estar geral, físico, psicológico e social; não relacionada somente à ausência de doença, pois depende de um processo multidimensional. Dessa forma, a saúde física é um dos aspectos que contribui para esse estado composto por todo um conjunto de fatores. Embora esse conceito ampliado de saúde já exista há algumas décadas, o modo de vida dentro do sistema capitalista acaba por não evidenciá-lo. Já doença diz respeito a alterações da estrutura ou função fisiológica, com a presença ou não de sintomas.

A promoção da saúde³⁰ tem por objetivo a autonomia e a equidade dos indivíduos, uma vez que os mecanismos de produção das desigualdades são diversos, antigos e arraigados nas dinâmicas sociais, conforme apontam Arantes *et al.* (2008).

Nesse sentido, devemos refletir sobre as contradições presentes entre a realidade encontrada no campo e o que está estabelecido em nossa lei maior, a Constituição Federal de 1988, que, no artigo 6º, estabelece como direitos sociais “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Embora esses direitos sejam explícitos, em sua prática são negligenciados. Minayo (1992) cita, além destes, outros fatores que determinam a saúde: renda, meio ambiente, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde.

Arantes *et al.* (2008, p. 196) afirmam que as práticas de promoção da saúde devem assegurar “bem estar, autonomia e produtividade social, afetiva, política e cultural”, devendo tal responsabilidade ser compartilhada entre indivíduos, Estado e sociedade civil organizada. Entretanto, Palma (2009) faz crítica a respeito da responsabilidade cobrada aos indivíduos para que se envolvam em programas de exercício físicos no intuito de disciplinar os corpos, manobra que vem se estruturando a fim de eximir a responsabilidade estatal.

³⁰ Promoção da saúde é definida pela OMS (1986) como um processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo.

Contudo, entendemos que alcançar melhores níveis de saúde deve ser responsabilidade de todos, uma vez que o envolvimento do indivíduo com a prática regular de atividade física pode contribuir para o seu bem-estar geral, resultando em melhora no estado de saúde e na qualidade de vida.

No que se refere à saúde, o artigo 196 da CF/1988 assegura ser um direito de todos e um dever do Estado. Em 1990, foi promulgada a Lei nº 8080 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, sendo estas assumidas pelo Sistema Único de Saúde, conforme disposto no § 1º do artigo 2º:

O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem a redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990, p. 10).

A qualidade de vida é definida pela OMS (1998) como a percepção e o grau de satisfação que um indivíduo tem sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Esta percepção é influenciada pelas condições de trabalho, pela saúde física e psicológica, pelo nível de independência do indivíduo, educação, habitação, saneamento básico, crenças pessoais e vida social.

Nesse sentido, a qualidade de vida e a saúde devem caminhar na mesma direção, mesmo que em alguns momentos possam diferenciar-se, uma complementa a outra, pois uma pessoa pode possuir uma enfermidade e estar em melhores condições de qualidade de vida em relação a outra que não possui doença, mas não tem suas necessidades mais básicas satisfeitas. Portanto, a qualidade de vida depende da percepção subjetiva do seu bem-estar geral.

Samulski *et al.* (2009) ressaltam a relação existente entre a atividade física, a saúde mental e a qualidade de vida. Para os autores, os benefícios da prática regular de atividade física envolvem a redução nos níveis de ansiedade, estresse e depressão, melhoras no humor, aumento do bem-estar físico e psicológico, melhor funcionamento orgânico geral, maior rendimento no trabalho, dentre outros.

A atividade física produz melhoras no estado de saúde geral, físico, mental e social. Polito (2010, p. 16) afirma que “realizar atividade física de lazer, manter uma alimentação equilibrada e reduzir o estresse melhora a qualidade de vida, e conseqüentemente, a saúde das pessoas”.

Uma vez que os conceitos de saúde e qualidade de vida estão interpostos, é necessário que, para a prática de atividade física, sejam considerados o interesse do indivíduo, dentro dos seus sistemas de valores e cultura. Para desvincular a ideia de que atividade física é somente ir a uma academia, participar de um grupo de corrida, de ciclismo, de ginástica aeróbica e da famosa “funcional” passamos a definir o conceito de atividade física.

A definição mais clássica é a de Caspersen, Poweell e Christenson (1985), que conceituam a atividade física como qualquer tipo de movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos, que resulte no aumento do dispêndio energético superior ao requisitado para permanecer em estado de repouso. Então, a atividade física é qualquer atividade que produza gasto de energia além da necessária para a manutenção do organismo.

A atividade física está relacionada a quatro domínios, que são as atividades de **lazer**, as atividades **domésticas**, as atividades **ocupacionais** e as formas de **deslocamento**. Dessa forma, contemplam-se as atividades da vida diária, como tomar banho, dirigir um carro, subir escada, ir à padaria, limpar a casa, correr para pegar o ônibus, andar a cavalo, plantar, colher, caçar, dançar, ir para a escola ou para o trabalho a pé ou de bicicleta, praticar esportes e todas as demais atividades que resultem em um dispêndio energético além dos níveis de repouso.

Já o exercício físico é a organização e a sistematização da atividade física, com controle de variáveis relacionadas ao volume e à intensidade do esforço (POLITO, 2010). É entendido por Matsudo *et al.* (2001a) como uma subcategoria da atividade física e está inserido no rol das possibilidades de atividade física.

Neste trabalho, utilizamos o termo atividade física, pois este envolve todos os domínios de esforço físico que resulte em gasto calórico. Sabemos que a maior quantidade de energia gasta pelo corpo humano é aquela responsável pelo funcionamento dos nossos órgãos e sistemas (metabolismo basal); relativamente, poucas calorias são gastas no momento em que está sendo realizada a atividade física. No entanto, os seus benefícios estão para além do momento da prática, pois o gasto calórico continua no processo de recuperação pós-exercício. Outro resultado a ser considerado é uma melhora gradativa na taxa metabólica basal.

A atividade física tem por objetivo principal o desenvolvimento da aptidão física. O *American College of Sports Medicine* (ACSM, 2000) define a aptidão física relacionada à saúde como sendo a capacidade de realizar com vigor tarefas diárias, e o baixo risco de

desenvolvimento prematuro de doenças resultantes do sedentarismo. A aptidão física para a saúde envolve quatro dimensões: na dimensão **morfológica** estão a composição corporal, a massa muscular, o tecido ósseo e adiposo; na dimensão **funcional-motora**, o consumo máximo de oxigênio, a força, a flexibilidade e a resistência; na dimensão **fisiológica** estão a pressão sanguínea, a tolerância ao lactato, e o glicogênio e na dimensão **comportamental**, a tolerância ao estresse (PITANGA, 2010).

A falta da prática regular de atividade física, a longo prazo, proporciona algumas limitações a nível musculoesquelético e articular, devido à redução de força, resistência e flexibilidade. Para Polito (2010), quando há melhora no condicionamento físico³¹, é possibilitado ao indivíduo executar esforços que antes não conseguia ou realizava com dificuldade, melhorando assim a qualidade de vida.

As qualidades físicas mais importantes para a qualidade de vida, ressalta Polito (2010), são a **força**, que possibilita melhora cardiovascular e aumento da massa muscular que proporciona maior capacidade de desempenho nas atividades diárias; a **flexibilidade**, que proporciona maior amplitude do movimento; a **agilidade**, que permite realizar certo movimento com coordenação e velocidade, possibilitando maior eficiência, e o **condicionamento aeróbio**, que possibilita maior consumo de oxigênio pelo organismo, proporcionando maior resistência cardiorrespiratória, contribuindo para a diminuição dos riscos de desenvolver doenças como obesidade, diabetes tipo 2, hipertensão arterial e cardiopatias.

3.1 SEDENTARISMO, SOBREPESO E OBESIDADE

As mudanças na rotina do homem desde a pré-história e o implemento tecnológico levaram o indivíduo a desenvolver um estilo de vida cada vez menos ativo. A falta de atividade física regular é o conceito de sedentarismo (SALLIS; OWEN, 1999). Com o processo de envelhecimento, essa condição pode acarretar em atrofia muscular, resultando na diminuição da resistência, força e flexibilidade, aumentando a flacidez muscular e a gordura corporal, condições que podem provocar mudanças no autoconceito do indivíduo (SAMULSKI *et al.*, 2009) e, conseqüentemente, afetar sua qualidade de vida, pois acarretará limitações na sua vida cotidiana.

³¹ É o processo pelo qual o corpo torna-se apto a desenvolver atividades motoras específicas.

McArdle, Katch e Katch (2008) afirmam que o acúmulo excessivo de gordura corporal representa um distúrbio heterogêneo no qual a ingestão energética ultrapassa cronicamente o dispêndio de energia. Ainda para esses autores, sobrepeso é uma condição de gordura excessiva em que o peso corporal ultrapassa a média para estatura e idade. Cordeiro *et al.* (2016) ressaltam que a presença de sobrepeso em metade do período da infância é preditor para a obesidade quando adulto. Em 1995, a OMS havia estimado que, no ano de 2025, o número de crianças e adolescentes com sobrepeso e obesidade poderia chegar a 75 milhões no mundo. Todavia, em 2016, esse número foi ultrapassado, uma vez que já havia se atingido os 213 milhões de crianças e adolescentes com sobrepeso e 124 milhões com obesidade no mundo (OPAS, 2017).

Obesidade³² refere-se ao extremo do *continuum* de sobrepeso (MCARDLE, KATCH E KATCH, 2008). A gordura excessiva acompanha um agrupamento de comorbidades que inclui componentes da “síndrome dos obesos”, como intolerância à glicose, resistência à insulina, dislipidemia, diabetes tipo 2, hipertensão, concentrações plasmáticas elevadas de leptina, tecido adiposo visceral, aumentando o risco de doença cardíaca coronariana e de câncer.

Os efeitos do sedentarismo, do sobrepeso e da obesidade em um indivíduo podem passar despercebidos em exames de rotina (glicose sanguínea, colesterol, triglicerídeos, pressão arterial e eletrocardiograma), que podem indicar no primeiro momento taxas normais, mas a longo prazo há uma probabilidade do aparecimento de enfermidade crônica e degenerativa.

De acordo com a OMS (2014), o sedentarismo se deve parcialmente à inatividade física no lazer, no trabalho ou em casa, e ao aumento no uso de transportes “passivos”. Assim, estima que 70% da população brasileira não pratica exercícios físicos regularmente, ficando propensa a problemas cardíacos.

O sedentarismo vem sendo responsável por 54% do risco de morte por infarto e por 50% do risco de morte por derrame cerebral. Além disso, é a principal causa de aproximadamente: 25% dos cânceres de mama e de cólon; 27% da diabetes; 30% das doenças cardíacas isquêmicas. Esses índices situam o sedentarismo como o quarto principal fator de risco de mortalidade global. Estima-se que 3,2 milhões de pessoas morrem a cada ano por falta de atividade física e que pessoas pouco ativas têm entre 20% a 30% mais risco de morte se comparadas às que praticam atividade física (OMS, 2014).

³² É um distúrbio nutricional, a partir do desequilíbrio entre a ingestão e o gasto calórico, que passa a gerar acúmulo excessivo de gordura no organismo (COSTA; LEÃO; WERUTSKY, 2002).

As doenças causadas pelo sedentarismo são denominadas hipocinéticas, e vêm acometendo grande número de pessoas em todo o mundo, aumentando o fator para morbidade³³ e mortalidade³⁴. Diante da relação da morbidade e mortalidade com sedentarismo, é que esse, a partir de 1992, foi declarado como doença pela OMS. A partir de estudos realizados em 16 países, coordenado por Hallal (2014), o sedentarismo foi identificado como uma pandemia.

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) estão associadas a fatores que se inter-relacionam, como predisposição genética, alimentação inadequada e falta da prática regular de atividade física, sendo que as duas últimas fazem parte de fatores externos, descritos como pertencentes ao estilo de vida do indivíduo.

Quanto ao ambiente urbano e rural, Garibaldi *et al.* (2014) afirmam que a obesidade é mais presente na área urbana, assim como o excesso de peso. Contudo, a partir da década de 1970, foram observadas alterações no perfil do estilo de vida das populações que residem em área rural, devido ao processo de modernização e desenvolvimento, apresentando mudanças sociais, culturais e econômicas nesses áreas. A partir de 2005, a prevalência de sobrepeso nas áreas rurais já representava 21% na região nordeste, 40% na região sul e entre 28 e 34% nas demais regiões do Brasil.

Diante dos elevados índices de sedentarismo, os países membros da OMS acordaram, em 2013, pela redução da inatividade física em 10%. Foi criada então a plataforma do *Plano de Ação Global para a Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis*, para o período entre 2013 a 2020. Em 2018, estabeleceu-se novo acordo, o *Plano de Ação Global para a atividade física 2018-2030* (OMS, 2018), cuja meta é reduzir a inatividade física em 10% até o ano de 2025 e em 15% até 2030.

Frente a esses dados e a fim de cumprir o plano proposto pela OMS, os profissionais de educação física devem estar atentos e contribuir com a redução do sedentarismo, incentivando e possibilitando uma formação que proporcione o conhecimento crítico a seus alunos a partir das relações existentes entre o sedentarismo e a predisposição ao aparecimento de doenças, para que assim os sujeitos possam optar por um estilo de vida ativo, diminuindo as chances de limitações resultantes do acúmulo de gordura corporal e das doenças associadas.

³³ Conjunto dos indivíduos que adquirem doenças em um intervalo de tempo em uma determinada população (GLOSSÁRIO, 2019).

³⁴ Conjunto dos indivíduos que morreram em um dado intervalo de tempo (GLOSSÁRIO, 2019).

3.2 A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NA ADOLESCÊNCIA

A infância e a adolescência são os períodos de construção identitária do indivíduo. Segundo Inhelder e Piaget (1976), na adolescência acontece o estágio das operações formais, em que aparecerão as características que irão marcar a vida adulta. Nessa etapa, o pensamento lógico alcança as operações formais e abstratas, com o amadurecimento do pensamento formal. Suas relações passam a ocorrer pela cooperação e pela reciprocidade ao nível afetivo, superando-se o sentido de “obediência”. Assim, o indivíduo passa a construir funções autônomas baseando-se na discussão e no consenso, não negando o determinismo e influência externa, destacando a partir dessa fase a capacidade de reflexão sobre as limitações que lhe são impostas. Inicia-se a construção da autonomia, fase em que o indivíduo passará a desenvolver um pensamento próprio e, na busca por entender-se como ser social, inquieta-se no sentido de querer estabelecer sua visão de mundo, de homem e de sociedade.

A cultura corporal de uma pessoa é definida a partir das experiências que ela tem em suas interações. Nesse sentido, desde cedo a criança deve ter experiências com um estilo de vida saudável, desde a alimentação à prática regular de atividades físicas, para que se desenvolva de forma plena no sentido biológico, psicológico e social. Enfim, deve-se buscar formar na criança uma cultura corporal que lhe permita viver e envelhecer com mais saúde.

Silva *et al.* (2009) e Neves *et al.* (2013) pontuam que uma das maneiras de promover um estilo de vida ativo e melhorar a aptidão física de adolescentes é por meio de programas escolares de educação. Neves *et al.* (2013) ainda expressam preocupação quanto à diminuição do tempo das aulas de educação física nas escolas, pois esse é um dos fatores que têm contribuído para a redução do gasto energético.

Weineck (2005) afirma que, para um desenvolvimento psicológico e físico harmonioso, crianças e adolescentes necessitam de uma dose suficiente de movimento. No entanto, a escola nem sempre têm contribuído para uma cultura do movimento, uma vez que as crianças e os adolescentes no período escolar devem manter-se quietos e sentados. Claro que cada atividade realizada nesse ambiente tem um propósito, mas é importante ressaltar que todo estímulo é aprendido, e que as relações de interação entre os sujeitos e o ambiente possibilitam experiências significativas que podem produzir melhora na capacidade cognitiva, física e emocional nesse estágio transitório da formação humana.

Luciano *et al.* (2016) considera que a prática de atividade física na infância e adolescência é necessária para manter esse estilo de vida quando adulto. Ceschini e Figueira Junior (2009) apresentam os diversos benefícios da prática da atividade física durante a adolescência, dividindo-os em aspectos: **biológicos**, por reduzir a adiposidade corporal, melhorar a saúde cardiovascular e a massa óssea, aumentar a força e a resistência muscular; **psicológicos** por reduzir a ansiedade, a depressão, e melhorar a auto-estima; e **acadêmicos**, por melhorar a disposição e fortalecer o organismo de forma geral, refletindo no desempenho escolar e redução de faltas.

Devemos considerar que para melhorar os níveis de atividade física entre crianças e adolescentes, o comportamento sedentário deve ser reduzido, seja no lazer, na escola ou no trabalho, onde geralmente ocorre o uso exagerado do computador, celular, vídeo games e TV, atividades que os fazem permanecer sentados.

Eisenstein e Estefenon (2011) reforçam que as crianças e os adolescentes vivem em dois mundos: o mundo real e o virtual. Virtualmente, todos se encontram, aprendem, jogam, brincam, trocam fotos, ganham dinheiro, resolvem problemas, começam e terminam amizades e namoros. Se, por um lado, a internet oferece aventuras e oportunidades, por outro, também oferece riscos à saúde, pois o excesso de horas no uso do computador é um dos hábitos sedentários, que pode levar à deficiência do sono, queda no rendimento escolar. Ainda podem surgir doenças como fadiga ocular, síndrome do túnel do carpo, acompanhadas de alterações do humor, riscos auditivos induzidos pelo ruído e transtornos posturais.

É importante ressaltar que a atividade física ou exercício físico deve ser prazeroso. Samulski *et al.* (2009) consideram que a competição esportiva produz mais estresse do que o reduz, e recomendam a prática de exercício ou atividade física de intensidade moderada para fins de melhorar a saúde.

Com a prática de atividade física moderada, adolescentes e adultos obesos melhoram a composição corporal e a distribuição de gordura visceral. E, com a associação de um exercício mais intenso, é capaz de melhorar a aptidão cardiovascular, propiciando uma “melhora nas co-morbidades relacionadas a obesidade, mortalidade reduzida e efeitos benéficos sobre as doenças crônicas existentes” (MCARDLE; KATCH; KATCH, 2008, p. 869). Assim, os autores orientam quanto às possibilidades de perda de peso:

Para meninos e meninas obesos, as alterações mais favoráveis na composição corporal ocorrem com: 1. Exercício físico de longa duração e baixa intensidade; 2. Exercício aeróbico combinado com um treinamento

de resistência com algumas repetições; 3. Programas de exercício combinados com um componente de modificação comportamental. (MCARDLE; KATCH; KATCH, 2008, p. 869).

Questionando sobre quais seriam as possibilidades de intervenção para uma mudança de comportamento que levem à formação de crianças e adolescentes mais ativos, ressaltamos a importância do profissional de educação física. Segundo Guedes e Guedes (2001) esses profissionais necessitam posicionar-se frente à complexa realidade apresentada em torno do sedentarismo:

A qualidade e a eficiência dos programas de educação física escolar estão estreitamente associadas ao tipo de atividade que os escolares são efetivamente envolvidos durante as aulas e a proporção do tempo de participação em esforços físicos que possam induzir a adaptações fisiológicas favoráveis ao melhor funcionamento orgânico dos jovens. (GUEDES; GUEDES, 2001, p. 34).

É importante ressaltar que, além das aulas de educação física e programas escolares, são necessárias políticas públicas voltadas para uma cultura do movimento entre crianças e adolescentes. Entretanto, percebemos que o desenvolvimento de políticas em educação, saúde, segurança, esporte, lazer e assistência social para a área rural sempre foi precário e ficou aquém do atendimento das necessidades básicas da população campesina.

Quanto à educação, esses sujeitos enfrentam a seguinte realidade: escolas precárias, falta de professores, escolas distantes de sua localidade, tendo que se deslocar para as cidades mais próximas para estudar caso pretendam “crescer na vida”, e se a família tiver condições, vão para um centro urbano ou outro estado fazer uma faculdade.

O ensino ofertado em muitas escolas da zona rural possui um currículo urbanocêntrico fora da realidade campesina, pois o campo é visualizado como local de atraso, subdesenvolvido, e seus sujeitos vistos como ignorantes, atrasados, preguiçosos, ingênuos ou desprovidos de cultura.

Na saúde, não é diferente: mesmo existindo uma Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (BRASIL, 2013), nem sempre existe um posto de saúde, e quando existente, é precário, há falta de medicamentos, médicos. Além disso, essas populações sofrem com a falta de saneamento básico e a baixa qualidade da água, realidade que atualmente não parece ser característica somente do campo.

Quanto ao esporte, ao lazer, que estão ligados à promoção da saúde, as políticas públicas voltadas a essas populações são mínimas, há raros projetos com essa finalidade e, geralmente, concentram-se em um município-sede, o que inviabiliza a participação dos

moradores dos povoados da área rural. No entanto, apesar dessa condição de negação, há uma riqueza de possibilidades no campo: suas tradições (festas, ritos e manifestações culturais), seus passeios a cavalo e bicicletas (que também servem como meio de transporte), além dos banhos em rios, igarapés e cachoeiras, jogos, brincadeiras e esportes tradicionais.

A respeito da segurança, esses sujeitos são deixados ao próprio “destino”, pois esse espaço é permeado por questões ligadas à violência, principalmente contra mulheres, crianças e adolescentes, pois as políticas públicas voltadas para esse público pouco chegam ao campo, estando centralizadas nas áreas urbanas.

Quanto à assistência social, resume-se a benefícios como o bolsa família. As famílias do campo quase não possuem assessoria para a produção agropecuária e comercialização de seus produtos, ocorrendo raramente algumas ações de investimento e incentivo para que o pequeno produtor se mantenha no campo e desse espaço retire o seu sustento e de sua família. Além disso, os trabalhadores do campo enfrentam dificuldades no processo de aposentadoria.

Glaner (2005) ressalta que o meio ambiente é um determinante do estilo de vida. Pessoas de uma mesma região geográfica, separadas por apenas alguns quilômetros, podem ter estilos de vida completamente diferentes, tanto em relação aos hábitos alimentares quanto às atividades físicas e laborais, principalmente entre os meios rural e urbano. Borges e Ghedin (2016) sugerem que as escolas do campo devem centrar-se na formação do ser humano como ser social responsável por seus atos, ressaltando importância não apenas das oportunidades, mas também da capacidade de escolhas que delineiam o estilo de vida dos indivíduos, neste caso uma vida ativa.

Aragão (2015, p. 172) afirma que os professores de educação física não devem ofertar somente atividades esportivas e recreativas, mas sobretudo devem propor metas voltadas à educação em saúde³⁵, visando não somente a tornar crianças e adolescentes ativos fisicamente, mas conduzi-los a “optarem por um estilo de vida saudável ao longo de toda a vida”.

Assim, é importante que a educação profissional desenvolva nos estudantes mais que habilidades técnicas e táticas. Deve possibilitar o uso do conhecimento para viver de maneira saudável.

³⁵ Processo educativo de construção do conhecimento que visa à apropriação da saúde pela população.

3.3 NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA DE ADOLESCENTES NO BRASIL

Realizamos um levantamento dos estudos no país quanto ao nível de atividade física em adolescentes, a fim de que, conhecendo a realidade, possamos comparar com os resultados desta dissertação.

A Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (IBGE, 2015) apresentou resultados de atividade física de adolescentes com idade entre 13 e 17 anos no Brasil, em que 34,4% foram considerados ativos, 60,8% insuficientemente ativos e 4,8% inativos. Em **Roraima**, o índice de ativos chegou a 35,2%, com diferença entre os sexos masculino (32%) e feminino (15,7%). Quanto à autopercepção da condição de saúde no referido estado, 68,8% dos adolescentes indicam que sua saúde é muito boa ou boa, ao passo que 22% a classificam como regular e 7,6% a consideram ruim ou muito ruim.

Em Niterói, Rio de Janeiro, aproximadamente 90% dos estudantes de 14 e 15 anos são inativos fisicamente; os meninos são menos inativos (85%) que as meninas (94%). Nesse estudo, constatou-se que a média de tempo de TV diário é de 4,4 horas para os meninos e 4,9 horas para as meninas (SILVA; MALINA, 2000).

Farias Júnior e Lopes (2004), em Florianópolis, Santa Catarina, investigaram alunos do Ensino Médio de 15 a 18 anos e identificaram que 67% dos adolescentes possuem níveis insuficientes de atividade física, sendo maiores entre as meninas (78,3%) em relação aos meninos (52,1%).

Em Pelotas, Rio Grande do Sul, o estudo de Oehlschlaeger *et al.* (2004) com adolescentes (15 a 18 anos) apresentou que 39% eram sedentários; as meninas tiveram níveis mais elevados (54%) de sedentarismo em relação aos meninos (22,2%). Além do gênero, o sedentarismo esteve associado com as classes socioeconômicas mais baixas e entre os adolescentes mais velhos (17 e 18 anos).

Em um estudo sobre atividade física e saúde no Brasil, constatou-se que 58,2% dos adolescentes entre 10 e 12 são sedentários, tendo maior prevalência entre as meninas (67%) do que entre os meninos (49%). O tempo médio diário de TV foi de 3,3 horas diárias (HALLAL *et al.*, 2006).

Glaner (2005), pesquisando o nível de aptidão física relacionada à saúde (AFRS) de adolescentes rurais e urbanos nas cidades de Saudades e Concórdia, em Santa Catarina, concluiu que os rapazes rurais possuem a AFRS significativamente melhor que os urbanos, apresentando maior diferença na aptidão cardiorrespiratória (88,81% *versus* 43,68%).

Dumith, Azevedo Júnior e Rombaldi (2008) apresentam que alunos da área rural, com idade entre 7 e 15 anos, da cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, têm Índice de Massa Corporal (IMC) menor (17,7) em relação aos da área urbana (19,7). Atribuem esse melhor resultado ao deslocamento a pé e ao fato de ajudarem a família nas atividades agrícolas.

Em pesquisa realizada por Ceschini e Figueira Júnior (2009) com estudantes (15 a 18 anos) de escolas particulares em São Paulo, constatou-se que 53,8% desses adolescentes são insuficientemente ativos; as meninas (62%) foram mais inativas do que os meninos (44,2); o grupo etário entre 17 e 18 anos (65,6%) foi mais inativo que o grupo entre 15 e 16 anos; os adolescentes que moravam em casas (71,4%) foram mais inativos do que os que moravam em apartamento, e os que assistiam à TV acima de 2h por dia (74,4%) e os que não jogavam videogame (71,7%) foram também mais inativos do que seus respectivos opositos.

Em Aracaju, Sergipe, Diego Silva *et al.* (2009), ao pesquisar adolescentes estudantes, concluíram que é maior a prevalência de indivíduos sedentários do que a de indivíduos ativos. Afirmam que o sedentarismo é maior nas meninas do que nos meninos (89,3% *versus* 74,8%, respectivamente). Relataram também que esses estudantes assistem em torno de 5:30h de TV diárias.

Kelly Silva *et al.* (2009), em Santa Catarina, verificaram que 28,5% dos adolescentes com idade entre 15 e 19 anos são inativos fisicamente e que 38,4% possuem comportamento sedentário. O nível de insuficiência física na área rural foi de 29,6% e na urbana 28,2%.

Em Recife, Pernambuco, Lippo *et al.* (2010), encontraram 35,2% de inatividade física em adolescentes com idade entre 15 e 19 anos, em que as meninas (45%) superam os meninos (25,5%) no nível de inatividade física. Além disso, verificaram que o fato de assistir à TV por mais de 1h por dia está associado a maiores níveis de inatividade física. Já Tenório *et al.* (2010), encontraram 65,1% de insuficientemente ativos, sendo esse índice maior entre os adolescentes (14 a 19 anos) de área rural (79,9%) em relação aos residentes em área urbana (64,1%).

Em Santa Catarina, Pelegrini *et al.* (2010), comparando os adolescentes de área urbana e rural (10 a 17 anos), constataram que o excesso de peso é maior entre os adolescentes da área urbana (14%) do que na área rural (6,7%).

Raphaelli, Azevedo e Hallal (2011), em Barão do Triunfo, Rio Grande do Sul, verificaram que o nível de atividade física dos adolescentes com idade entre 10 e 18 anos

tem relação com o nível de atividade física dos pais. Sendo assim, o nível de inatividade física foi de 45% entre os adolescentes, 60% entre os pais e 75% entre as mães; já os níveis de atividade física foram 55%, 40,2% e 25%, respectivamente.

Em diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul, Barros e Silva (2013) avaliaram o conhecimento sobre o corpo e a relação com o nível de atividade física de adolescentes com idade entre 13 e 19 anos de áreas rurais e obtiveram que 46,7% dos adolescentes são insuficientemente ativos, enquanto 53,3% são ativos.

Alberto (2014), em pesquisa realizada no Amapá, com adolescentes de 12 a 15 anos, obteve como resultado que 69,5% desses adolescentes são insuficientemente ativos e 30,5% são ativos.

Lima *et al.* (2014), em estudo realizado com alunos do 9º ano (13 a 19 anos), em Pernambuco, apresentaram que 79,7% dos adolescentes são inativos e 20,3% ativos. Quanto ao gênero, 83% das meninas e 72,7% dos meninos são inativos. Quanto à área de residência, 89,5% dos alunos de escola rural e 75% de escolas urbanas e litorâneas eram inativos fisicamente, representando assim maior nível de inatividade física entre os adolescentes rurais.

Menezes e Duarte (2015) investigaram adolescentes com idade entre 14 e 19 anos no estado de Sergipe, das áreas urbana e rural, e encontraram maior nível de insuficientemente ativos entre os adolescentes da área rural (80%), se comparado aos da área urbana (76%). Quanto à exposição ao comportamento sedentário (2h ou mais de TV, vídeo game e computador), 50,2% dos adolescente urbanos e 41,2% dos rurais estavam submetidos a essa exposição. Existiu associação entre os níveis insuficientes de atividade física para os adolescentes da área urbana com residir com o pai, trabalho do pai e área residencial, e para os de área rural, esses níveis estiveram associados à ocupação do adolescente. No resultado geral, as meninas apresentaram maiores níveis de insuficiente atividade física (86%) e de exposição ao comportamento sedentário (49,4%), em relação aos meninos, que apresentaram 71% e 42,5% respectivamente.

Aragão (2015), em pesquisa realizada em Rio Branco, Acre, encontrou 30% de obesidade e sobrepeso no grupo de alunos de 11 e 13 anos, sendo 18% de sobrepeso e 12% de obesidade. Entre os meninos, foram encontrados maiores índices de obesidade (15% *versus* 8%) e sobrepeso (20% *versus* 16%), se comparado às meninas.

Outra pesquisa realizada no estado de Pernambuco (SANTOS *et al.*, 2015) revela que 65,1% dos adolescentes com idade entre 14 e 19 anos são insuficientemente ativos e, 34,9% foram avaliados como ativos. Entre as meninas, 70,2% foram

insuficientemente ativas e 29,8% ativas; entre os meninos, 57,7% insuficientemente ativos e 42,3% foram ativos.

Na cidade de Caracol, Piauí, Dumith *et al.* (2016) encontraram 12,6% de ativos e 87,4% de adolescentes entre 13 e 19 anos que não atendem à recomendação da OMS (2011), sendo menor o número de ativos entre as meninas (5,9%), quando comparado aos meninos (20,2%).

No estado de Paraná, Brito *et al.* (2017) avaliaram a aptidão cardiorrespiratória e o nível de atividade física de adolescentes de 12 a 16 anos em escolas de tempo integral: o nível de atividade física dos alunos das escolas de grande centro urbano (35,5%) são maiores que os índices dos alunos de escolas de zona mista (31,8%) e de escolas de zona rural (31,6%). Quanto à prevalência de excesso de peso (sobrepeso e obesidade), apresentaram que os alunos de grandes centros urbanos tinham maior prevalência de excesso de peso (42,2%) em relação aos alunos da área rural (18,7%) e das escolas de zona mista (20,9%).

É importante ressaltar que Brito *et al.* (2017) constataram que a maioria (92,1%) dos alunos da área rural foram avaliados com aptidão cardiorrespiratória boa ou excelente. Esses pesquisadores concluíram que os alunos da área rural têm menor noção da intensidade das atividades físicas que realizam, uma vez que estão mais treinados, isso explica uma aparente contradição, isto é, o fato de tais adolescentes representarem um menor nível de ativos em relação aos demais grupos e, ao mesmo tempo, possuírem aptidão cardiorrespiratória mais elevada, bem como menor prevalência de excesso de peso em relação aos demais.

Em pesquisa realizada por Wanzeler (2017), com adolescentes (14 a 19 anos) de uma comunidade ribeirinha do estado do Amapá, Arquipélago de Bailique, o autor revelou que 70% dos adolescentes foram considerados ativos fisicamente e os outros 30% relativamente ativos. Nesse estudo, o autor ressalta ainda que o sexo masculino tende a ser mais ativo fisicamente no lazer, enquanto as adolescentes do sexo feminino são mais ativas no domicílio e no deslocamento. Esse estudo revela a importância de se acompanhar as mudanças do campo e das comunidades tradicionais que vivem exclusivamente da terra, pois grande parte das atividades desenvolvidas ali demandam maior gasto energético (WANZELER, 2017).

Outra pesquisa realizada em Florianópolis, Santa Catarina, com adolescentes de idade entre 14 e 18 anos (SILVA *et al.* 2018), constatou 48,6% de nível insuficiente de atividade física, sendo maior entre as meninas (53,9%) em comparação aos meninos (41,4%). Comparando o gênero por área residencial, encontraram maior percentual de

insuficientemente ativos nas cidades de grande porte em relação às de pequeno porte (56,9% *versus* 43,4%), e mais insuficientemente ativas as meninas do que os meninos, (48,4 *versus* 35,8%), respectivamente. Os meninos que trabalham têm menor nível de atividade física insuficiente (36%). Os autores consideraram que as atividades laborais dos adolescentes das cidades de pequeno porte referem-se a atividades da agricultura familiar, bem como à criação de animais, pois auxiliam seus pais nas atividades de campo. Assim, tais atividades têm contribuído para melhores níveis de atividade física.

Tais estudos, realizados em diferentes localidades e por diversos pesquisadores, apontam dados relevantes, que devem ser motivo de alerta na busca de intervenções mais eficientes na saúde e na educação ofertadas em nosso país.

Podemos perceber, a partir dessas pesquisas, que a inatividade física, ou seja, o sedentarismo, é uma constante entre os adolescentes brasileiros, pois são poucos os estudos em que a maior parcela dos adolescentes pesquisados é fisicamente ativa (SILVA, K. *et al.*, 2009; RAPHAELLI, AZEVEDO, HALLAL, 2011; BARROS, SILVA, 2013; MÜLLER, SILVA, 2013; WANZELER, 2017; SILVA *et al.*, 2018).

Ressaltamos que, dentre as seis pesquisas em que os índices de ativos foram maiores do que os índices de insuficientemente ativos, cinco foram realizadas na Região Sul do País, sendo três no Rio Grande do Sul e duas em Santa Catarina. Apenas um estudo foi realizado na Região Norte, na Comunidade Ribeirinha do Arquipélago do Bailique, no estado do Amapá. Esses dados reforçam as diferenças existentes entre as regiões do país.

Apresentamos, no Quadro 1, um resumo com o resultado das pesquisas empíricas realizadas em diversas localidades do país acerca do nível de atividade física.

Quadro 1: Resumo dos resultados de pesquisas empíricas sobre nível de atividade física em adolescentes

Autor/Ano	Localidade	Idade	Amostra	Resultados
IBGE (2015)	Nacional	13-17 anos	102.072	In: 4,8% IA: 60,8% A: 34,4%
Silva e Malina (2000)	Niterói (RJ)	14-15 anos	325	In: 90%
Farias Júnior e Lopes (2004)	Florianópolis (SC)	15-18 anos	1.107	IA: 67%
Oehlschlaeger <i>et al.</i> (2004)	Pelotas (RS)	15-18 anos	960	S: 39%
Hallal <i>et al.</i> (2006)	Pelotas (RS)	10-12 anos	5.249	S: 58,2%
Ceschini e Figueira Júnior (2009)	São Paulo	15-18 anos	1.738	IA: 53,8%
Diego Silva <i>et al.</i> (2009)	Aracaju (SE)	7-17 anos	1.028	IA: 85,2%

Autor/Ano	Localidade	Idade	Amostra	Resultados
Kelly Silva <i>et al.</i> (2009)	Santa Catarina	15-19 anos	5.028	IA: 28,5% IA Rural: 29,6% IA Urbano: 28,2%
Lippo <i>et al.</i> (2010)	Recife (PE)	15-19 anos	597	In: 35,2%
Tenório <i>et al.</i> (2010)	Recife (PE)	14-19 anos	4.210	IA: 65,1% IA Rural: 79,9% IA Urbano: 64,1%
Raphaelli, Azevedo e Hallal (2011)	Barão do Triunfo (RS)	10-18 anos	377	IA: 45% A: 55%
Barros e Silva (2013)	Rio Grande do Sul (área rural)	13-19 anos	510	IA: 46,7% A: 53,3%
Alberto (2014)	Amapá	10-15 anos	1.060	IA: 69,5% A: 30,5%
Lima <i>et al.</i> (2014)	Pernambuco	13-19 anos	59	IA: 79,7% A: 20,3% IA Rural: 89,5% IA Urb. e Litor.: 75%
Menezes e Duarte (2015)	Sergipe	14-19 anos	3.992	IA Rural: 80% IA Urbano: 76%
Santos <i>et al.</i> (2015)	Pernambuco	14-19 anos	4.207	IA: 65,1% A: 34,9%
Dumith <i>et al.</i> (2016)	Caracol (PI)	13-19 anos	1.112	IA: 87,4% A: 12,6%
Brito <i>et al.</i> (2017)	Paraná Escola de Tempo Integral	12-16 anos	294	IA GCU: 64,5% IA ZM: 68,2% IA Rural: 68,4% A GCU: 35,5% A ZM: 31,8% A Rural: 31,6%
Wanzeler (2017)	Arquipélago do Bailique (AP) Comunidade Ribeirinha	14-19 anos	87	Rel. A: 30% A: 70%
Silva <i>et al.</i> (2018)	Florianópolis (SC)	14-18 anos	2.545	IA: 48,6% IA CGP: 56,9% IA CPP: 43,4%

Legenda: IA: Insuficientemente Ativos; A: Ativos; In: Inativos; S: Sedentários; Rel. A: Relativamente Ativos; Urb. E Litor.: Urbana e Litorânea; GCU: Grandes Centros Urbanos; ZM: Zona Mista; CGP: Cidades de Grande Porte; e CPP: Cidades de Pequeno Porte.

Fonte: Produzido pela autora (2019).

Percebemos, a partir dessa revisão bibliográfica, que foram utilizados diversos instrumentos de pesquisa e diferentes formas de classificação quanto ao nível de atividade física, o que dificulta, por meio de análises comparativas, traçar um perfil dos adolescentes acerca deste tema.

3.4 EDUCAÇÃO EM SAÚDE *VERSUS* EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

Pelo levantamento dos estudos apresentados, observou-se que sempre é apontada a necessidade de implementação de políticas públicas condizentes com a realidade das localidades estudadas, visando a melhorar os níveis de atividade física em adolescentes. Assim, indicamos que deve ser priorizada a articulação entre os serviços de saúde e educação, uma vez que a maioria desses adolescentes são encontrados nas escolas.

A educação e a saúde são direitos de todos e dever do Estado, portanto, devem ser executadas ações que visem a promover a equidade na oferta e na qualidade desses serviços nas diferentes regiões do país, na cidade e no campo.

Ressaltamos que a elaboração de planos, regulamentos e leis não é suficiente, se não houver o devido investimento para a execução das atividades e ações ali propostas. Assim, defendemos que o planejamento das ações considere, impreterivelmente, o processo de educação popular em saúde para a população campestre, pois a educação em saúde vem se apresentando de maneira limitada para o atendimento aos povos do campo.

A educação em saúde surgiu no início do século XX, sendo definida pelo Ministério da Saúde como o processo educativo de construção do conhecimento em saúde. Visa a instruir a população sobre o tema saúde, contribuindo para aumentar a autonomia dos indivíduos no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores, a fim de o atendimento de suas necessidades (BRASIL, 2006). Assim, a educação em saúde é executada em colaboração entre profissionais da saúde e da educação. Aos primeiros cabe desenvolver os conhecimentos científicos, de forma a diagnosticar e tratar o mais rápido possível a doença, intervindo nesse processo, e aos educadores compete desenvolver ações educativas a fim de transformar comportamentos.

Todavia, de acordo com Falkenberg *et al.* (2014), essa proposta mostra-se fragmentada, além de não considerar os problemas cotidianos da população. Percebemos que essa visão de educação em saúde traz uma visão limitada da formação crítica e abrangente do processo saúde-doença, pois ao ignorar a realidade dos sujeitos, interpreta como responsabilidade exclusiva do sujeito o seu estado de saúde, o que é refutável, pois envolve múltiplos aspectos que juntos podem promover melhores níveis de saúde ou não.

Contudo, surge um novo modelo de intervenção, denominada **educação popular em saúde**, trazendo um novo significado que envolve a participação popular de maneira democrática. A educação popular em saúde recebeu influência do Movimento de Educação Popular da década de 1960, do qual incorporou a participação e os saberes populares à área

da saúde. Esse novo modelo visa a refletir, produzir conhecimento e militância em prol da saúde como direito de todos, e nasceu da insatisfação de profissionais da saúde com a mercantilização desse serviço, em que se percebeu que as camadas mais pobres não eram atendidas pelos serviços de educação em saúde.

Assim, a educação popular em saúde tem uma visão diferenciada, em que busca o envolvimento e aproximação com outros sujeitos além da classe hegemônica, privilegiando os movimentos sociais. Baseia-se, conforme Falkenberg *et al.* (2014, p. 849), “num entendimento de saúde como prática social e global e tem como balizador ético-político os interesses das classes populares”, tornando-se uma educação voltada para a saúde e que faz um diálogo com os usuários, seus saberes historicamente construídos, na intenção de levá-los a uma análise crítica da realidade.

Nesse sentido, é possível construir um modelo de intervenção para fins de promoção da saúde que seja mais significativo para a tomada de decisões por parte da população campestre. Esse modelo deve envolver os sujeitos em um processo de colaboração entre o indivíduo, o estado e a sociedade civil organizada, evidenciando que o processo saúde-doença não mais é responsabilidade exclusiva do usuário; deve ainda permear o amplo campo da saúde, respeitando a realidade na qual os sujeitos estão inseridos, de maneira que todos os envolvidos devem contribuir para melhores níveis de saúde, tanto para si, quanto para sua família e sua comunidade.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os caminhos teóricos e metodológicos em que foi alicerçada a pesquisa. Na concepção de Chizzotti (2008), a pesquisa qualitativa não tem padrão único, a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do investigador. Já a pesquisa quantitativa privilegia a necessidade de encontrar a frequência e a constância das ocorrências, reconhecendo a relevância dos recursos materiais.

Na visão de Martinelli (2012), ambas as abordagens se complementam e se articulam. No entendimento de Baptista (2012), quando não exclusiva, a abordagem quantitativa fundamenta o conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa. Nesse sentido, a abordagem de análise utilizada nesta pesquisa foi do tipo **quanti-qualitativa**.

Realizamos um levantamento de dados empíricos, para mensurar os níveis de atividade física dos adolescentes do *Campus Novo Paraíso*, a partir de uma análise que estabeleça a frequência por meio de percentis, utilizando-se da estatística descritiva. Consideramos as médias calculadas e seus respectivos desvios-padrão, obtidos a partir da função DESVPAD do programa excel. Os dados coletados foram interpretados na perspectiva da pesquisa qualitativa, a fim de trazer significado e sentido a partir dos dados observáveis e estabelecer uma relação entre o nível de atividade física e as variáveis: gênero, idade, curso, município de residência, área residencial, dinâmica escolar, dinâmica extraescolar, tipo de moradia, principal fonte de renda, quantidade de trabalhadores no lar, renda *per capita* e estrutura familiar.

A concepção epistemológica adotada para esta pesquisa foi a **dialética**, levando em consideração que os movimentos históricos ocorrem de acordo com as condições materiais da vida e são consequências de um contexto. De acordo com Chizzotti (2008), esse método considera a possibilidade de transformação social, inspira-se na liberdade e razão prática, analisando a ação e a emancipação do homem. Assim, conforme Diniz (2012), o pensamento tem que refazer o percurso histórico, com as suas contradições, a partir de uma visão dialética entre a história e a lógica dos dados e fatos sociais investigados.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa consistiu-se em um **estudo de caso**, por referir-se a um estudo que engloba um conjunto de características de um contexto específico, podendo ser aplicável em outros contextos semelhantes. Na concepção de Chizzotti (2008, p. 135), o estudo de caso tem por objetivo “alcançar o conhecimento mais amplo sobre o objeto a ser estudado, reunindo dados relevantes, dissipando dúvidas, esclarecendo questões

pertinentes e posteriormente instruindo ações”. O estudo de caso envolve a coleta sistemática de informações sobre um conjunto de relações ou processo social para melhor conhecer como são ou como operam em um contexto real.

Um estudo de caso deve primar por conhecer de maneira aprofundada o objeto em estudo, realizando o levantamento da maior quantidade de dados possíveis a fim de melhor caracterizá-lo, permitindo um conhecimento amplo e detalhado, para que se possa definir as particularidades desse objeto. Ainda, a reprodutividade desses resultados pode alcançar ou não outros públicos, desde que estejam nas mesmas condições particulares do *locus* e método da pesquisa.

No estado de Roraima, além do *Campus* Novo Paraíso (CNP), existem duas instituições de ensino que apresentam similaridades: O *Campus* Amajari (CAM), também do Instituto Federal de Roraima (IFRR), e a Escola Agrotécnica.

O *Campus* Amajari (CAM) é uma escola de tempo integral, com Ensino Médio Integrado e cursos voltados para a formação na área de recursos naturais. O CAM oferta os Cursos Técnico em Agropecuária e Técnico em Aquicultura, ambos nas modalidades Integrado ao Ensino Médio, além do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente e do Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura. O *Campus* Amajari possui 203 alunos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, 107 no Subsequente e 63 no Superior, em que 60% de todos os alunos são indígenas.

Os alunos do *Campus* Amajari que se deslocam diariamente com ônibus escolar (comunidade/*Campus*) fazem o percurso aproximado de: 114 km (Comunidade de Três Corações), 116 km (Comunidade do Araçá), 92 km (Comunidade da Mangueira), 78 km (Comunidade do Guariba), 430 km (Comunidade do Contão), 112 km (Tepequem), 102 km (Comunidade da Mutamba).

A Escola Agrotécnica (EAGRO) pertencente à Universidade Federal de Roraima (UFRR), *Campus* Murupu, fica localizada em área de assentamento, às margens da BR 174, no Projeto de Assentamento Nova Amazônia, em área rural no município de Boa Vista. A EAGRO oferta os Cursos Técnicos em Agropecuária, nas modalidades Integrado ao Ensino Médio, PROEJA e Subsequente, assim como o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia. Outra similaridade com o CNP é que a maioria dos alunos realiza deslocamento por meio de ônibus escolar, porém percorrendo menores distâncias, uma vez que o percurso está compreendido entre o *Campus* Paricarana (sede da UFRR), no bairro Aeroporto, e o *Campus* Murupu (sede da EAGRO), com distância aproximada de 33,3 km, e tempo aproximado de deslocamento diário é de 1h10min (ida e volta). É importante

ressaltar que os alunos que residem nas proximidades da EAGRO realizam tempo de deslocamento ainda menor, uma vez que pegam o ônibus no caminho para a instituição ou se deslocam com condução própria. Atualmente, frequentam a EAGRO 172 alunos no Ensino Médio Integrado, 41 no PROEJA, 52 no Subsequente e 50 alunos no Curso de Tecnologia em Agroecologia.

Diniz (2012, p. 49) considera que, embora a pesquisa por meio de um estudo de caso seja de natureza qualitativa, não existem impedimentos ao uso de técnicas quantitativas: “é melhor buscar a ajuda dos números para deter o conhecimento mais detalhado da realidade”.

Ainda quanto aos procedimentos técnicos parte da pesquisa foi realizada a partir da **pesquisa bibliográfica**, que, conforme Silva *et al.* (2016), busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema, apresentando como principal vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Foram também realizadas buscas na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando-se as palavras-chave³⁶: atividade física; inatividade física; sedentarismo; adolescentes; urbano; rural. Foram encontradas algumas pesquisas no país quanto ao nível de atividade física, sedentarismo e inatividade física em adolescentes, entretanto poucos estudos foram encontrados sobre o nível de atividade física em adolescentes camponeses ou da área rural³⁷. As pesquisas selecionadas foram aquelas que levam em consideração os padrões de recomendação quanto ao nível de atividade física para adolescentes.

A pesquisa, quanto aos objetivos, realizou-se no modelo **descritivo**, que segundo Silva *et al.* (2016), utiliza padrões textuais como questionários para identificação do fenômeno ou fato a ser observado, registrando dados empíricos e analisando-os sob diversas variáveis e estudos exploratórios.

Nesse sentido, a pesquisa também seguiu o modelo **exploratório**, por envolver levantamentos bibliográficos e citações, visando a explorar o tema. Cabe mencionar que em nossa região existem poucas pesquisas na área, ressaltando-se assim a importância

³⁶ Na maior parte das vezes, as palavras-chave foram buscadas separadamente, mas também se recorreu à associação entre elas, como, por exemplo, inatividade física + adolescente + rural; sedentarismo + adolescente + rural, e assim por diante.

³⁷ Kelly Silva *et al.* (2009); Tenório *et al.* (2010); Pelegrini *et al.* (2010); Müller e Silva (2013); Barros e Silva (2013); Lima *et al.* (2014); Menezes e Duarte (2015); Brito *et al.* (2017); Wanzeler (2017).

dessa tipologia, uma vez que, conforme afirma Silva *et al.* (2016), pode proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e permitir a construção de uma base que permita aprofundar o conhecimento a partir da realidade peculiar do objeto em questão.

A coleta de informações refere-se ao processo utilizado para a obtenção de elementos que serão analisados na pesquisa e acontece por meio de instrumental específico. Nesse sentido, o instrumento adotado foi o **questionário**, que possibilitou o levantamento de conteúdo empírico, posteriormente sistematizado e submetido à abordagem quali-quantitativa. Foi aplicado o Questionário IPAQ – Questionário Internacional de Atividade Física – Versão 8 Curta, reconhecido internacionalmente, proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998), traduzido no Brasil por Matsudo *et al.* (2001b) e validado por Guedes, Lopes e Guedes (2005).

O IPAQ avalia o nível de atividade física do indivíduo, tomando como referência, para respondê-lo, as atividades executadas na última semana. As perguntas são relacionadas ao tempo gasto realizando atividades físicas em uma semana normal, usual ou habitual.

A versão curta abrange itens referentes a caminhadas, atividades físicas de intensidade moderada e vigorosa, como também ao comportamento sedentário. O somatório de frequência, duração das atividades e autorrelato das intensidades realizadas permite quantificar o nível de atividade física dos indivíduos.

Informações sociodemográficas, socioeconômicas e referentes à rotina dos alunos também foram coletadas, a fim de caracterizar melhor o público-alvo.

No intuito de compreender melhor a rotina da instituição e dos alunos, foi realizada também uma observação direta, com o registro de situações e fenômenos no momento em que ocorrem. Para Adler e Adler (1998), essa é uma técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de certos aspectos da realidade, com a finalidade de examinar os fatos e os fenômenos que se investiga.

Outra fonte de informação foi a análise de documentos e legislações pertinentes ao tema.

A pesquisa teve autorização do Diretor Geral do CNP/IFRR mediante a exposição do tema, dos motivos, objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa.

A pesquisa de campo foi autorizada pelo Comitê de Ética para Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Estadual de Roraima, redistribuído para avaliação via Plataforma Brasil, sob o Parecer Consubstanciado nº 3.156.670 que data de 20 de fevereiro de 2019,

registrado sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 06299018.7.0000.5621.

A pesquisa de campo com a aplicação do questionário e observação foi realizada entre os meses de março e junho de 2019, no próprio ambiente escolar, tendo em vista a necessidade de os discentes estarem adaptados a rotina escolar, uma vez que retornaram das férias escolares no início de fevereiro de 2019.

O primeiro contato com os alunos aconteceu no dia 18 de março de 2019 e teve a finalidade de explicar-lhes o tema, a justificativa, os objetivos, os procedimentos metodológicos da pesquisa, bem como identificar os alunos que iriam compor a amostra e informar a respeito dos procedimentos éticos da pesquisa. Foram entregues: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para ser assinado pelos responsáveis autorizando a participação de seus filhos na pesquisa, e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), a ser assinado por cada adolescente que tivesse interesse em participar.

Foi garantido aos adolescentes o anonimato e explicado que sua participação dependeria também da autorização dos seus responsáveis. Os alunos foram orientados acerca do livre arbítrio (ou do arbítrio de seus responsáveis) para, a qualquer momento, desistirem da participação na pesquisa, assim como do direito a requerer quaisquer informações referente a ela.

As informações coletadas nos questionários foram transcritas em uma planilha excel, momento em que foram percebidas possíveis inconsistências em 32 questionários, principalmente quanto ao tempo de permanência assistindo à TV, e de uso de celulares e computadores para atividades de lazer e estudos. Também foram identificadas possíveis inconsistências nas respostas referentes à frequência e ao tempo de caminhada, de atividade moderada e vigorosa. Essas informações foram posteriormente corrigidas ou confirmadas junto aos respondentes, devido a algumas peculiaridades em sua rotina.

Guedes, Lopes e Guedes (2005), quando da validação do Questionário IPAQ Versão 08 Curta, ressaltaram a possibilidade de respondentes adolescentes relatarem tempo de atividade física superior ao real, sendo, portanto, sua aplicação mais apropriada para adolescentes a partir dos 14 anos de idade, idade inicial da faixa etária dos participantes desta pesquisa, atendendo assim à orientação do referido autor.

As informações coletadas, segundo Luna (1996), não passam de informações obtidas e, após tratadas, resultam em dados, que são extremamente dependentes do

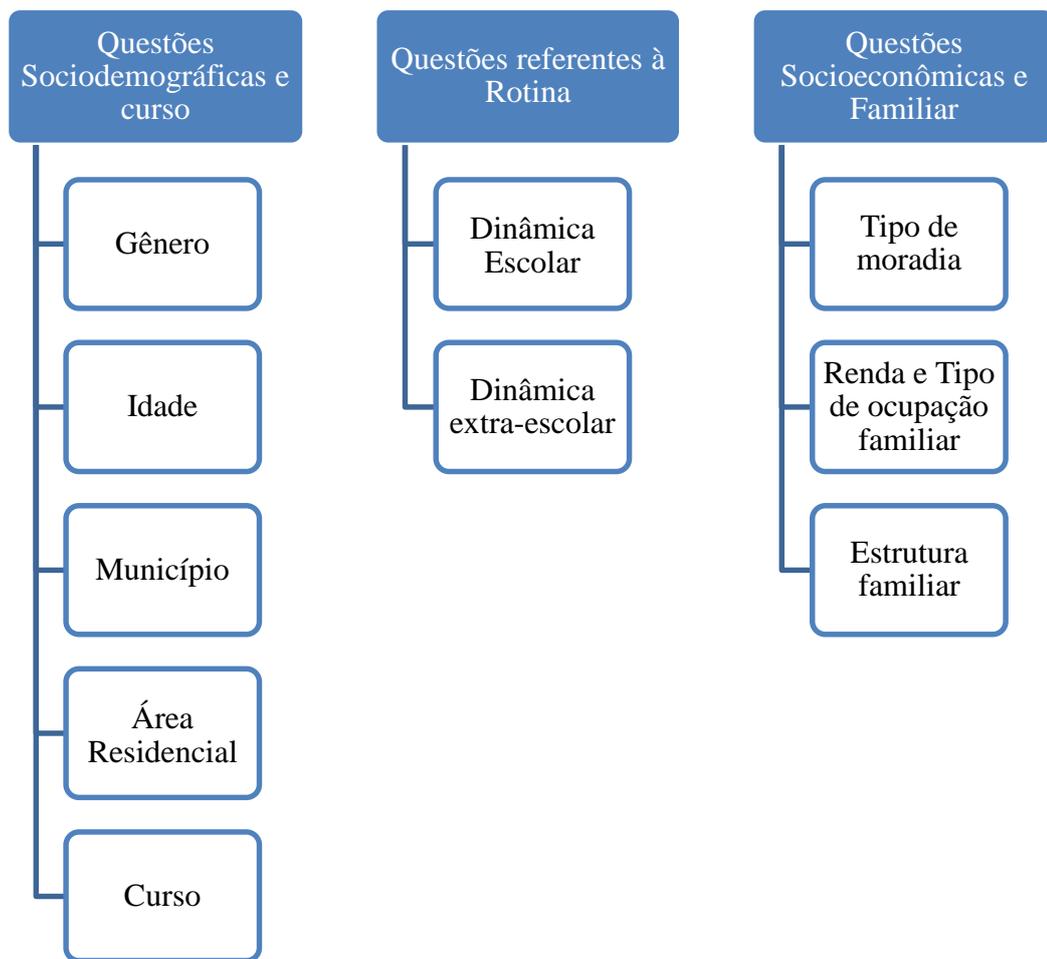
referencial teórico, o qual delimita o tipo de informação a ser obtida, sendo necessário que o pesquisador encontre as unidades de análise.

As informações coletadas dizem respeito às atividades realizadas na semana anterior à aplicação dos questionários. Essa semana de referência foi uma semana habitual, em que houve aula em todos os dias (segunda a sexta-feira), e não ocorreu qualquer condição que alterasse a rotina no final de semana – a semana investigada inclui ainda o sábado e domingo.

Na análise dos dados, utilizamos percentuais relativos, dentro de cada grupo, uma vez que a quantidade de respondentes varia em cada grupo de uma categoria. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, que, conforme Bardin (1979), consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Dentre as possibilidades de análise de conteúdo (análise de avaliação ou análise representacional, análise de expressão, análise de enunciação e análise temática), seguimos a **análise temática**, na qual “o tema é a unidade de significação”. A análise temática “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1979, p. 105).

Após a análise das informações sistematizadas, delineou-se as dimensões de análise e suas categorias, direcionadas a responder os objetivos da pesquisa (ver Esquema 1).

Esquema 1: Dimensões e Categorias de Análise do Nível de Atividade Física

Fonte: Produzido pela autora (2019).

Após a definição das dimensões e categorias de análise (processo de idas e vindas), elaboraram-se tabelas e gráficos com a finalidade de melhor visualizar os resultados nas categorias, isolando-as, a fim de realizar uma análise sistemática dos dados, de maneira inicialmente quantitativa, para, em seguida, proceder à análise qualitativa em cada uma das categorias, a fim de detectar fatores que pudessem interferir no nível de atividade física dos adolescentes.

Para avaliar o nível de atividade física dos adolescentes do CNP, utilizamos os parâmetros da OMS (2011) para a faixa etária, ou seja, tempo de atividade física igual ou superior a 300 minutos por semana, no mínimo 5 dias da semana, de intensidade moderada a vigorosa. Assim, foram estabelecidas três classes a partir do seguinte tratamento:

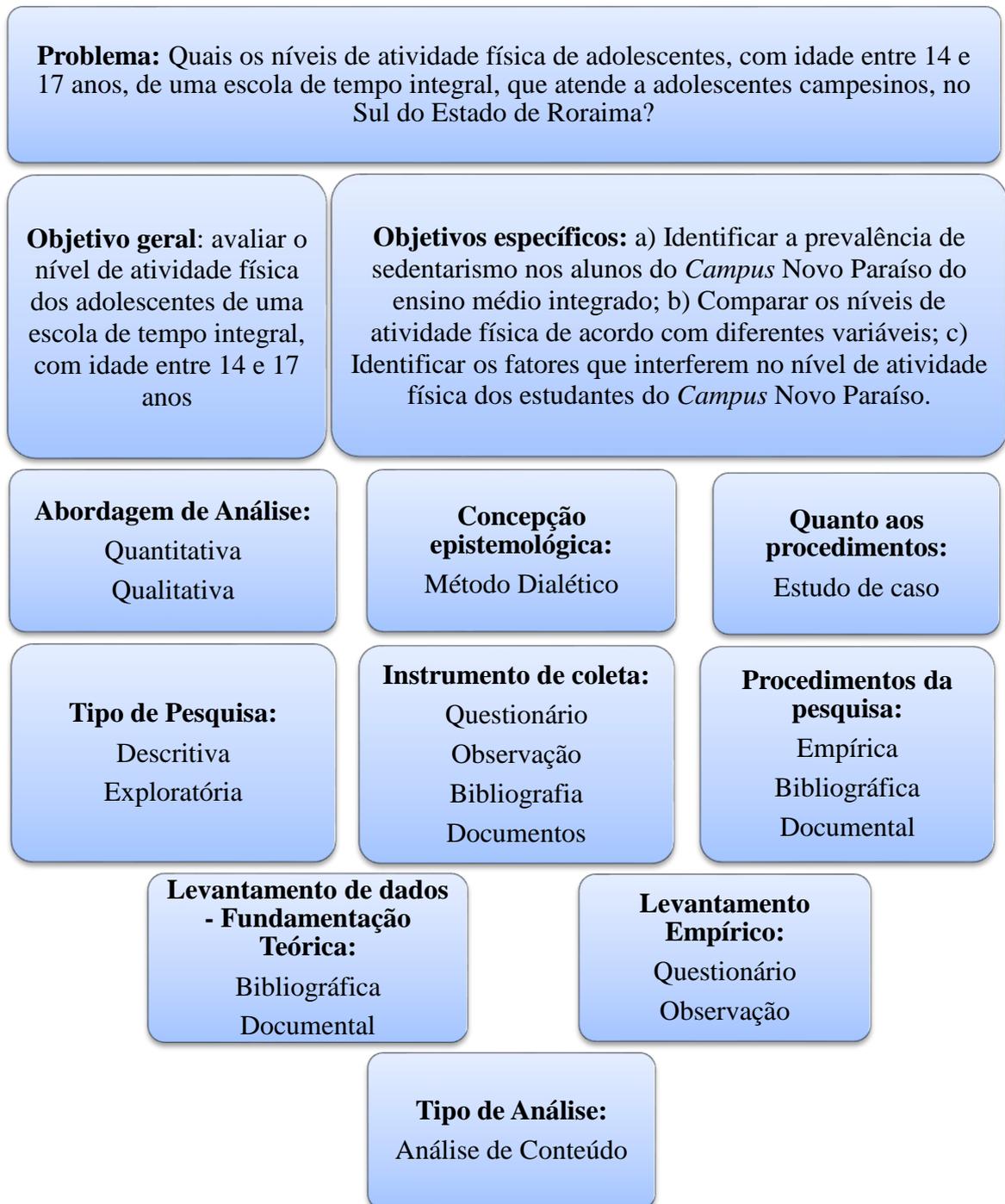
- 1) **Ativos:** Foram contabilizadas as atividades físicas moderadas, multiplicando o tempo de atividade em minutos pela frequência em dias; o mesmo processo foi

realizado com as atividades vigorosas. Após essa organização, foram somados os minutos de atividade física moderada e vigorosa, que correspondiam ao tempo semanal de atividade física. Foram também somadas as frequências (dias) de realização das atividades moderadas e vigorosas, para calcular quantos dias na semana os adolescentes realizavam essas atividades. Por fim, foi analisado, por aluno, o atendimento aos quesitos: **tempo** (≥ 300 min/semana) e **frequência** (5 vezes na semana) de atividades física **moderada e vigorosa** semanal. Aqueles que atendiam a todos esses critérios foram classificados como ativos. Foi desconsiderado o tempo de caminhada.

- 2) **Insuficientemente ativos:** Receberam o mesmo tratamento realizado na classe ativos. No entanto, foram classificados como insuficientemente ativos os adolescentes que não atendiam a todos os critérios (tempo, frequência e intensidade). A essa classe também foram incorporados os adolescentes que não foram classificados como sedentários e tinham tempo contínuo de caminhada igual ou superior a 10 minutos.
- 3) **Sedentários:** foram classificados como sedentários os adolescentes que realizaram tempo menor que 10 minutos contínuos de caminhada, atividades físicas moderadas ou vigorosas.

É importante salientar que o tempo de caminhada dos adolescentes refere-se apenas ao deslocamento. Assim, não corresponde a atividades físicas de intensidade moderada a vigorosa.

O processo de observação foi fundamental para dar consistência aos dados que, sistematizados, em alguns momentos necessitavam de tratamento qualitativo (observação) para realizar a completude em dada categoria de análise. As discussões foram realizadas comparando os dados empíricos com outros estudos realizados no país. Para melhor entendimento do percurso metodológico da pesquisa, apresentamos a Figura 3.

Figura 3: Fluxograma da Pesquisa: Percurso Metodológico

Fonte: Produzido pela autora (2019), adaptado de Oliveira (2016).

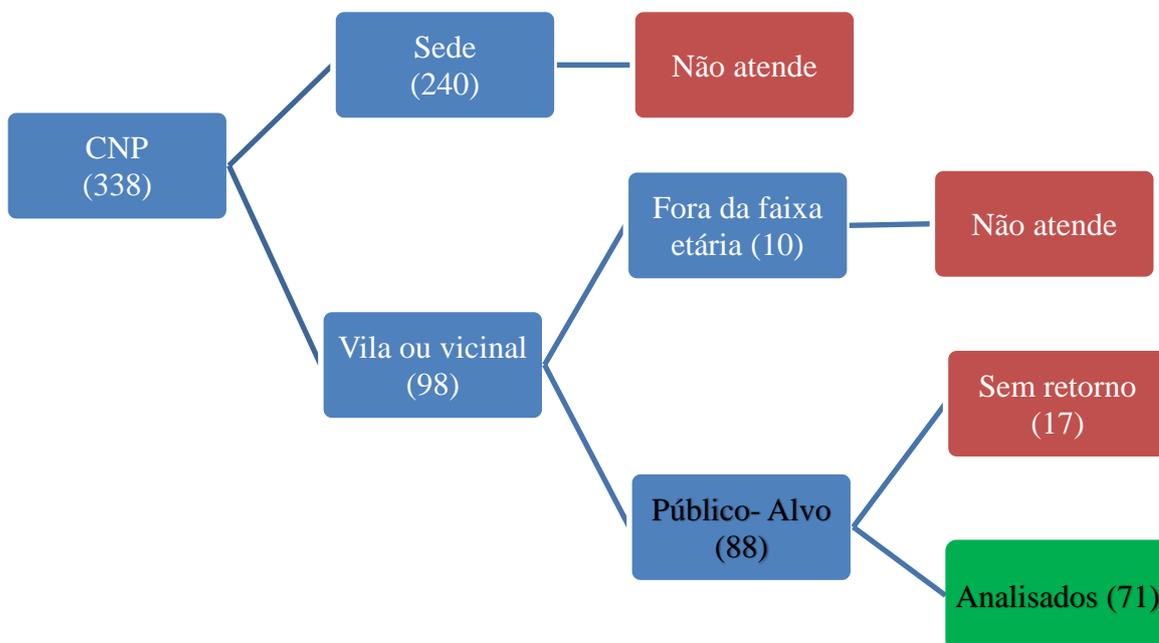
4.1 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo da pesquisa foi constituído pelos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (CTIEM) do *Campus* Novo Paraíso (CNP), residentes em vilas,

vicinais e áreas rurais, com idade entre 14 e 17 anos, distribuídos em dois grupos etários: 14 e 15 anos; 16 e 17 anos.

Esse *campus*, atualmente, atende a 338 alunos nos CTIEM, dos quais apenas 88 são público-alvo da pesquisa e receberam o questionário, pois 240 residem na sede dos municípios e 10 possuíam 18 anos ou mais no dia da aplicação do questionário. Informamos que 17 discentes não realizaram a devolutiva do Termo de Consentimento, de modo que sua participação ficou inviabilizada. As razões alegadas foram: não obtiveram autorização dos responsáveis ou esqueceram de pedi-la; outros não tiveram interesse em participar da pesquisa. A pesquisa teve, portanto, um alcance de 81% do público-alvo, conforme sumarizado no Esquema 2.

Esquema 2: Distribuição de alunos por requisitos de seleção do público-alvo



Fonte: Produzido pela autora (2019),

Tendo em vista que o objetivo da pesquisa foi avaliar o nível de atividade física de adolescentes campestres, resolvemos delimitar nosso público-alvo aos adolescentes dos CTIEM não residentes nas sedes dos seus municípios. Portanto, foram considerados os estudantes que residem em vilas, vicinais, residências rurais ou às margens das rodovias, que compreendem a área de circunscrição do *Campus Novo Paraíso*.

Todos os alunos dos CTIEM são distribuídos em 12 turmas. Devemos considerar que a criação dos cursos ocorreram em momentos distintos, assim não há uma uniformidade

no quantitativo de turmas, como também na quantidade de alunos, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição discente entre os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e identificação da quantidade de respondentes por curso

Curso	Criação	Quant. Turmas	Quant. Alunos	Quant. Respondentes
Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	2012	06	181	43
Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio	2015	04	101	19
Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio	2019	02	56	9

Fonte: Produzida pela autora a partir da relação geral dos discentes disponibilizada pela Coordenação de Registros Escolares (CORES) do *Campus Novo Paraíso* (CNP), (2019).

As turmas são formadas por discentes de diversos municípios da Região Sul do estado de Roraima, que compreendem os Municípios de Caracaraí (76 discentes), Caroebe (4 discentes), São João da Baliza (36 discentes), São Luiz (31 discentes) e Rorainópolis (191 discentes), com suas vilas e vicinais.

4.2 LOCUS DA PESQUISA

Da segunda metade do século XVIII ao início do século XIX, ocorreu a colonização de Rio Branco. Roraima teve início em 1858, com a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, que em 1890 transformou-se no município de Boa Vista do Rio Branco, fazendo parte do estado do Amazonas. Em 1943, o atual estado de Roraima foi transformado em Território Federal do Rio Branco e, em 1962, transformou-se em Território Federal de Roraima, passando a condição de Estado de Roraima somente com a Constituição Federal de 1988 (RORAIMA, 2002).

O estado de Roraima³⁸ fica localizado no extremo norte do Brasil. É o estado que possui o menor número de municípios (15) e sua capital é Boa Vista. Conforme dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, o estado possuía 450.479 habitantes (344.859 residentes em área urbana e 105.620 residentes em área rural). A população estimada em 2019 é de 605.761 habitante (IBGE, 2019).

Roraima possui 224.273,831 km² de terras (IBGE, 2010), 11.952,55 km² de área de projetos de assentamento, 104.018,00 km² de terras indígenas (46%) e 18.879,99 km²

³⁸ O nome vem do idioma indígena Yanomami, *roro* (verde) e *imã* (serra, monte), assim serra verde.

de área de preservação (INCRA, 2017). Limita-se ao norte com a Venezuela e a República da Guiana, ao sul com o estado do Amazonas, a leste com a Guiana e o estado do Pará e a oeste com a Venezuela e o estado do Amazonas. Em suas terras está localizado o ponto extremo norte do país, o Monte Caburaí. Em 2017, apresentava densidade demográfica de 2,7 hab/km² e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,752 (IPEA, 2017).

A economia do estado é formada principalmente pelo setor de serviços. Na agricultura, produz soja, arroz, feijão, milho e mandioca; na pecuária, desenvolve a criação de bovinos, suínos e ovinos e, no extrativismo, destaca-se a extração de madeira, ouro, diamantes e cassiterita.

O estado é dividido em duas mesoregiões, Norte e Sul. A Mesoregião Norte é composta pela Microrregião Boa Vista, que abrange os municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista e Pacaraima, e pela Microrregião Nordeste, que abrange os municípios de Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã. A Mesoregião Sul é composta pelas Microrregiões de Caracarái, que abrange os municípios de Caracarái, Iracema e Mucajaí; e pela Microrregião Sudeste de Roraima, que abrange os municípios de Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz. Assim, o *Campus* Novo Paraíso atende a boa parte da Mesoregião Sul do estado, com os municípios de Caracarái, Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz.

O município de Caracarái³⁹, historicamente, surgiu como um local de descanso de condutores de gado, do antigo município de Moura, cujas terras deram origem ao território de Roraima. Em 1938, pelo Decreto Lei Estadual nº 176, tornou-se distrito de Caracarái, subordinado ao município de Boa Vista. Em 1943, passou a fazer parte do extinto Território Federal do Rio Branco, atual estado de Roraima. Tornou-se município em 1955, a partir da Lei Federal nº 2.495, ganhando assim autonomia, fazendo parte de sua circunscrição os distritos de Caracarái, Boiaçu e São José do Anauá, que foram integrados em 1982, formando o município de Caracarái (IBGE, 2010).

Além da sede do município, Caracarái possui como principais localidades a Vila Vista Alegre, Vila Petrolina do Norte, Vila do Itã, Vila Novo Paraíso, BR 210, BR 432, com as Vilas do 55 e do 75. Caracarái faz divisa com os municípios de Iracema, Cantá e Bonfim a norte, Guiana a nordeste, Caroebe a sudeste, São João da Baliza, São Luiz e Rorainópolis a sul, e com o estado do Amazonas a oeste.

³⁹ O nome faz referência a um pequeno gavião que existe na região.

Caracaraí possui uma área total de 47.410,9 km² de terras, IDH de 0,624, população de 18.398 habitantes, com população estimada para 2019 de 21.926 habitantes, possui densidade demográfica de 0,39 hab/km² (IBGE, 2010; IBGE, 2019). Sua principal atividade econômica é a pesca. É o maior município do estado em área territorial e possui 1.986,20 km² de área de assentamento (INCRA, 2017).

O município de Caroebe, por sua vez, foi criado em 1994 e instalado em 1997, a partir de um aglomerado rural, desmembrado do município de São João da Baliza. Além da sede de Caroebe, a principal localidade do município é a Vila de Entre Rios. Caroebe faz divisa ao norte com Caracaraí e Guiana, ao sul com o estado do Amazonas, a leste com o Pará, e a oeste com São João da Baliza e Caracaraí. Sua extensão territorial é de 12.066,2 km², IDH de 0,639 e a população de 8.114 habitantes; a população estimada para 2019 é de 10.169 habitantes (IBGE, 2019); a densidade demográfica em 2010 era de 0,67 hab/km² (IBGE, 2010). Sua principal atividade econômica é a produção de banana, a criação de gado de corte e de leite e a extração de castanha. Estima-se possuir 1.676,96 km² de área de assentamento (INCRA, 2017). A população indígena do município representa 52,7% da população.

O município de São João da Baliza⁴⁰ começou a ser povoado na década de 1980, a partir da abertura da BR 210; foi criado em 1982, a partir do desmembramento de terras de Caracaraí. Além da sede, São João da Baliza tem como principal localidade a Agrovila do PA São Luizão. O município faz divisa ao norte com Caracaraí, a oeste com São Luiz e Rorainópolis, a leste com Caroebe e ao sul com o estado do Amazonas. Sua extensão territorial é de 4.285,0 km², o IDH foi 0,655 e a população de 6.769 habitantes em 2010, sendo estimada em 8.201 para 2019; possui densidade demográfica de 1,58 hab/km² (IBGE, 2010; IBGE, 2019) e sua principal economia é a produção de arroz, gado, banana e milho. Apresenta 106,08 km² de área de assentamento (INCRA, 2017).

São Luiz⁴¹ nasceu com o processo de ocupação e integração da Amazônia Legal com o restante do país; veio a tornar-se município em 1982, sendo assim desmembrado das terras de Caracaraí. É o menor município do estado em extensão territorial. Além da sede do município, a principal localidade de São Luiz é a Vila Moderna. Faz limite com Caracaraí ao norte, São João da Baliza a leste e Rorainópolis a oeste (IBGE, 2010). Sua

⁴⁰ Nome dado em razão da elevada quantidade de pessoas com o nome “João” no vilarejo e baliza devido a uma disputa entre topógrafos que abriram a BR-210.

⁴¹ Nome dado em homenagem a capital São Luís do estado do Maranhão, terra natal da maioria dos colonizadores.

extensão de terras é de 1.526,9 km², possui IDH de 0,649 e população de 6.986 habitantes; A população estimada é de 7.986 para 2019 (IBGE, 2019). Possui densidade demográfica de 4,42 hab/km², e sua principal economia está no ramo agropecuário com a produção de arroz, gado bovino, feijão, mel, mandioca e milho. Possui 431,39 km² de área de assentamento (INCRA, 2017).

Rorainópolis foi criada a partir da instalação de uma sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, às margens da BR 174, onde na época o INCRA implantou um programa de distribuição de terras, vindo assim a atrair pessoas de todo o país, então denominada Vila do INCRA aglomerado rural. Tornou-se município em 1995, sendo suas terras desmembradas de São Luiz e São João da Baliza. Atualmente, Rorainópolis é o segundo maior município em números de habitantes do estado de Roraima (IBGE, 2019).

O município de Rorainópolis possui a Vila de Martins Pereira, Vila Nova Colina, Vila do Equador, Vila do Jundiá e Vila Santa Maria do Boiaçu; faz divisa com Caracaraí a oeste, e a norte com São Luiz, São João da Baliza a nordeste e com o estado do Amazonas a sudeste. Sua extensão territorial é de 33.580,0 km² (IBGE, 2010). Possui IDH de 0,619 e população de 24.279 habitantes; a população estimada é de 30.163 habitantes para 2019; possui densidade demográfica de 0,72 hab/km² (IBGE, 2019), e sua principal economia é o extrativismo vegetal com madeira em tora, castanha e lenha, o setor agropecuário com bovinos, aves e suínos, além de mandioca, banana, milho, arroz e laranja. Possui 4.314,21 km² de área de assentamento (INCRA, 2017).

O país passará por novo Censo Demográfico no próximo ano (2020) e, devido à crise migratória que o estado vem enfrentando nos últimos anos, é possível que apresente uma nova realidade, muito mais próxima das questões socioeconômicas do período de realização desta pesquisa.

Os municípios da Região Sul do estado de Roraima, aqui descritos, fazem parte do Programa da Reforma Agrária. Podemos visualizar na Tabela 2 a quantidade de assentamentos e famílias assentadas por município.

Tabela 2: Distribuição de assentamentos da reforma agrária por município da região sul de Roraima

Município	Quant. PA	Capacidade	Famílias assentadas	Área PA(s) / Km ²	Período de criação
Caracaráí	12	2863	2446	1.986,20	1995 - 2006
Caroebe	02	2236	1916	1.676,96	1983 - 2006
Rorainópolis	19	6990	3837	4.314,21	1979 - 2006
São João da Baliza	01	157	156	106,08	1997
São Luiz	02	645	578	431,39	1995 - 1997
Total	36	12891	8933	8514,84	1983-2006

Fonte: Produzida pela autora (2019), baseado no quadro geral de assentamentos da Superintendência Regional Roraima SR25 do INCRA atualizado em 31/12/2017.

Ao analisarmos a população desses municípios, percebemos que parte dela enquadra-se como população campestre, pois é composta de assentados, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, pequenos agricultores e indígenas.

Podemos visualizar o deslocamento diário realizado pelos estudantes nos seus trajetos residência – escola – residência no Mapa 3, que exibe a localização do CNP e a região atendida pelo *campus* por meio do transporte escolar.

Mapa 3: O *Campus Novo Paraíso* e os municípios a que atende



Fonte: Produzido pela autora a partir do Google Maps (2019).

A Vila Novo Paraíso, onde o CNP está inserido, possui aproximadamente 617 habitantes (IBGE, 2010). Esse *campus*, de acordo com o seu histórico, foi implantado estrategicamente nas proximidades dessa Vila com a finalidade de atender a discentes desses municípios. No entanto, percebemos que tal logística ainda é demasiadamente onerosa, devido às distâncias diárias a serem percorridas pelos discentes e servidores.

Na região atendida pelo CNP, não existe serviço de transporte público municipal e intermunicipal que atenda aos horários de funcionamento da instituição. Tendo em vista que o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) atende somente às escolas municipais e estaduais, a própria instituição arca com as despesas de transporte escolar para os alunos, que diariamente percorrem de 92 a 220 km. Chamamos a atenção ao fato de que, além do dispêndio financeiro, existe o investimento de tempo no deslocamento empregado diariamente pelos discentes e servidores.

5 NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA DOS ADOLESCENTES CAMPESINOS NO SUL DE RORAIMA

A pesquisa de campo foi realizada na sede do *Campus* Novo Paraíso (CNP). Seguimos as normas vigentes do Comitê de Ética a respeito da pesquisa que envolva seres humanos, estabelecidas pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e pela Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012; 2016). Portanto, os discentes que não tiveram interesse e aqueles que não foram autorizados pelos responsáveis não participaram da pesquisa.

5.1 NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA

Os níveis de atividade física dos adolescentes do *Campus* Novo Paraíso foram analisados a partir do percurso metodológico estabelecido para esta pesquisa, seguindo a recomendação da OMS (2011), que é adotada pelo Brasil. Assim, os adolescentes foram classificados em:

- Sedentários (S): aqueles que realizaram abaixo de 10 minutos contínuos de qualquer tipo de atividade física na última semana;
- Insuficientemente ativos (IA): aqueles que realizaram 10 minutos ou mais de atividade física contínua (moderada e vigorosa), mas que não atendem às recomendações da OMS para a faixa etária na última semana;
- Ativos (A): aqueles que atendem às recomendações da OMS para a faixa etária na última semana, quanto à frequência de atividade física (5 x ou mais/sem), duração (300 min/sem) e intensidade (moderada a vigorosa).

Os resultados quanto ao nível de atividade física para o perfil de alunos público-alvo deste trabalho revelou uma tendência geral quanto a estes níveis, sumarizados na Tabela 3.

Tabela 3: Perfil do nível de atividade física dos adolescentes pesquisados

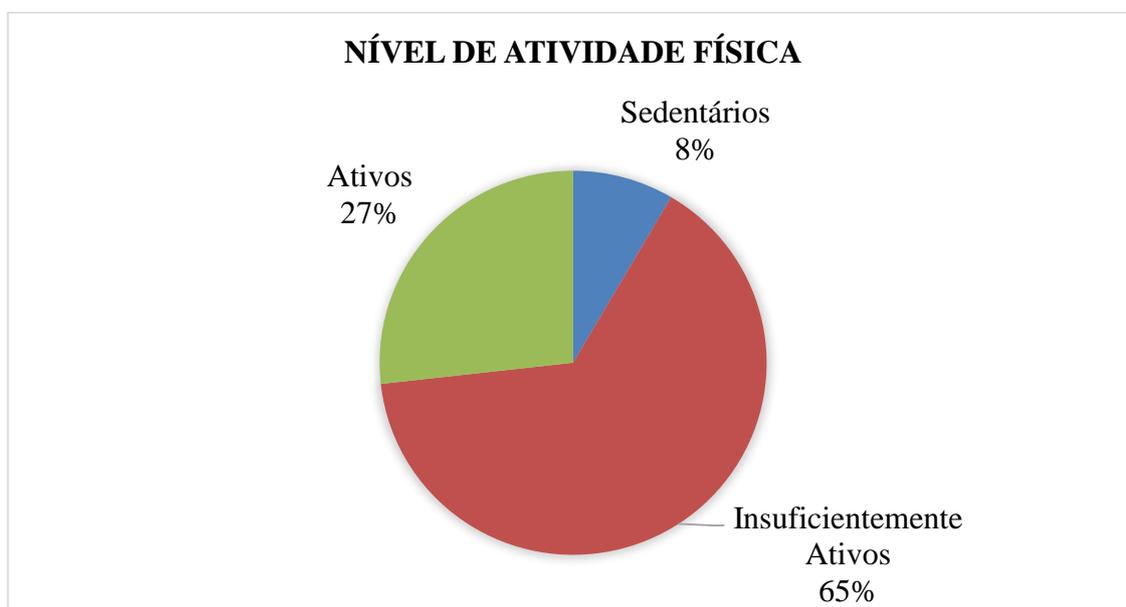
Classificação		Quantidade
S	Sedentários	6 (8%)
IA	Insuf. Ativos	46 (65%)
A	Ativos	19 (27%)
Total da amostra		71 (100%)

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Analisando a primeira classe da Tabela 3, percebemos que o nível de sedentarismo foi baixo, pois somente 06 adolescentes (8%) foram classificados como sedentários. Os Insuficientemente Ativos (IA) totalizaram 46 adolescentes (65%), representando o maior grupo dos três analisados.

Os ativos corresponderam a apenas 19 adolescentes (27%), representando um índice bastante negativo. Portanto, podemos observar que 73% dos alunos não atenderam às recomendações da OMS, fato preocupante uma vez que a falta de atividade física leva à predisposição de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT).

Para melhor visualização apresentamos esses resultado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição do nível de atividade física

Fonte: Produzido pela autora (2019).

Esses resultados estão aproximados a alguns estudos realizados no país. Em nível nacional, foram encontrados, entre adolescentes de 13 a 17 anos, os índices: 4,8% de sedentários, 60,8% de insuficientemente ativos e 34,4% de ativos (IBGE, 2015);

Outra pesquisa, em Florianópolis, com adolescentes 13 a 17 anos, identificou 67% de insuficientemente ativos (FARIAS JÚNIOR; LOPES, 2004). No Amapá, com adolescentes de 12 a 15 anos, 69,5% foram insuficientemente ativos e 30,5% foram ativos (ALBERTO, 2014). Em Pernambuco, com adolescentes de 14 a 19 anos, apresentou 65,1% de insuficientemente ativos e 34,9% de ativos (SANTOS *et al.*, 2015). No Paraná, pesquisa com adolescentes de 12 a 16 anos que frequentam escolas de tempo integral apresentou índices de insuficientemente ativos: 64,5% em grandes centros urbanos, 68,2% em zona mista e 68,4% em área rural; já os ativos ficaram em 35,5%, 31,8% e 31,6% nas respectivas áreas (BRITO *et al.*, 2017).

Diante de todos os resultados obtidos, expostos mais adiante, observou-se uma tendência percentual em cada classificação quanto aos níveis de atividade física, com algumas excessões, o que nos leva a delinear um perfil recorrente de distribuição percentil na população investigada.

Para efeito comparativo, extraímos a média e o desvio-padrão dos valores em todas as categorias de análise, conforme podemos visualizar na Tabela 4, que apresentamos aqui devido à necessidade de termos uma faixa de valores referência a partir da qual cada aspecto foi analisado.

Tabela 4: Média percentual e desvio-padrão em todas as categorias analisadas

Classificação		Média dos percentuais/%	Desvio padrão/%	Resultado com desvio-padrão/%
S	Sedentários	9	3	(9±3)
IA	Insuf. Ativos	64	6	(64±6)
A	Ativos	26	5	(26±5)

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Passamos então a investigar se existem relações entre o perfil dos adolescentes pesquisados e o nível de atividade física de acordo com as dimensões e categorias, conforme estabelecido na metodologia: **Questões sociodemográficas e Curso:** gênero, idade, município, área residencial e curso; **questões referentes à rotina:** dinâmica escolar e dinâmica extraescolar; e **questões socioeconômicas e familiar:** tipo de moradia, renda e tipo de ocupação familiar e estrutura familiar.

5.2 QUESTÕES SOCIODEMOGRÁFICAS E CURSO

As análises nessa dimensão referem-se à comparação entre o **gênero** (masculino e feminino), **idade** (14-15 e 16-17 anos), **município** (Caracará e Rorainópolis), **área residencial** (vila e vicinal) e **curso** (Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura).

5.2.1 Gênero

A amostra deste estudo foi predominantemente feminina, constituída por 44 meninas (62%) e 27 meninos (38%). A análise foi realizada por gênero e os resultados podem ser verificados na Tabela 5. Os valores de referência são os resultados globais desta pesquisa, anteriormente apresentados.

Tabela 5: Classificação do nível de atividade física conforme o gênero

Classificação		Masculino	Feminino	Referência (Média ± desvio)%
S	Sedentários	1 (4%)	5 (11%)	(9±3)%
IA	Insuf. Ativos	19 (70%)	27 (62%)	(64±6)%
A	Ativos	7 (26%)	12 (27%)	(26±5)%
Total da amostra		27 (100%)	44 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

O maior índice de sedentarismo foi apresentado entre as meninas (11%), percentual que está dentro da margem global estabelecida pela média com desvio-padrão. Já esse nível entre os meninos (4%) foi reduzido em relação às meninas e em relação aos valores de referência, assim, podemos inferir que os meninos são menos sedentários que as meninas. O maior índice de insuficientemente ativos está entre os meninos (70% *versus* 62%), mas ambos os resultados estão dentro da faixa de referência.

Em relação aos ativos, não houve diferença percentual entre os gêneros nesta pesquisa (26% *versus* 27%). Podemos concluir por estes dados que o gênero não interferiu para o nível de atividade física, apresentando apenas que os meninos são menos sedentários em relação as meninas.

Vários estudos obtiveram como resultados que as meninas foram mais sedentárias ou inativas fisicamente quando comparadas aos meninos (SILVA; MALINA, 2000; FARIAS JÚNIOR; LOPES, 2004; HALLAL *et al.*, 2006; SILVA *et al.*, 2009; LIPPO *et al.*, 2010; ALBERTO, 2014; LIMA *et al.*, 2014; MENEZES; DUARTE, 2015; SANTOS *et al.*, 2015; DUMITH *et al.*, 2016; SILVA *et al.*, 2018).

A Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (IBGE, 2015) identificou que no estado de Roraima as meninas (15,7%) apresentaram nível de atividade física inferior aos meninos (32%).

Menezes e Duarte (2015, p. 341) apresentaram que as meninas tiveram maiores níveis de exposição ao comportamento sedentário, indicando como possível razão “os aspectos culturais, impostos pela sociedade, quanto à limitação de oportunidades à prática de atividades físicas, favorecendo maior acesso a hábitos sedentários”.

Silva *et al.* (2018) apresentaram que os meninos que trabalham têm menores índices de insuficientemente ativos (36%), pois as atividades realizadas pelos adolescentes das cidades de pequeno porte são referentes a ajudar os pais nas atividades da agricultura familiar.

5.2.2 Idade

A amostra composta por 71 adolescentes foi distribuída em 2 grupos por idade. Na Tabela 6, podemos verificar a comparação entre os grupos etários e o nível de atividade física.

Tabela 6: Classificação do nível de atividade física conforme faixa etária

Classificação		14 – 15 anos	16 – 17 anos	Referência (Média ± desvio)%
S	Sedentários	3 (11%)	3 (7%)	(9±3)%
IA	Insuf. Ativos	17 (63%)	29 (66%)	(64±6)%
A	Ativos	7 (26%)	12 (27%)	(26±5)%
Total da amostra		27 (100%)	44 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Os adolescentes avaliados como sedentários apresentaram um percentual aparentemente reduzido para as duas faixas etárias, 11% (14 – 15 anos) e 7% (16-17 anos). Esse percentual é pequeno, entretanto, salientamos que o índice desejável em uma população saudável é zero.

O grupo etário de 14 e 15 anos apresentou 63% de insuficientemente ativos, enquanto o grupo etário de 16 e 17 anos apresentou 66%, não apresentando diferenças significativas entre os grupos. Quando comparado o percentual de adolescentes ativos também não existe diferença relevante entre os dois grupos (26% *versus* 27%).

Podemos concluir que a variável idade, nesta pesquisa, não apresentou diferença na comparação para o nível de atividade física, uma vez que os grupos etários analisados estão bastante próximos.

Menezes e Duarte (2015) também estudaram a prevalência de sedentarismo em adolescentes entre 14 e 15 anos, 16 e 17 anos e 18 e 19 anos e também não encontraram diferenças entre os grupos.

Outros estudos tiveram como resultado uma relação do sedentarismo com a faixa etária: Ceschini, Figueira Júnior (2009) relataram maior índice de inatividade física em adolescentes que compõem a faixa etária mais velha (17-18 anos); Oehlschlaeger *et al.* (2004) constataram que adolescentes de faixa etária mais velha são mais sedentários em relação aos demais.

5.2.3 Município

Os estudantes são oriundos dos municípios de Caracaraí (34), Caroebe (1), Rorainópolis (29), São João da Baliza (4) e São Luiz (3). Verifica-se, a partir desses números, que os municípios de Caracaraí e Rorainópolis foram os únicos que apresentaram uma fração considerável da amostra para efeitos comparativos, portanto foram analisados separadamente dos demais (Tabela 7).

Tabela 7: Classificação dos níveis de atividade física dos municípios de Caracaraí e Rorainópolis

Classificação		Caracaraí	Rorainópolis	Referência (Média ± desvio)%
S	Sedentários	5 (15%)	1 (3%)	(9±3)%
IA	Insuf. Ativos	19 (56%)	20 (69%)	(64±6)%
A	Ativos	10 (29%)	8 (28%)	(26±5)%
Total da amostra		34 (100%)	29 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Os sedentários identificados em Caracaraí representam 15% do grupo, enquanto foi identificado apenas 1 aluno (3%) no grupo de Rorainópolis. Ao considerarmos a média com desvio-padrão podemos afirmar que os alunos do município de Caracaraí têm maior nível de sedentarismo em relação aos alunos de Rorainópolis.

Os insuficientemente ativos foram 19 em Caracaraí (56%) e em Rorainópolis foram 20, representando 69% do grupo, estando ambos dentro da faixa de referência para esta classe. Os ativos são proporcionalmente equivalentes às suas frações na amostra, representando 28% e 29% de seus respectivos grupos.

Os alunos dos demais municípios são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8: Classificação dos níveis de atividade física dos adolescentes residentes nos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz

Classificação		Caroebe	São J. Baliza	São Luiz
S	Sedentários	-	-	-
IA	Insuf. Ativos	-	4	3
A	Ativos	1	-	-
Total da amostra		1	4	3

Fonte: Produzido pela autora (2019)

Assim o único respondente de Caroebe é suficientemente ativo, os três respondentes de São Luiz e os quatro respondentes de São João da Baliza são insuficientemente ativos.

Esses grupos não apresentam quantidade relevante de respondentes para efeitos comparativos, uma vez que excluímos da amostra aqueles que residem na sede dos seus municípios, restando poucos adolescentes destas localidades.

5.2.4 Área residencial

Os estudantes foram distribuídos em dois grupos, aqueles que residem em Vilas e os que residem em Vicinais. Ressaltamos que a amostra foi composta somente por aqueles que não residem na sede dos municípios.

No grupo **vila** foram agrupados somente os alunos que moram na sede de vilas. No grupo **vicinal** foram agrupados os alunos que residem em vicinais, projetos de assentamento ou às margens da Rodovia Federal (BR-174) ou Rodovias Estaduais.

Podemos visualizar, na Tabela 9, o nível de atividade física conforme o tipo de área residencial onde os alunos residem.

Tabela 9: Classificação do nível de atividade física conforme área residencial

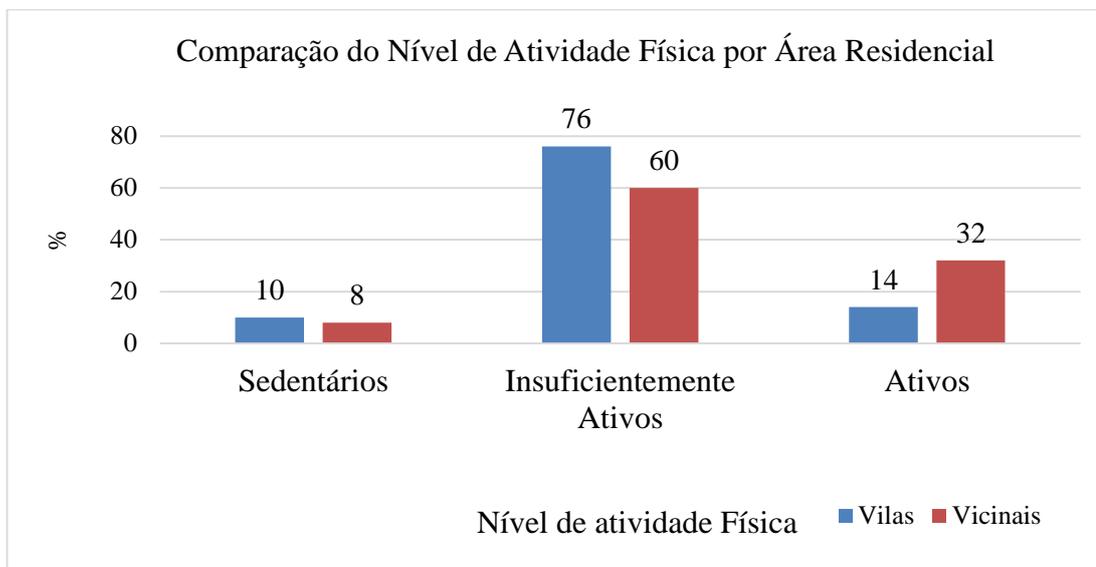
Classificação		Vicinal	Vila	Referência (Média ± desvio)%
S	Sedentários	4 (8%)	2 (10%)	(9±3)%
IA	Insuf. Ativos	30 (60%)	16 (76%)	(64±6)%
A	Ativos	16 (32%)	3 (14%)	(26±5)%
Total da amostra		50 (100%)	21 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

A partir desses dados, podemos observar que o percentual de sedentários na amostra foi em torno de (9±1)%, não apresentando diferença relevante entre os dois grupos, em que correspondeu a 10% em vilas e a 8% em vicinais.

Já quando analisamos os insuficientemente ativos, percebemos que o maior percentual (76%) reside em vilas, contra 60% em vicinais. Esses números indicam um aumento em relação à média com desvio-padrão nessa classe para os alunos residentes em vilas, de modo a inferirmos que os alunos residentes em vilas possuem maiores índices de insuficientemente ativos.

Quanto aos ativos, percebemos que tanto os alunos residentes nas vilas como os residentes em vicinais apresentam diferença em relação à média com desvio-padrão para a classe (26±5)%, em que os alunos das vicinais apresentam ligeiro aumento no índice (32%) e os alunos das vilas apresentam uma significativa redução nesse índice (14%). Nesse sentido, inferimos que os alunos que residem nas vilas possuem menores níveis de ativos. No Gráfico 2, podemos melhor visualizar as diferenças no nível de atividade física entre os grupos vilas e vicinais.

Gráfico 2: Comparação dos níveis de atividade física entre os grupos vilas e vicinais

Fonte: Produzido pela autora (2019).

Considerando-se os resultados desta pesquisa, depreendemos que residir em vilas pode ser fator de maior susceptibilidade a DCNT e residir em vicinais contribui positivamente para melhores níveis de atividade física.

Esse resultado pode ser explicado em função de diferenças na rotina diária desses indivíduos em relação àquela dos residentes em vilas (deslocamentos e lazer ativos, auxílio com as atividades agrícolas e manejo animal em suas áreas de produção). Concluímos que a categoria área residencial é fator significativo para se analisar o nível de atividade física de adolescentes.

Wanzeler (2017) encontrou bons resultados de nível de atividade física em adolescentes ribeirinhos no Amapá, em que 70% dos adolescentes foram considerados ativos fisicamente. Assim, poderíamos inferir que quanto mais isolada e campesina a região, maiores serão os níveis de atividade física em adolescentes. Tal fato diz respeito ao esforço físico empreendido diariamente em sua rotina. Entretanto, seriam necessários outros estudos com resultados semelhantes para reforçar tal conclusão.

Dumith, Azevedo Júnior e Rombaldi (2008) apresentam que alunos da área rural têm menor IMC que os alunos da área urbana. Pelegrini *et al.* (2010) encontraram maior excesso de peso em adolescentes urbanos (14%) em relação aos da área rural (6,7%).

Glaner (2002) considera que o estilo de vida na área rural contribui para se alcançar melhor desempenho na aptidão física relacionada à saúde se comparado ao estilo de vida na área urbana. Mesmo considerando o processo de mecanização agrícola, o gasto calórico ainda pode ser considerado mais elevado em atividades rurais do que em urbanas, onde a

maior parte do trabalho é caracterizado como sedentário. Essa autora constatou que rapazes da área rural tiveram melhor aptidão cardiorespiratória que os da área urbana.

Por outro lado, Lima *et al.* (2014), em pesquisa no âmbito de Pernambuco, encontraram que alunos da área rural (89,5%) são mais inativos fisicamente quando comparados aos da área urbana e litorânea (75%). Tenório *et al.* (2010) encontraram maior índice de insuficientemente ativos na área rural (79,9%) do que na área urbana (64,1%). Menezes e Duarte (2015), em Sergipe, encontraram que existe mais adolescentes insuficientemente ativos na área rural (80%) se comparada à área urbana (76%).

Brito *et al.* (2017) analisando a relação entre o nível de atividade física e o excesso de peso em adolescentes de escolas de tempo integral no Paraná, encontraram que os adolescentes das escolas de área rural (18,7%) tiveram o menor nível de excesso de peso (sobrepeso e obesidade), em comparação com escolas de zona mista (20,9%) e escolas de grandes centros urbanos (42,2%). Avaliando a aptidão cardiorespiratória, 92% dos alunos da área rural tiveram aptidão cardiorespiratória boa ou excelente e demonstraram melhor condicionamento físico em relação aos demais.

Os autores consideram ainda que os adolescentes da área rural têm percepção diferenciada quanto à intensidade das atividades físicas no trabalho e no lazer por eles realizadas. Nesse sentido, indicamos que sejam realizados estudos menos subjetivos para avaliar o nível de atividade física dos adolescentes campestres, uma vez que, por estarem mais adaptados a um maior esforço físico, possam estar subestimando a intensidade das atividades físicas por eles realizadas, quando respondem o questionário.

5.2.5 Curso

Um importante fator que interfere na rotina dos adolescentes do CNP e possivelmente no nível de atividade física são as peculiaridades dos cursos.

Cada curso possui atividades teóricas e práticas diversificadas, como aulas de campo, visitas técnicas, implementações de unidades didáticas e atividades de laboratórios para o desenvolvimento e análise de produtos. Portanto, as demandas de atividade física em cada curso dependerá do semestre letivo, do conjunto de componentes curriculares em estudo e da prática docente.

Analisamos somente os componentes curriculares da parte profissional, tendo em vista que as disciplinas da base nacional comum e da parte diversificada possuem componentes curriculares predominantemente teóricos, com exceção da disciplina Educação Física, que foi analisada anteriormente.

Assim, o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio possui 940 horas de disciplinas da parte profissional, distribuídas em 24 disciplinas técnicas (Quadro 2), que acontecem em seis semestres (3 anos).

Quadro 2: Análise das disciplinas da parte profissional do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio

AGROPECUÁRIA	
Quant. Disciplinas	Característica das disciplinas
07	Criação e manejo animal;
11	Preparação de solo, implantação de sistema de irrigação, adubagem, plantio, acompanhamento da produção e colheita;
01	Análise animal e vegetal (predomínio do uso de laboratório);
02	Desenho técnico, topografia e construções rurais;
02	Processamento de alimentos para nutrição animal;
01	Processamento de alimentos para consumo humano (predominância de uso do laboratório de alimentos, com atividades práticas);
Total: 24	Destas, 20 disciplinas possuem grande potencial para um maior gasto energético.

Fonte: Produzido pela autora (2019).

O Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio possui 760 horas de disciplinas da parte profissional, distribuída em 19 disciplinas técnicas (Quadro 3), que acontecem em seis semestres do Curso (3 anos).

Quadro 3: Análise das disciplinas da parte profissional do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio

AGROINDÚSTRIA	
Quant. disciplinas	Característica das disciplinas
05	Manipulação, processamento e fabricação de produtos alimentares;
04	Análise e prática de laboratório;
10	Cunho predominantemente teórico;
Total: 19	Destas, 05 disciplinas possuem grande potencial para um maior gasto energético.

Fonte: Produzido pela autora (2019).

Por sua vez; o Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio possui 640 horas de disciplinas da parte profissional, distribuída em 16 disciplinas técnicas (Quadro 4), que acontecem em seis semestres do Curso (3 anos).

Quadro 4: Análise das disciplinas da parte profissional do Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio

AQUICULTURA	
Quant. disciplinas	Característica das disciplinas
05	Criação, manejo e produção de animais aquáticos;
02	Nutrição animal e técnicas agroecológicas;
01	Topografia e construções aquícolas;
03	Análise em laboratório e em campo;
01	Processamento de produtos aquícola;
04	Cunho predominantemente teórico e prático;
Total: 16	Destas, 10 disciplinas possuem grande potencial para um maior gasto energético.

Fonte: Produzido pela autora (2019).

Devemos observar que não é determinado nos referidos planos de curso o percentual de aulas práticas para cada componente curricular. Assim, fica a critério do docente como será distribuída a carga horária entre as atividades teóricas e práticas.

Fizemos uma análise dos componentes curriculares dos módulos em curso no semestre letivo em que foi realizada a pesquisa de campo, classificando-os em função das possibilidades de gasto energético no desenvolvimento de seus conteúdos, em que o maior potencial está relacionado a atividades que envolvam práticas de campo e o menor potencial diz respeito a atividades que envolvam práticas de laboratório e conteúdos predominantemente teóricos (Quadro 5).

Quadro 5: Síntese das disciplinas ministradas no semestre em que foi realizada a coleta de dados por Curso e potencial de gasto energético

AGROPECUÁRIA			
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
Maior potencial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Psicultura ✓ Educação Física 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nutrição animal ✓ Avicultura de corte e postura ✓ Desenho técnico e topografia ✓ Agroecologia ✓ Educação Física 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Construções e Instalações Rurais ✓ Suinocultura ✓ Silvicultura ✓ Educação Física
Menor potencial			<ul style="list-style-type: none"> ✓ Agroindústria
AGROINDÚSTRIA			
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
Maior potencial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Educação Física 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Equipamentos e instalações agroindustriais ✓ Educação Física 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tecnologia de frutas e hortaliças ✓ Ciência e tecnologia do leite ✓ Educação Física
Menor potencial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Introdução aos processos agroindustriais 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão de produção e controle de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise de alimentos ✓ Princípios de bioquímica de alimentos
AQUICULTURA			
	1º ANO	2º ANO	
Maior potencial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Educação Física 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tecnologia de Pesca ✓ Limnologia ✓ Nutrição de organismos aquáticos ✓ Educação Física 	
Menor potencial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Introdução à aquicultura 		

Fonte: Produzido pela autora a partir dos planos de curso (2019).

Percebemos que o Curso Técnico em Agropecuária (AP) apresentou maior número de disciplinas com aulas práticas e técnicas que possam produzir maior gasto energético, e que a maioria (61%) dos adolescentes pertencem a esse curso. A Tabela 10 refere-se à classificação quanto aos níveis de atividade física dos adolescentes por curso: Agropecuária (AP), Agroindústria (AI) e Aquicultura (AQ).

Tabela 10: Classificação do nível de atividade física por Curso

Classificação		AP	AI	AQ	Referência (Média ± desvio)%
S	Sedentários	4 (9%)	2 (10%)	-	(9±3)%
IA	Insuf. Ativos	28 (65%)	11 (58%)	7 (78%)	(64±6)%
A	Ativos	11 (26%)	6 (32%)	2 (22%)	(26±5)%
Total		43 (100%)	19 (100%)	9 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Foram registrados adolescentes sedentários nos Cursos AP (9%) e AI (10%), não possuindo registros de sedentários no Curso AQ. Entretanto, ressalta-se que os números registrados são proporcionais às respectivas frações destes cursos na amostra.

Quando comparamos por curso, de maneira isolada, percebemos maior percentual de insuficientemente ativos no curso AQ (78%), seguido pelo curso AP (65%) e, por último, o curso AI (58%). Com exceção dos alunos do curso AQ, os demais estão dentro da faixa estabelecida para essa classe. Observe-se que a quantidade de alunos analisados no curso AQ é reduzido em relação aos demais cursos.

Os percentuais de ativos, aqueles que atendem à recomendação da OMS (2011), por curso, foram: AP (26%), AI (32%) e AQ (22%). Esperávamos que o percentual de ativos no curso AP (26%), fosse maior, no entanto, foi ligeiramente menor do que no curso AI (32%).

A análise desses índices mostra que o curso AI tem favorecido ligeiramente mais do que o curso AP para o atendimento das recomendações da OMS, apresentando um pequeno aumento em relação à média com desvio-padrão nesta classe.

Outra análise que podemos fazer seria considerar apenas os alunos que frequentam o 2º e 3º Ano (Tabela 11), uma vez que os alunos de 1º Ano haviam frequentado apenas um mês e meio de aulas na ocasião da coleta de dados, não tendo ainda vivenciado as diferenças curriculares.

Tabela 11: Classificação do nível de atividade física por curso dos alunos de 2º e 3º Anos

Classificação		AP	AI	AQ	Referência (Média ± desvio)%
S	Sedentários	1 (3%)	1 (7%)	-	(9±3)%
IA	Insuf. Ativos	19 (68%)	8 (53%)	2 (67%)	(64±6)%
A	Ativos	8 (29%)	6 (40%)	1 (33%)	(26±5)%
Total		28 (100%)	15 (100%)	3 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Tal resultado aponta que o curso AP possui menor índice de sedentários e o curso AI tem apresentado menor índice de insuficientemente ativos e maior índice de ativos (40% *versus* 29%), apresentando um aumento significativo em relação a faixa estabelecida por meio da média com desvio-padrão.

Essa diferença no nível de ativos entre os cursos pode ser explicada devido aos componentes curriculares serem estruturados em conteúdos teóricos e práticos. Assim, acreditamos que na semana da coleta das informações as disciplinas foram trabalhadas mais em sala de aula, não representando a real influência das atividades práticas no nível de atividade física dos alunos.

Dessa forma, sugerimos que, em razão das aulas práticas, para se considerar a categoria “tipo de curso”, se realize uma pesquisa que leve em consideração um período mais prolongado de tempo.

Sumarizamos na Tabela 12 os resultados das análises das categorias gênero, idade, município, área residencial e curso nos adolescentes classificados como ATIVOS.

Tabela 12: Resultado percentual das análises das categorias gênero, idade, município, área residencial e curso (ATIVOS)

Gênero		Idade/anos		Curso			Município		Área Residencial	
M	F	14 – 15	16 – 17	AP	AI	AQ	CCI	ROR	VIL	VIC
26	27	26	27	26	32*	22	29	28	14*	32
(26 ± 5)%										

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Verifica-se um valor constante entre os grupos analisados nas categorias gênero, idade e município, que ficaram em torno de $(26 \pm 5)\%$. Isso demonstra que essas variáveis não contribuíram para diferenças quanto ao nível de atividade física.

Na categoria curso, o melhor nível de atividade física foi observado no curso AI e esse resultado foi discutido nesta seção, apresentando uma pequena melhora em relação ao resultado geral nesta categoria.

Todavia, o tipo de área residencial em que vivem revelou ser o maior fator para as diferenças nos níveis de atividade física: vicinal (32%) *versus* vila (14%), em que foi possível observar uma grande diminuição nos índices de ativos entre os alunos residentes nas vilas dos seus municípios.

5.3 QUESTÕES REFERENTE À ROTINA

A rotina dos alunos foi dividida em 2 categorias de análise: Dinâmica escolar e Dinâmica extra-escolar.

5.3.1 Dinâmica escolar

A dinâmica escolar inicia-se no momento em que o aluno se prepara para ir a escola, compreendendo os períodos: deslocamento até a sua chegada na escola, permanência na escola e retorno até a chegada em sua casa.

5.3.1.1 Os horários de aula

Os alunos frequentam a escola de segunda a sexta-feira, chegando todos os dias aproximadamente às 7h30min e permanecem na instituição até as 16h30min, exceto às quartas-feiras, em que retornam às suas casas às 15h30min, em razão das reuniões pedagógicas, que ocorrem a partir desse horário.

As aulas iniciam-se às 8h e cada tempo de aula corresponde a 1h. Todas as segundas e sextas-feiras os alunos possuem 7 tempos de aula; às terças e quintas-feiras 5 tempos, além de 2 tempos destinados à participação em atividades ou projetos de pesquisa, extensão, ou ensino (atividades de reforço escolar, nivelamento, orientação, atividades culturais, treinamento desportivo, palestras ou minicursos).

As atividades com aula correspondem à maior parcela de permanência dos discentes na instituição, entre 5h e 7h diárias. O tempo destinado ao almoço é de 1h30min. Os horários destinados a outras atividades e projetos correspondem a 4h semanais.

5.3.1.2 Aulas de Educação Física e treinamento desportivo

A aula de Educação Física, independente do Curso e módulo de ensino, corresponde a apenas 1h semanal. De maneira geral, apresenta conteúdos referentes às modalidades esportivas: jogos de tabuleiro e xadrez, basquetebol, voleibol, handebol, futsal e atletismo, além de conteúdos referentes à história da modalidade esportiva, técnica e tática.

Existe um diferencial no currículo do Curso Técnico em Aquicultura, devido à construção do seu plano de curso ter acontecido recentemente (2018). Os conteúdos do primeiro semestre, por exemplo, tratam do conhecimento sobre o corpo, variáveis de promoção da saúde, atividade física e doenças crônico degenerativas, qualidades físicas, grandes jogos, jogos populares, lutas, atividades rítmicas e expressivas. Esses conteúdos são extremamente importantes, porque têm o objetivo principal de conscientizar esses adolescentes sobre os benefícios da prática regular de atividade física e, portanto, dos prejuízos advindos com o sedentarismo. Entretanto, a carga horária é demasiadamente pequena para que sejam trabalhados de maneira satisfatória em sala de aula (20h/semestre). Os demais semestres seguem o mesmo conteúdo dos outros cursos com atletismo, tênis de mesa, jogos de tabuleiro, basquetebol e futsal, respectivamente.

Devido ao fato de os discentes não disporem de muitos horários vagos em conjunto, o horário de treinamento desportivo acontece no intervalo para o almoço e nos horários destinados a atividades e projetos. Mas, somente 86 adolescentes têm praticado alguma modalidade esportiva regularmente, o que corresponde a 25% do total de alunos.

Devemos considerar que o Instituto Federal de Roraima (IFRR), por meio da Pró-Reitoria de Extensão, incentiva e promove atividades desportivas para os discentes com disputas entre todos os *campi*, denominados Jogos Internos do IFRR ou Intercampi. Além disso, a Rede Federal promove os Jogos dos Institutos Federais (JIFs), em etapas Regionais e Nacionais, por meio de disputa e classificação.

Existe ainda incentivo à prática esportiva no CNP, por meio de atividades organizadas pelos professores de educação física, como torneios internos, jogos amistosos, treinamento visando à participação em Jogos Escolares Municipais e Estadual, que acontecem também por meio de disputa e classificação.

No entanto, percebemos que essas intervenções, as quais são bastante positivas para um estilo de vida ativo e autônomo, não contemplam todos os alunos. Ocorre de nem todos terem interesse em participar e outros serem dispensados, uma vez que algumas dessas atividades selecionam os mais preparados física, técnica e taticamente.

5.3.1.3 Tempo de deslocamento residência – escola – residência

Outro fator importante relacionado à dinâmica escolar e que interfere na rotina discente é o tempo de deslocamento entre a sua residência e o ponto de ônibus escolar (**casa-ônibus**) e o tempo de deslocamento entre o ponto de ônibus e a escola (**ônibus-escola**). O tempo apresentado na Tabela 13 corresponde aos referidos trechos, somado o tempo de ida e volta, registrado em minutos, conforme informado pelos respondentes.

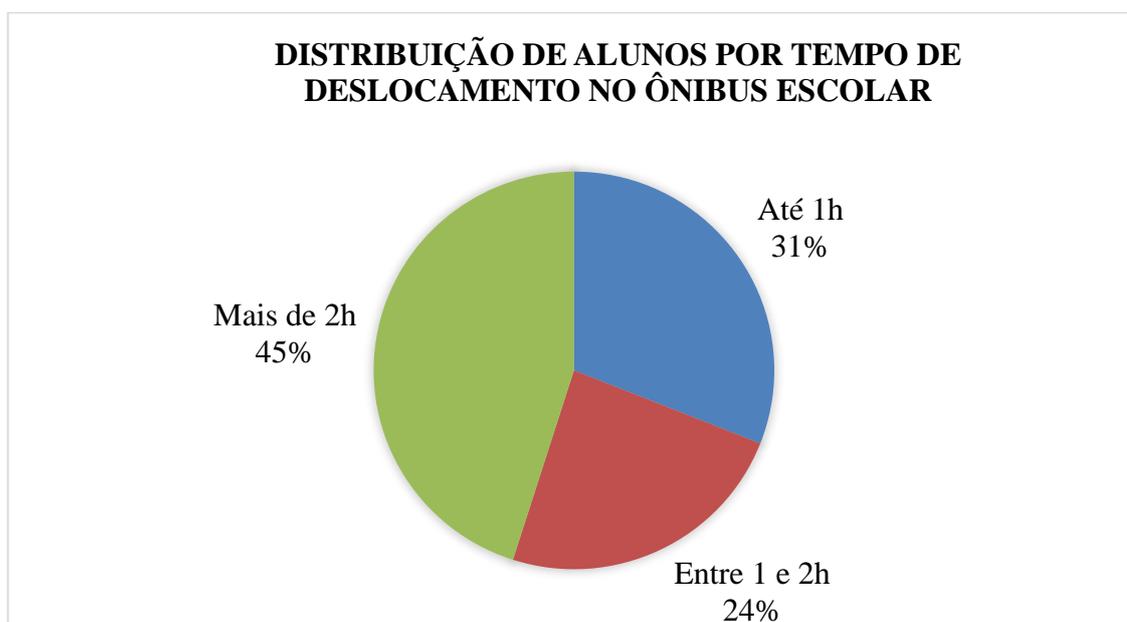
Tabela 13: Média do tempo diário de deslocamento entre a residência – escola – residência

Município	Alunos	Variação Casa → ônibus/min	Média Casa → ônibus/min	Variação Ônibus → escola/min	Média Ônibus → escola/min
Caracaraí	33	1 – 50	9	22 – 200	102
Caroebe	01	30	30	210	210
Rorainópolis	29	2 – 60	16	60 – 220	134
S. João da Baliza	04	20 – 40	29	150 – 160	157
São Luiz	03	0,4 – 3	1,5	60 – 120	80
Geral	71	1 – 60	17	22 – 220	137

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Podemos perceber que o tempo de deslocamento **casa → ônibus** varia entre 1 e 60 minutos e o deslocamento **ônibus → escola** varia entre 22 e 220 minutos. Visualizamos melhor o tempo de deslocamento **ônibus → escolar** a partir do percentual de alunos no Gráfico 3.

Gráfico 3: Distribuição de alunos por tempo de deslocamento no ônibus escolar



Fonte: Produzido pela autora (2019).

Conforme apresentado no Gráfico 3, verifica-se que 22 discentes diariamente permanecem até 1h no ônibus escolar (31%), 17 ficam entre 1h e 2h nesse deslocamento (24%) e 32 realizam-no com tempo acima de 2h (45%). Esse deslocamento refere-se somente ao percurso de ônibus, ou seja, entre o ponto de ônibus e a escola (ida), somado ao percurso entre a escola e o ponto de ônibus em suas localidades (volta). Assim, comparamos o tempo de deslocamento no ônibus escolar e a classificação do nível de atividade na Tabela 14.

Tabela 14: Comparação entre o tempo de deslocamento no ônibus escolar e o nível de atividade física

Classificação		22 min até 2h	2h até 3:40h	Referência (Média ± desvio)%
S	Sedentários	4 (10%)	2 (6%)	(9±3)%
IA	Insuf. Ativos	23 (59%)	23 (72%)	(64±6)%
A	Ativos	12 (31%)	7 (22%)	(26±5)%
Total da amostra		39 (100%)	32 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Analisando esses dados, podemos dizer que os sedentários não apresentaram diferença significativa em seus percentuais. Os insuficientemente ativos no primeiro grupo representaram 59% e os que fazem o percurso acima de 2h foram 72%, apresentando assim melhor índice o grupo que gasta menos tempo nesse deslocamento. Percebemos que o índice dos ativos entre os dois grupos de faixa de tempo está dentro da média de referência encontrada para ativos (26±5)%, mesmo que aqueles que permaneceram até 2h diária no deslocamento com o ônibus escolar apresentarem maior índice de ativos, 31% *versus* 22%.

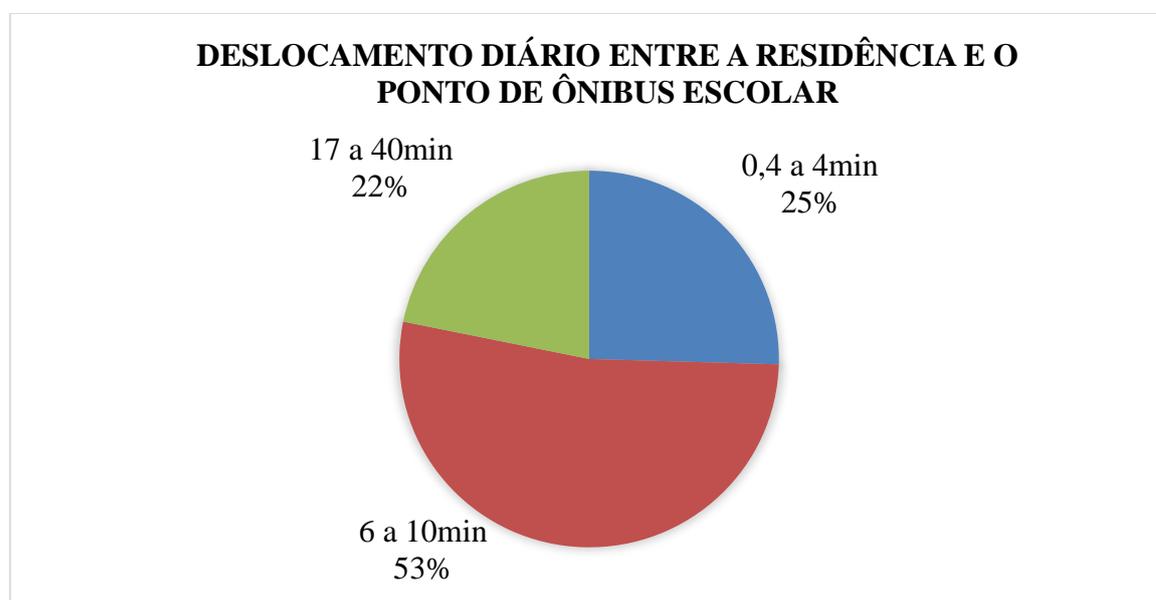
Nesse sentido, a partir desses resultados, podemos afirmar que os alunos que permanecem mais tempo nesse deslocamento (2h a 3h40min) apresentam maiores níveis de insuficientemente ativos (72%), classe que correspondem àqueles que, mesmo apresentando certo nível de atividade física, não atendem às recomendações da OMS (2011).

Assim, a média de tempo para todo o percurso **casa → escola → casa** foi de 2h34min, que, somada ao tempo de permanência na escola, resulta em 11h34min. Considerando-se que o tempo necessário de sono para adolescentes estudantes é de 8h20min em dias de aula (PEREIRA *et al.*, 2015), eles dispõem, em média, de apenas 4h06min por dia da semana para realizar atividades escolares em casa, estudar para provas, ajudar nos trabalhos domésticos, na lavoura ou no manejo com animais, atividades de lazer, bem como para a convivência familiar e comunitária.

As localidades que apresentaram maior tempo de deslocamento diário no ônibus escolar são os municípios de Caracaraí (Vila Vista Alegre, BR 432, Vila São José, PA Cupiuba), Caroebe (Vila Entre Rios) e Rorainópolis (Vila Nova Colina), com tempo de deslocamento entre 180 e 220 minutos.

Um fator que é fisiologicamente positivo para o nível de atividade física é o tempo empreendido em deslocamentos ativos, como caminhada, andar de bicicleta, dentre outros. Neste estudo, identificamos que 53% dos alunos realizam o deslocamento entre sua residência e o ponto de ônibus escolar exclusivamente a pé (Gráfico 4).

Gráfico 4: Tempo de deslocamento a pé entre a residência e o ponto de ônibus escolar



Fonte: Produzido pela autora (2019).

Na Tabela 15, apresentamos a comparação entre o deslocamento diário a pé e o nível de atividade física.

Tabela 15: Comparação entre o tempo de deslocamento diário (residência-ponto de ônibus-residência) a pé e o nível de atividade física

Classificação		Até 10 min	Entre 17 e 40 min	Referência (Média ± desvio)%
S	Sedentários	5 (12%)	0	(9±3)%
IA	Insuf. Ativos	25 (58%)	10 (83%)	(64±6)%
A	Ativos	13 (30%)	2 (17%)	(26±5)%
Total da amostra		43 (100%)	12 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Como o tempo de caminhada do grupo 2 (17 - 40 min) é superior a 10 minutos, valor a partir do qual não se considera sedentário, não há indivíduos nessa classe, conseqüentemente, houve alterações nos percentuais nesse grupo, inviabilizando uma análise estatística coerente.

O índice de ativos (30%) no grupo que realiza a pé o percurso entre a residência e o ponto de ônibus (ida e volta) em até 10 min está dentro da média de ativos ($26\pm 5\%$), assim como está na média o índice de sedentários ($9\pm 3\%$) e de insuficientemente ativos ($64\pm 6\%$) nesse grupo, considerando os valores de referência determinados neste trabalho.

Devido às recomendações da OMS considerarem somente as atividades moderadas e vigorosas e, por isso, não levarem em consideração o tempo de caminhada dos adolescentes, tal fato pode ter apresentado interferência nos resultados dessa categoria. Porém, sabemos que as formas de deslocamento ativo (andar a pé e de bicicleta), além de produzir maiores níveis de atividade física, proporcionam melhoras na capacidade cardiorespiratória e, conseqüentemente, nos níveis de saúde física (SANTOS *et al.*, 2010).

5.3.2 Dinâmica extraescolar

Na dinâmica extraescolar, foi considerado o tempo de **lazer não ativo**, correspondendo ao tempo semanal de TV, uso do celular (ligações, jogos e acesso a redes sociais) e tempo de videogame; o tempo semanal de **estudos realizados no computador e celular**. Também foi investigado se o estudante **frequenta praças ou academias** e se tem **tempo suficiente para realizar atividades escolares em casa**.

5.3.2.1 Lazer não ativo

Dos 71 respondentes, 41 adolescentes têm Internet em casa (58%) e 30 não têm (42%). Esse último percentual é preocupante, se considerarmos a importância do acesso à Internet, sendo a falta desse sistema de comunicação um limitante para suas possibilidades de interações com o mundo globalizado. Por outro lado, a falta de maturidade com o uso de Internet, em especial redes sociais, tem se apresentado como um fator prejudicial para a faixa etária (EISENSTEIN; ESTEFENON, 2011).

Na Tabela 16, apresentamos os níveis de atividade física entre os alunos que têm e os que não têm Internet em sua residência.

Tabela 16: Níveis de atividade física entre os alunos que têm e os que não têm Internet

Classificação		Têm Internet	Não têm internet	Referência (Média ± desvio)%
S	Sedentários	2 (5%)	4 (13%)	(9±3)%
IA	Insuf. Ativos	29 (71%)	17 (57%)	(64±6)%
A	Ativos	10 (24%)	9 (30%)	(26±5)%
Total da amostra		41 (100%)	30 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Entre os adolescentes que possuem Internet, percebemos um maior índice de insuficientemente ativos (71%) e entre os que não possuem Internet um maior índice de sedentários (13%). Quando comparamos, dentro dos grupos, as classes daqueles que não atendem às recomendações da OMS (S + IA), percebemos que os adolescentes que não possuem internet em casa (69%) apresentam índices menos ruins se comparados aos que possuem internet em casa (76%). Quando comparamos os ativos não percebemos diferença significativa entre os grupos, uma vez que ambos os níveis estão na média de (26±5)%.

Encontramos níveis elevados do uso de redes sociais que sobrepõem aos tempos somados de televisão e videogame (Tabela 17). Entretanto, os alunos fazem uso das redes sociais interagindo concomitante com outras atividades.

Tabela 17: Tempo de lazer não ativo (TV, celular e vídeo game)

Classificação	Variação TV/min	Média TV/min	Variação Celular/min	Média Celular/min	Variação V. Game/min	Média V. Game/min
Sedentários	120-1500	618	540-2100	1046	-	-
Insuf. Ativos	60-960	360	65-2700	1049	30-240	135
Ativos	30-1800	357	100-2700	1149	30-600	270
Média	30-1800	445	65-2700	1081	30-600	203

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Excluímos dos resultados aqueles que responderam não realizar alguma dessas atividades durante a semana e aqueles que apresentaram tempos exorbitantes, uma vez que tais respostas estavam “mascarando” a média dos tempos apresentados.

A média do tempo de TV foi de 445 minutos semanais, sendo maior entre os avaliados como sedentários (618 min), representando assim a relação existente entre o tempo de TV e o sedentarismo, sendo despendidos diariamente por esses alunos, pelo menos, 1h30min de TV. Outros estudos encontraram relação entre o tempo de TV e o sedentarismo,

sendo esse hábito indicado pelos autores como comportamento sedentário (SILVA *et al.*, 2009; SILVA; MALINA, 2000; HALLAL *et al.*, 2006; CESCHINI, FIGUEIRA JÚNIOR, 2009; LIPPO *et al.*, 2010).

A média de tempo despendido ao celular para ligações, jogos e redes sociais é de 1081 minutos semanais, não apresentando diferenças significativas entre as classes quanto aos níveis de atividade física; todas as médias foram semelhantes, demonstrando apenas o tempo elevado entre os adolescentes de uso de celular. Poucos adolescentes utilizam videogame: sedentários (0), insuficientemente ativos (2) e ativos (5). O tempo em que os adolescentes utilizam videogame foi de 135 min/sem para os insuficientemente ativos e os sedentários não utilizavam tal recurso. O maior tempo de uso de videogame foi encontrado entre os ativos (270 min/sem).

Com esses resultados, não podemos afirmar que o uso desses jogos eletrônicos tem se apresentado como fator positivo para os níveis de atividade física em adolescentes, tendo em vista a pequena quantidade de adolescentes na amostra que utiliza esses jogos, inviabilizando uma análise mais precisa.

No entanto, existem estudos que têm demonstrado uma relação positiva no nível de atividade física entre adolescentes que fazem uso de videogame entre 1 hora ou mais por dia. Ceschini e Figueira Júnior (2009), por exemplo, apresentaram uma associação inversa do uso de videogame com o nível insuficiente de atividade física. Os autores sugerem como hipótese para esses resultados a quantidade de jogos ativos (esporte e lutas) disponíveis, uma vez que as tecnologias disponíveis nesses jogos têm apresentado certa realidade virtual, podendo assim, conforme os autores, estimular a prática de atividade física nos adolescentes. Hallal *et al.* (2006) também tiveram como resultado o fato de que jogar videogame durante 1h ou mais por dia foi fator de proteção em adolescentes. Por outro lado, existem estudos que indicam uma relação entre o baixo nível de atividade física e o uso desses jogos eletrônicos (ALBERTO, 2014).

O celular tem se apresentado como um aliado para os estudos entre os adolescentes de baixa renda, por esse recurso ser mais compacto que os computadores e de menor custo para a aquisição, e ainda suas funcionalidades têm possibilitado realizar diversas tarefas. Nesse sentido, resolvemos inserir na pesquisa o tempo semanal despendido pelos adolescentes com o uso de computadores e celulares para estudar, o que podemos visualizar na Tabela 18.

Tabela 18: Média semanal do tempo de uso de celular e computador para estudar

Classificação	Variação – Celular/ computador (min)	Média – Celular/ computador (min)
Sedentários	60-1680	570
Insuf. Ativos	15-2700	573
Ativos	120-1440	605
Média	15-2700	583

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Ao analisarmos a média do uso de celular e computador para estudos, percebemos que não há diferença significativa nas classes, ficando em torno de 583 min. A maior diferença encontrada foi de apenas 22 min/sem da média geral, o que corresponde a aproximadamente 3 min/dia, e não tem representatividade em relação a sedentarismo.

Resolvemos, então, analisar juntas todas as atividades em que o adolescente permaneça predominantemente sentado, como assistir à TV, usar o celular (ligações, jogos, redes sociais e estudos) e estudar no computador, distribuindo o tempo total em faixas de tempo, a fim de verificar se afetam de maneira significativa os níveis de atividade física (Tabela 19).

Tabela 19: Tempo de lazer não ativo (TV, celular e vídeo game) + tempo de computador ou celular para estudo

Classificação		15-1680	1740-6060	Referência (Média ± desvio)%
S	Sedentários	2 (6%)	4 (11%)	(9±3)%
IA	Insuf. Ativos	25 (69%)	21 (60%)	(64±6)%
A	Ativos	9 (25%)	10 (29%)	(26±5)%
Total da amostra		36 (100%)	35 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Ao compararmos o nível de atividade física nos grupos, percebemos que não existem diferenças em relação aos principais percentuais encontrados, e se aproximam da média de (9±3)% entre os sedentários, (64±6)% entre os insuficientemente ativos e (26±5)% entre os ativos. Nesse sentido, o uso semanal de TV, celulares, computadores e videogame não tem interferido nos resultados para os níveis de atividade física.

Menezes e Duarte (2015) realizaram um estudo quanto ao comportamento sedentário em adolescentes, avaliando os efeitos do dispêndio diário assistindo à TV, jogando videogame ou utilizando o computador quando, somados, ultrapassam 2h. Esses

autores constataram que os adolescentes da área urbana (50,2%) são mais expostos a esse comportamento se comparados aos da área rural (41,2%).

5.3.2.2 Tempo disponível para realizar atividades escolares em casa

A respeito do tempo disponível para realizar as atividades escolares em casa, a maior parcela dos estudantes afirma que tem tempo, correspondendo a 54 adolescentes (76%). Porém, 17 (24%) dizem não ter tempo suficiente, e os principais motivos relatados⁴² por esses adolescentes foram: a falta de tempo (7), o cansaço (6) e realizar trabalhos domésticos em casa (6).

Mesmo dispondo de pouco tempo para as demais atividades da rotina da vida diária, 76% dos adolescentes relataram possuir tempo suficiente para realizar suas atividades escolares em casa. Porém, aqueles que relataram não dispor de tempo suficiente precisam de uma atenção maior da instituição de ensino, uma vez que estamos realizando uma pesquisa com seres humanos e, quando abordamos temas como saúde e qualidade de vida, o desejável é que todos os estudantes as alcancem e que o contrário seja combatido.

Ao compararmos tais resultados com a média de tempo disponível para as demais atividades da vida diária, percebemos que os adolescentes dispõem de pouco tempo para realizar as atividades escolares em sua residência. Deu a entender que a maioria, ao responder que “têm tempo”, assim respondem pelas pressões que os adolescentes sofrem por parte da família, da escola e da sociedade, que sempre reforçam que o adolescente vive somente para estudar, assim deveria ter tempo para realizar todas as atividades escolares.

No entanto, quando analisamos sua rotina, observando o seu comportamento em sala de aula em períodos de trabalhos escolares e provas, reforçado por relatos não formais de alguns professores, percebemos que muitos alunos realizam os trabalhos de algumas disciplinas em horários de outras, ou pedem para que professores de outras disciplinas cedam seus horários para finalizarem algum trabalho que vale nota ou estudarem para provas que farão no dia.

Assim, fez-se pertinente analisarmos e apresentarmos a matriz curricular dos cursos em quantidade de componentes curriculares por semestre e suas respectivas cargas horárias (Tabela 20).

⁴² Alguns adolescentes deram mais de uma justificativa, por isso, a quantidade representa as respostas e não a quantidade de adolescentes.

Tabela 20: Apresentação da matriz curricular quanto à quantidade de disciplinas e à carga horária correspondente do módulo de estudos

MÓDULO	AP		AI		AQ	
	DISCIP.	CH/MÓD.	DISCIP.	CH/MÓD.	DISCIP.	CH/MÓD.
1	18	575	14	515	13	530
2	15	565	16	595	14	540
3	15	555	15	525	14	530
4	16	595	14	495	13	520
5	15	475	15	565	14	540
6	16	445	13	445	13	440

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Observando o número de disciplinas, percebemos que os discentes possuem entre 13 e 18 disciplinas por módulo, sendo menor a quantidade de disciplinas nos cursos mais recentes (Aqüicultura e Agroindústria), demonstrando, assim, que existe uma preocupação em reduzir a quantidade de componentes curriculares.

Portanto, se considerarmos no mínimo uma avaliação e um trabalho por componente curricular⁴³, os alunos teriam entre 26 e 36 atividades avaliativas por semestre (100 dias letivos), o que significaria 01 avaliação a cada 3 ou 4 dias letivos. No entanto, sabemos que o período de avaliação, em sua grande maioria, acontece de maneira concentrada.

5.3.2.3 Disponibilidade de praças e academias

Espaços que possibilitem a prática de atividade física no entorno das residências dos alunos, assim como a existência de políticas públicas voltadas para essa finalidade, podem interferir positivamente nos níveis de atividade física. Porém, a rotina individual ainda tem sido o fator de maior impacto.

É importante ressaltar que poucas localidades onde residem os adolescentes possuem praças, sendo por eles relatadas que as vilas de Entre Rios, Nova Colina, Martins Pereira, Novo Paraíso e Itã possuem esses espaços⁴⁴. Assim, 27 (38%) adolescentes afirmaram ter praças em suas localidades, mas somente 14 as frequentavam (20%), dos

⁴³ Entendendo ser o mínimo que possa ser exigido por cada professor, uma vez que conforme a Organização Didática do IFRR (2018), a nota do aluno deve se dar semestralmente a partir de duas avaliações (AV1 + AV2)/2 e cada AV pode ser composta entre 1 e 4 instrumentos avaliativos.

⁴⁴ Esses resultados não se referem ao município de residência, mas à localidade, considerando que a amostra não foi composta por adolescentes residentes na sede dos seus municípios, mas em vilas e vicinais.

quais 05 são ativos (36%) e 09 insuficientemente ativos (64%) e nenhum sedentário. Diante disso, podemos inferir que frequentar praça tem apresentado um fator positivo para melhores níveis de atividade física, uma vez que os ativos que frequentam praças estão acima da média geral (26 ± 5)%.

Os que não frequentam praças totalizam 57 adolescentes, dos quais 6 são sedentários (11%), 37 são insuficientemente ativos (65%) e 14 são ativos (24%).

Entre as localidades em que residem os alunos, existe academia nas vilas: Nova Colina, Novo Paraíso, Martins Pereira e Entre Rios.

Dos 71 respondentes, somente 11 adolescentes já frequentaram academia, porém, 8 não frequentam mais. Desses 11 alunos, 01 (9%) foi avaliado como sedentário, 03 (27%) como insuficientemente ativos e 07 (64%) ativos. O restante, 60 alunos (85%), afirmaram nunca ter frequentado academia, sendo 5 sedentários (8%), 43 insuficientemente ativos (72%) e 12 ativos (20%). Assim, ter academia nas suas localidades não tem representado interferência para se alcançar melhores níveis de atividade física, porque poucos já tiveram contato com uma academia. Contudo, para os adolescentes que já frequentaram houve interferência positiva, pois mesmo não frequentando mais, a maioria foi avaliada como ativo (64%), porém, a quantidade de respondentes não foi significativa.

Consideramos ainda que já ter frequentado uma academia demonstra certo interesse pela saúde, pela qualidade de vida ou pela estética corporal, o que pode levar o indivíduo a outras escolhas no estilo de vida, que sejam positivas para o nível de atividade física.

5.4 QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E FAMILIAR

Nessa seção serão apresentadas as análises referente a condição socioeconômica dos alunos do CNP, quanto ao **tipo de moradia, renda e tipo de ocupação familiar e estrutura familiar**.

5.4.1 Tipo de moradia

Quanto ao tipo de moradia onde os alunos vivem, a maioria das residências é predominantemente construída por alvenaria (43), seguida por madeira (27) e barro (01), conforme pode ser visto na Tabela 21.

Tabela 21: Comparação entre o tipo de moradia e o nível de atividade física

Classificação	Alvenaria	Madeira	Barro	Referência (Média ± desvio)%
Sedentários	4 (9%)	2 (7%)	-	(9±3)%
Insuf. Ativos	28 (65%)	17 (63%)	1 (100%)	(64±6)%
Ativos	11 (26%)	8 (30%)	-	(26±5)%
Total	43 (100%)	27 (100%)	1 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

O **tipo de construção** residencial não representou interferência significativa quanto à classificação do nível de atividade física, pois os valores percentuais estão dentro da média.

Alberto (2014) encontrou relação entre o baixo nível de atividade física e o tipo de construção mista (madeira e alvenaria) no estado do Amapá.

Considerando os 50 alunos residentes em vicinais, 45 moram em casa própria e apenas 05 moram em casa cedida. Ainda considerando esse grupo, a maioria reside em vicinais (40), mas ainda existem os que moram às margens de rodovias (10).

Dos adolescentes que moram em vilas (21), 19 moram em casa própria e apenas 02 em casa alugada (Tabela 22).

Tabela 22: Nível de atividade física distribuídos por **condição de posse residencial**

Classificação	Própria	Cedida	Alugada	Referência (Média ± desvio)%
Sedentários	4 (6%)	2 (40%)	-	(9±3)%
Insuf. Ativos	41 (64%)	3 (60%)	2 (100%)	(64±6)%
Ativos	19 (30%)	-	-	(26±5)%
Total	64 (100%)	5 (100%)	2 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Os percentuais de classificação da amostra nessa categoria podem ser considerados apenas no primeiro grupo, que reside em casa própria (90%), pois os demais grupos não apresentam quantidade significativa de alunos para realizar uma análise de distribuição. Ressalta-se que os níveis de atividade física dos alunos que residem em casa própria da família são semelhantes aos demais resultados em que o fator de análise não apresentou interferência quanto aos níveis de atividade física, por estarem dentro da média geral.

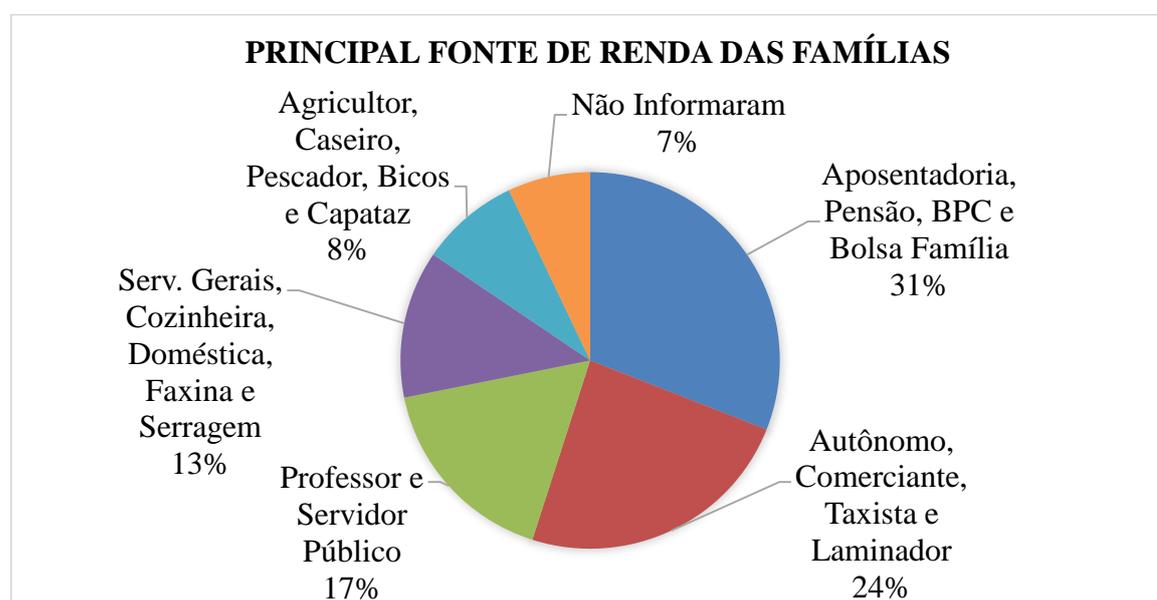
5.4.2 Renda e tipo de ocupação familiar

Nesta categoria, analisamos a principal fonte de renda das famílias, a quantidade de trabalhadores na residência e a renda *per capita* familiar.

5.4.2.1 Principal fonte de renda das famílias

No que diz respeito à principal fonte de renda das famílias, agrupamos por semelhanças entre as atividades de trabalho ou fonte de renda, conforme visualizamos no Gráfico 5.

Gráfico 5: Distribuição da principal fonte de renda das famílias



Fonte: Produzido pela autora (2019).

Observamos que a principal fonte de renda das famílias (31%) está na categoria dos aposentados, pensionistas e os que recebem benefícios sociais, seguida pelo grupo dos autônomos, comerciantes, taxistas e laminador (24%).

Posteriormente, aparecem os professores e servidores públicos (17%), e aqueles que têm como principal fonte de renda serviços gerais, cozinheira, serviços domésticos, faxineira e em serraria (13%). Por fim, estão os que fazem parte da classe de agricultor, caseiro, pescador, capataz e os que realizam bicos (8%).

Tal resultado não significa que as famílias não possam ter outras atividades laborais além da principal fonte de renda declarada pelos adolescentes como, por exemplo, uma pequena produção agrícola ou pecuária, a fim de complementar a renda e para fins de subsistência.

Assim, realizamos, na Tabela 23, a comparação entre os grupos formados pelas ocupações apresentadas e os níveis de atividade física.

Tabela 23: Classificação do nível de atividade física em relação ao tipo de ocupação que corresponde à principal fonte de renda familiar

Classificação	Aposent. Pensão BPC ⁴⁵ Bolsa Família	Autônomo Comércio Taxista Laminação	Agricultor, Caseiro, Pescador, Serv. Gerais, Doméstica, Serragem	Professor Servidor Público	Referência (Média ± desvio)%
Sedentários	3 (13%)	1 (6%)	2 (13%)	0	(9±3)%
Insu. Ativos*	14 (64%)	11 (65%)	8 (54%)	10 (83%)	(64±6)%
Ativos*	5 (23%)	5 (29%)	5 (33%)	2 (17%)	(26±5)%
Total	22 (100%)	17 (100%)	15 (100%)	12 (100%)	-

* Três dos insuficientemente ativos e dois dos ativos não informaram a principal fonte de renda familiar. **Fonte:** Produzida pela autora (2019).

Inicialmente, pensamos que o fato do adolescente ser filho de professor ou profissional da área da saúde levaria a maiores índices de atividade física nesse grupo (pois, supostamente, os pais teriam maior conhecimento sobre saúde, educação e desenvolvimento da criança e adolescente). Entretanto, observamos que o percentual de ativos em tal grupo foi pequeno (17%), se comparado com o valor médio encontrado neste trabalho (26±5)%, o que representaria um efeito contrário ao esperado.

Os alunos cuja principal renda familiar advém de atividades laborais mais ativas (Agricultor, Caseiro, Pescador, Serviços Gerais, Cozinheira, Doméstica, Serragem) apresentaram melhores níveis de atividade física. Obtiveram índice de 54% entre os insuficientemente ativos e 33% entre os ativos, desviando ligeiramente da média geral, considerando o desvio-padrão (26±5)%.

Devemos ainda levar em consideração que os maiores níveis de sedentarismo são apresentados em dois grupos diferenciados (Agricultor, Caseiro, Pescador, Serviços Gerais, Cozinheira, Doméstica, Serragem e Aposentados, Pensão, BPC, Bolsa Família), com 13% representando um pequeno aumento nesse índice, se levarmos em conta a média geral nessa classe (9±3)%. Os demais índices apresentados estão dentro das respectivas médias esperadas para as classes.

⁴⁵ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) “é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (MDS, 2019).

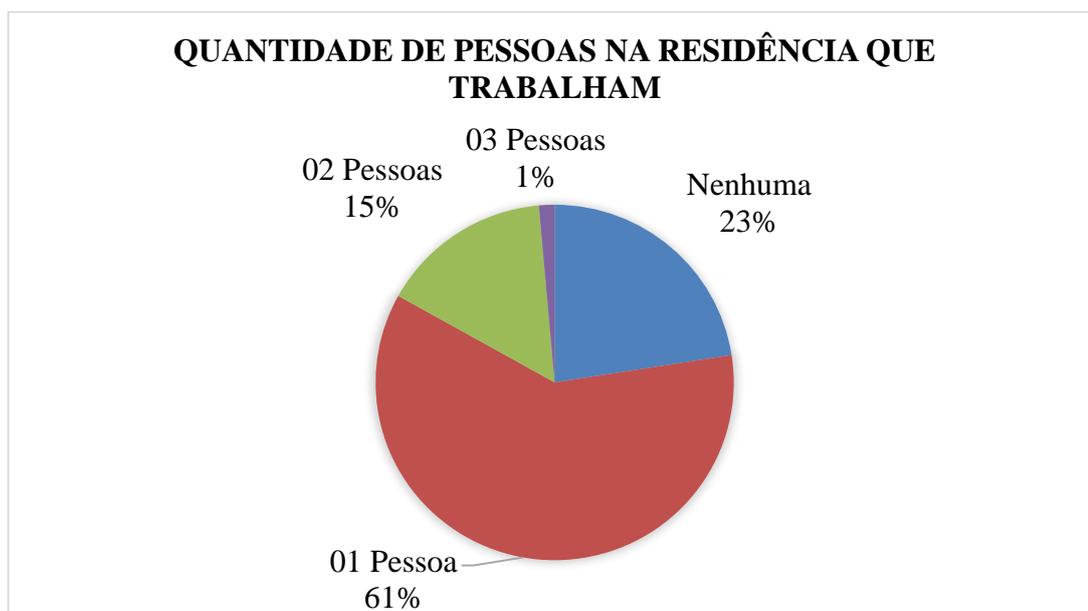
Menezes e Duarte (2015) relataram que existe associação entre o nível de atividade física abaixo do recomendado com a situação ocupacional do adolescente e o trabalho do pai, tanto na área urbana quanto na área rural.

Hallal *et al.* (2006) encontraram índices de sedentarismo maiores em adolescentes cujas mães são inativas fisicamente. Raphaelli, Azevedo e Hallal (2011) encontraram que existe relação do nível de atividade física dos alunos com o nível de atividade física dos pais.

5.4.2.2 Quantidade de trabalhadores na residência

Quando analisamos os dados referentes à quantidade de pessoas, na família, que trabalham, 43 (das 71 famílias) possuíam apenas 01 pessoa que trabalhava; aquelas que possuíam 2 pessoas trabalhando totalizam 11 famílias; somente 1 família possuía 03 pessoas trabalhando. Restam ainda 16 famílias em que nenhum membro da família trabalha. Essa distribuição foi representada no Gráfico 6.

Gráfico 6: Representação da quantidade de trabalhadores por residência



Fonte: Produzido pela autora (2019).

Buscando fazer uma relação entre a quantidade de trabalhadores por núcleo familiar e o nível de atividade física, apresentamos a Tabela 24. Agrupamos aquelas famílias que possuem 2 e 3 pessoas que trabalham, pois apenas uma família possui 3 trabalhadores na residência.

Tabela 24: Relação entre a quantidade de trabalhadores por núcleo familiar e o nível de atividade física

Classificação	Nenhuma pessoa	1 pessoa	2 e 3 pessoas	Referência (Média ± desvio)%
Sedentários	2 (12%)	3 (7%)	1 (8%)	(9±3)%
Insuf. Ativos	10 (63%)	30 (70%)	6 (50%)	(64±6)%
Ativos	4 (25%)	10 (23%)	5 (42%)	(26±5)%
Total	16 (100%)	43 (100%)	12 (100%)	

Fonte: Produzida pela autora (2019).

O maior índice de sedentários (12%) está entre os que não possuem nenhum membro da família trabalhando; o maior índice de insuficientemente ativos (70%) está entre aqueles que possuem apenas um membro da família que trabalha. No entanto, tais resultados estão dentro da média para as classes, (9±3)% e (64±6)%, respectivamente.

Os melhores resultados quanto ao nível de atividade física foram encontrados entre aqueles que possuem dois ou três membros da família que trabalham, apresentando o maior índice de ativos (42%) e o menor nível de insuficientemente ativos (50%), porém, esse grupo representa uma pequena parcela dentro da amostra. Assim, percebemos que o deslocamento de apenas 1 aluno (menor parte da amostra) em uma categoria vizinha (por apresentar valor próximo aos limites das categorias), levaria resultados aparentemente diferentes a resultados que estão dentro da tendência percentual observada neste trabalho.

5.4.2.3 Renda *per capita* familiar

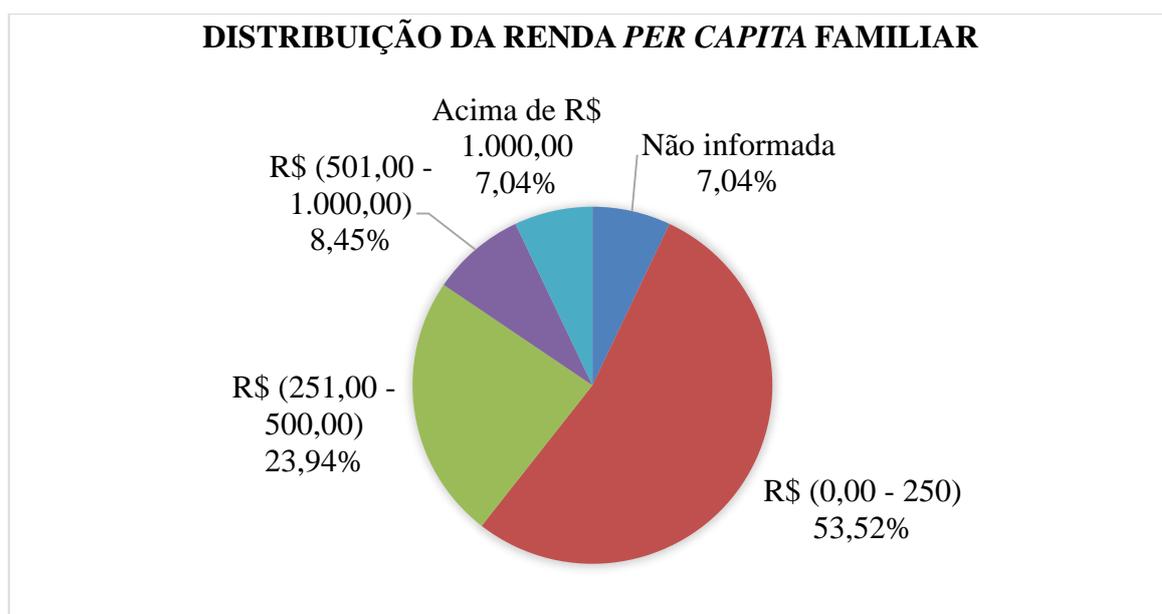
A renda *per capita* familiar é o valor da renda familiar dividido pelo número de pessoas que moram na residência. É um importante indicador socioeconômico, pois, além de avaliar a condição financeira da família, também serve como parâmetro para concessão de benefícios sociais. A renda *per capita* familiar dos alunos foi apresentada por faixas de valores, conforme a seguir: R\$ 0,00 – 250,00, R\$ 251,00 – 500,00, R\$ 501,00 – 1.000,00 e acima de R\$ 1.000,00 (Tabela 25).

Tabela 25: Distribuição da renda *per capita* familiar

Classificação	Nº alunos
Não informada	5 (7%)
R\$ (0,00 – 250,00)*	38 (54%)
R\$ (250,00 – 500,00)	17 (24%)
R\$ (501,00 – 1000,00)	6 (8%)
Acima de R\$ 1000,00	5 (7%)
Total	71 (100%)

*Valor aproximado a ¼ de salário mínimo. **Fonte:** Produzida pela autora (2019).

O Gráfico 7 representa os dados da Tabela 25, para melhor visualização.

Gráfico 7: Distribuição da renda *per capita* familiar

Fonte: Produzido pela autora (2019).

Observamos, no Gráfico 7, que 54% das famílias sobrevivem com uma renda *per capita* de até R\$ 250,00, valor aproximado a um quarto de salário mínimo (R\$ 249,50).

Apenas 5 famílias (7%) possuem renda *per capita* acima de R\$ 1.000,00, das quais 2 tem renda entre R\$ 1.100 e R\$ 1.600,00. A maior renda *per capita* foi de R\$ 2.500,00.

A Tabela 26 classifica o nível de atividade física por distribuição de renda *per capita* familiar, em que reduzimos a quantidade de grupos a fim de melhor analisá-los.

Tabela 26: Distribuição da renda *per capita* familiar pelo nível de atividade física

Classificação	Não informou	R\$ (0,00–250,00)	R\$ (251,00–500,00)	R\$ (501,00–2.500,00)	Referência (Média ± desvio)%
Sedentários	0	3 (8%)	3 (17,5%)	0	(9±3)%
Insuf. Ativos	3	25 (66%)	11 (65%)	7 (64%)	(64±6)%
Ativos	2	10 (26%)	3 (17,5%)	4 (36%)	(26±5)%
Total	5	38 (100%)	17 (100%)	11 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

A menor faixa de renda (R\$ 0,00 a 250,00) apresenta índices muito semelhantes ao valor referência. O maior nível de sedentários e o menor nível de ativos estão no grupo que possui renda familiar *per capita* entre R\$ 251,00 e R\$ 500,00.

Apresentamos, ainda, que o maior índice de ativos está entre os que possuem renda *per capita* superior a R\$ 501,00, com 36%. No entanto, devemos considerar que o número de respondentes nesse grupo é pequeno, além de não ter apresentado nenhum sedentário, dificultando uma análise mais apurada dos dados.

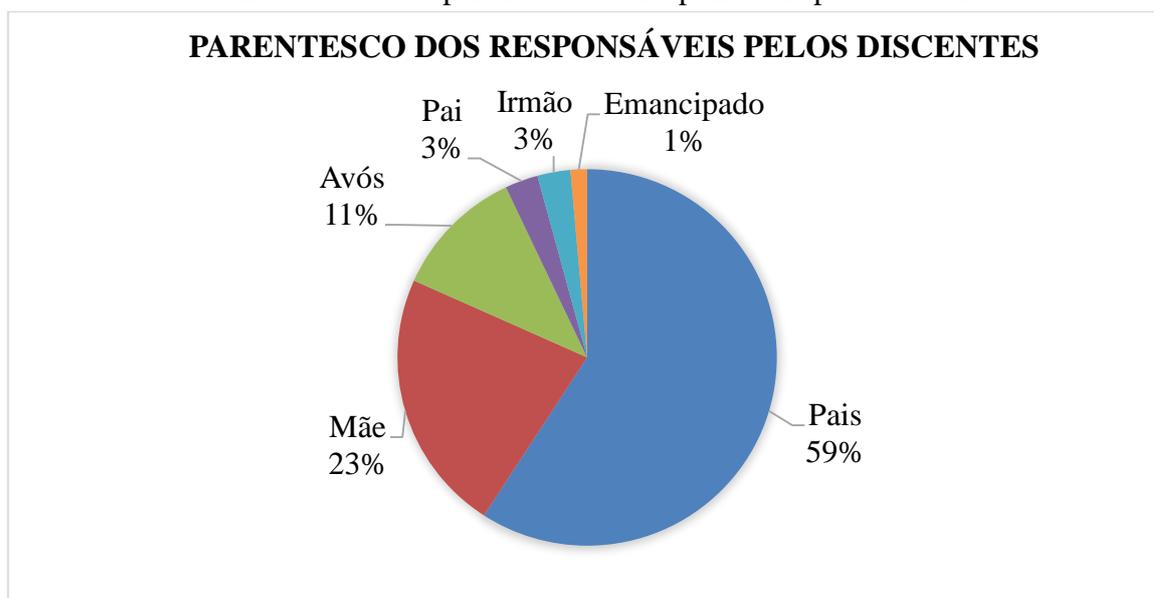
Alberto (2014) encontrou relação entre o baixo nível de atividade física e a classe socioeconômica. Menezes e Duarte (2015) apresentaram que adolescentes que vivem em famílias mais abastadas financeiramente estão mais susceptíveis ao comportamento sedentário, fator que independe do local de residência. Hallal *et al.* (2006) apresentaram também maior nível de sedentarismo entre os adolescentes que possuem melhor condição socioeconômica. No entanto, em nosso estudo não visualizamos resultado semelhante. Oehlschlaeger *et al.* (2004), em seu estudo, constatou maior índice de sedentarismo em adolescentes cujas famílias são classificadas como de menor classe econômica.

5.4.3 Estrutura familiar

Nesta categoria, foram analisados dois fatores: responsáveis com quem o aluno reside (responsável legal) e a quantidade de residentes no lar.

5.4.3.1 Responsáveis com quem os alunos residem

O Gráfico 8 apresenta a distribuição percentual dos responsáveis com quem os alunos residem.

Gráfico 8: Grau de parentesco dos responsáveis pelos discentes

Fonte: Produzido pela autora (2019).

Na amostra de 71 adolescentes, 42 residem com pai e mãe (59%), 16 moram somente com a mãe, 8 residem com os avós, 02 residem somente com o pai, 02 moram com o irmão e 01 é emancipado e mora sozinho.

Para a determinação do nível de atividade física, separamos aqueles que residem com os pais e os demais agrupamos em um único grupo (Tabela 27).

Tabela 27: Comparação entre o nível de atividade física e com quem o adolescente reside

Classificação	Pai e mãe	Demais responsáveis	Referência (Média ± desvio)%
Sedentário	2 (5%)	4 (14%)	(9±3)%
Insuf. Ativo	26 (62%)	20 (69%)	(64±6)%
Ativos	14 (33%)	5 (17%)	(26±5)%
Total	42 (100%)	29 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Observamos que o índice de ativos entre os adolescentes que residem com pai e mãe é ligeiramente superior à média com desvio-padrão para a classe (26±5)%, assim como o nível de sedentários é ligeiramente menor em relação ao mesmo parâmetro (9±3)%.

No entanto, o resultado percentual do agrupamento dos demais responsáveis apresentou fator negativo no que se refere aos níveis de atividade física, indicando 14% de sedentários e somente 17% de ativos. Infere-se, assim, que morar com pai e mãe é fator positivo para o nível de atividade física.

Menezes e Duarte (2015), em sua pesquisa, encontraram que adolescentes que residem somente com o pai em área urbana têm maiores chances de apresentarem nível insuficiente de atividade física. Esses autores depreenderam que residir apenas com o pai foi fator negativo para os níveis de atividade física.

5.4.3.2 Quantidade de residentes

A quantidade de residentes no lar dos alunos foi distribuída na Tabela 28. Percebemos que a maioria dos alunos (61%) vive em lares com 04 e 05 pessoas. Contudo, para melhor análise, distribuimos os adolescentes em dois grupos, o primeiro com aqueles que possuem entre 2 e 4 residentes e o segundo grupo com aqueles que possuem entre 5 e 9 residentes em suas casas.

Tabela 28: Nível de atividade física segundo a quantidade de residentes no lar

Classificação	2 a 4 residentes	5 a 9 residentes	Referência (Média ± desvio)%
Sedentários	4 (10%)	2 (6%)	(9±3)%
Insuf. Ativos	26 (67%)	20 (63%)	(64±6)%
Ativos	9 (23%)	10 (31%)	(26±5)%
Total	39 (100%)	32 (100%)	-

Fonte: Produzida pela autora (2019).

Nos resultados apresentados, percebemos que não houve diferença significativa entre os grupos quanto às classes sedentários (9±3)%, insuficientemente ativos (64±6)% e ativos (26±5)%, permanecendo dentro da média geral encontrada nesta pesquisa.

Assim, podemos inferir que a quantidade de residentes no lar não apresentou interferência quanto aos níveis de atividade física nesta amostra.

5.5 RESULTADO GERAL E CONCLUSÕES

Em suma, as categorias analisadas revelaram que os adolescentes do *Campus Novo Paraíso* necessitam de intervenção na dinâmica escolar que contribua para o aumento nos seus níveis de atividade física, uma vez que durante a semana esses adolescentes dispõem de pouco tempo para as demais atividades da vida diária.

Quanto ao objetivo geral desta pesquisa, o **nível de atividade física** apresentado pelos adolescentes foi de 8% de sedentários, 65% de insuficientemente ativos e 27% de ativos. Quando calculamos as médias de todos os resultados analisados e determinamos o desvio-padrão para cada uma das classes dentro da amostra, encontramos que os sedentários

possuem média de $(9\pm 3)\%$, os insuficientemente ativos de $(64\pm 6)\%$ e os ativos $(26\pm 5)\%$, parâmetros que foram utilizados para identificar interferência positiva ou negativa nos níveis de atividade física considerando as categorias de análise.

Respondendo aos objetivos específicos deste trabalho, a prevalência de sedentarismo foi de 8%. Considerando os resultados de todas as análises, identificamos valores que variam entre 0% e 17,5%, com média de 9% e desvio-padrão de 3%.

Quando comparamos as **categorias** gênero, idade, município, área residencial e curso, percebemos que quase todos os resultados na classe “ativos” estiveram dentro da faixa média $(26\pm 5)\%$, com exceção na categoria curso, em que o Curso Técnico em Agroindústria (32%) teve uma ligeira melhora nos índices. Na categoria área residencial, tivemos um resultado interessante: os residentes em vicinais (32%) apresentaram uma pequena melhora no índice de ativos e os residentes em vilas (14%) tiveram redução significativa. Esse último fator nos pareceu ser o mais relevante para o nível de atividade física.

Quando realizamos a mesma comparação em relação à classe “sedentários”, percebemos que apenas a categoria gênero apresentou diferença em relação à faixa média $(9\pm 3)\%$, em que os meninos representaram apenas 4% nessa classe. Na categoria município, também houve resultados significativos, em que Rorainópolis (3%) apresentou menores índices de sedentarismo em relação a Caracaraí (15%), ambos distanciando-se da faixa média.

Em relação à classe “insuficientemente ativos”, o município de Caracaraí (56%) apresentou pequena redução em relação à faixa média $(64\pm 6)\%$ e também os alunos que cursam os 2º e 3º Anos do Curso Técnico em Agroindústria (53%). Em contrapartida, o Curso Técnico em Aquicultura (78%) apresentou um aumento em relação à faixa média, mas deve-se considerar que o número de alunos constituintes desta amostra foi baixo (9).

Nesse sentido, quanto aos fatores que interferem nos níveis de atividade física, apresentamos, no Quadro 6, a síntese dos resultados analisados, na intenção de identificar quais os fatores que, combinados, contribuiriam para o nível de atividade física.

Quadro 6: Resultado das análises quanto ao nível de atividade física dos adolescentes do *Campus Novo Paraíso*

Categoria	Favorece melhores níveis de AF	Desfavorece melhores níveis de AF	Sem interferência
Gênero	Meninos menos sedentários (4%)	-	-
Idade	-	-	Não interfere
Município	Rorainópolis menos sedentários (3%)	Caracarái mais sedentários (15%)	-
Curso	Curso de Agroindústria mais ativos (32%), levando em consideração somente 2º e 3º Anos (40%)	-	-
Área Residencial	Residentes em vicinais são mais ativos (32%)	Residentes em vilas são menos ativos (14%); mais insuficientemente ativos (76%)	-
Deslocamento no ônibus escolar	-	2 h a 3 h40 min são mais insuficientemente ativos (72%)	22 min a 2 h diários
Deslocamento entre a residência e o ponto de ônibus escolar	-	-	Não interfere
Ter Internet na residência	Não ter Internet são menos insuficientemente ativos (57%)	Ter Internet são mais insuficientemente ativos (71%)	-
Tempo de TV	Ativos (360 min/sem) e insuficientemente ativos (357 min/sem) assistem menos tempo à TV	Sedentários assistem mais tempo à TV acima 360 min/semanal	-
Tempo de Celular	-	-	Não interfere
Tempo de videogame	-	-	Não interfere
Tempo de estudo (celular ou computador)	-	-	Não interfere
Frequentar praças	Frequentavam praças mais ativos (36%)	-	-
Ter frequentado academia	Sim; Se mostraram mais ativos (64%)	Não; São menos ativos (20%); e mais insuficientemente ativos (72%)	-

Categoria	Favorece melhores níveis de AF	Desfavorece melhores níveis de AF	Sem interferência
Tipo de moradia (alvenaria ou madeira)	-	-	Não interfere
Posse residencial (própria, alugada ou cedida)	Inconclusivo*	Inconclusivo*	*90% residem em casa própria
Tipo de trabalho dos pais	Pais com trabalhos mais ativos: Filhos mais ativos (33%)	Pais com trabalhos menos ativos (17%): Filhos são menos ativos	-
Quantidade de pessoas que trabalham na residência	2 ou 3 pessoas são mais ativos (42%); são menos insuficientemente ativos (50%)	-	-
Renda <i>per capita</i> familiar	Acima de R\$ 501,00 são mais ativos (35%)	R\$ 251,00 à R\$ 500,00 são menos ativos (17,5%)	-
Morar com os pais	Residem com ambos os pais são mais ativos (33%)	Residem só com a mãe ou só com o pai, com avós, irmãos ou sozinho são menos ativos (17%)	-
Quantidade de residentes na residência	-	-	Não interfere

Fonte: Produzido pela autora (2019).

Podemos concluir que avaliar os fatores que interferem nos níveis de atividade física é tarefa bastante complexa, uma vez que são diversas as atividades realizadas no cotidiano desses adolescentes e que o efeito de uma das atividades pode contrapor-se ao efeito de outra, mas quando analisadas isoladamente podem não representar um resultado expressivo.

A maioria dos alunos foi classificada como insuficientemente ativa. Nesse sentido, estão menos predispostos ao aparecimento de DCNT em relação aos sedentários, porém menos protegidos em relação aos ativos. Portanto, é importante ressaltar a necessidade de intervenção institucional que contribua para melhores níveis de atividade física e saúde de seus discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou-nos a construção de uma visão mais ampla da realidade social dos adolescentes em formação da região sul do estado de Roraima. Todo esse processo foi valioso para compreender o papel do pesquisador da área de ciências humanas e sociais: ao lidar com seres humanos, além dos devidos aspectos éticos, deve estar atento à coleta e ao registro das informações, buscando ordenar a realidade social com o máximo de objetividade.

A participação dos adolescentes foi satisfatória, porém foram encontradas algumas dificuldades, dentre as quais podemos citar a devolutiva das autorizações, pois 17 alunos não a fizeram e, por isso, não participaram da pesquisa. As razões relatadas pelos alunos foram esquecimento de entregar o documento aos pais ou o fato de morar com outro familiar que não o pai ou a mãe – esses passam a semana na casa de outro parente em localidades de melhor acesso para o deslocamento diário ao *Campus*.

Apesar dos alunos estarem com idade recomendada por Guedes, Lopes e Guedes (2005) para a aplicação do Questionário IPAQ, versão 8 – curta (a partir de 14 anos), percebemos que os alunos apresentaram dificuldade para respondê-lo. Sendo assim, foi necessário realizar a leitura de questão a questão juntamente com os alunos, esclarecendo detalhes, exemplificando possibilidades e aguardando que respondessem e sanassem qualquer dúvida diretamente com a pesquisadora.

Mesmo com todo o cuidado e esclarecimentos na coleta de informações, ao registrá-las em planilha, percebemos algumas possíveis inconsistências em respostas, principalmente quanto ao tempo de deslocamento no ônibus escolar, à duração e intensidade das atividades físicas semanais e ao tempo semanal de uso do celular. Nessas situações, foi necessário o retorno aos respondentes dos questionários. Ao todo, foram corrigidas informações em 12 questionários. Diante disso, recomendamos que a aplicação desse questionário seja realizada em forma de entrevista individualizada, em que o IPAQ seja o roteiro para a coleta das informações.

Diferentes instrumentos de coleta das informações e diferentes tipos de classificação quanto aos níveis de atividade física dificultaram as análises comparativas entre as diversas regiões do país, assim como uma análise mais apurada dos resultados encontrados, para fins de intervenções mais significativas.

Por isso, é importante levar em consideração a possibilidade de, em próximos estudos, avaliar o nível de atividade física de adolescentes do campo por parâmetros menos

subjetivos que questionários e recordatórios, uma vez que a intensidade relatada pelos adolescentes depende do quão treinado este esteja, tendo em vista que algumas atividades rotineiras da prática campesina podem por eles ser considerada uma atividade de intensidade leve ou moderada e, no entanto, podem produzir gasto energético elevado. Sendo assim, o nível de atividade física quanto à intensidade acaba sendo subestimado pela percepção desses sujeitos.

O profissional de educação perpassa pelas diversas dimensões da construção e formação cultural, social, física, emocional e intelectual dos seus discentes, sendo, portanto, imprescindível estarem preparados para exercer com excelência sua profissão. Nesse sentido, é importante que as instituições que ofertam cursos de licenciatura possam inserir no currículo disciplinas que abordem a realidade dos sujeitos do campo e das populações tradicionais, a fim de que os futuros professores possam contribuir para a garantia de direitos fundamentais, respeitando e valorizando a diversidade e a cultura de todos os povos, para a construção de uma sociedade mais justa.

O *Campus* Novo Paraíso, desde sua idealização, teve por objetivo diminuir as desigualdades e o processo de exclusão dos povos do campo da região sul do estado de Roraima. No entanto, existe a necessidade de readequação curricular e de formação em serviço por meio da educação continuada para seus profissionais, a fim de não perderem a identidade e os fundamentos que caracterizam essa instituição de ensino e, assim, possam intensificar ações por meio do ensino, da pesquisa e da extensão para atendimento à população campesina, respeitando os pressupostos filosóficos básicos da educação do campo.

O conhecimento da realidade dos alunos, os quais, além de estudarem em tempo integral, dependem muito tempo no percurso residência-escola-residência, poderá levar os professores e demais profissionais a reflexões a respeito das práticas pedagógicas no *Campus* Novo Paraíso. Um dos pontos que merecem ser ponderados pelos professores é o tempo bastante reduzido que esses alunos dispõem para realizar atividades designadas para casa (trabalhos, estudar para as provas) – conforme constatamos, somando-se o tempo de aulas com o tempo de deslocamento, restam-lhes somente em torno de 4 h do dia. Considerando essa realidade, é essencial que a instituição articule seu programa de modo a possibilitar aos alunos mais tempo para a prática regular de atividade física, para proporcionar-lhes saúde e qualidade de vida, juntamente com outras atividades fundamentais ao seu desenvolvimento integral e garantidas em lei (Art. 227 da CF/88), como o lazer, a convivência familiar e comunitária.

O resultado geral da pesquisa revelou que 8% dos adolescentes pesquisados são sedentários, 65% são insuficientemente ativos e 27% são ativos. A média seguida pelo desvio-padrão segue a tendência para sedentários de $(9\pm 3)\%$, para insuficientemente ativos de $(64\pm 6)\%$ e para ativos de $(26\pm 5)\%$.

Pode-se dizer que o resultado desta pesquisa apontou em torno de 26% de alunos ativos, e a alta frequência deste valor pode indicar a segurança da metodologia utilizada para as análises, em que puderam ser destacados os casos de interferência positiva ou negativa dentre as categorias analisadas.

Neste estudo, os fatores que interferiram nos níveis de atividade física foram:

- ser menino (4%) e residir no município de Rorainópolis (3%), apresentaram menores índices de sedentarismo;
- alunos que não têm internet em casa (57%);
- alunos que residem em casas onde 2 ou 3 pessoas trabalham (50%) são menos insuficientemente ativos;
- alunos do Curso de Agroindústria de todos os anos do ensino médio (32%) e somente do 2º e 3º Anos (40%);
- alunos que residem em Vicinais (32%);
- alunos que frequentam praças (36%);
- alunos que no passado já frequentaram academia (64%);
- alunos cujos pais possuem trabalhos mais ativos (33%),
- alunos que moram em casas onde 2 ou 3 pessoas trabalham (42%), cujas famílias possuam renda per capita acima de R\$ 501,00 (35%);
- alunos que residem com ambos os pais (33%) são mais ativos;
- alunos ativos têm menos tempo de TV semanal (357 minutos/semana).

Quando comparamos os níveis de acordo com gênero, idade, município, curso e área residencial, os fatores que apresentam melhores níveis de atividade física são: frequentar o Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (nos três anos), com 32% de ativos, e residir em vicinais, com 32% *versus* 14% de ativos em vilas. Na classe sedentários, os meninos foram menos sedentários (4%) que as meninas (11%), e em relação ao município em que residem, os alunos que moram em Rorainópolis apresentaram menor percentual de sentarismo (3%) em relação aos de Caracaraí (15%).

Entre os adolescentes classificados como insuficientemente ativos, a categoria dos que residem em vilas apresentou resultado mais expressivo, alcançando 76%.

É importante destacar que, no início das análises, esperávamos melhores níveis de atividade física de forma geral, devido a características peculiares da amostra, como: localização residencial, a possibilidade de deslocamentos ativos, envolvimento em atividades agrícolas e pecuárias em seus lotes de terras e também devido às peculiaridades dos cursos que esses adolescentes frequentam.

Os adolescentes considerados insuficientemente ativos, mesmo não atendendo às recomendações quanto ao nível de atividade física, estão em melhores condições físicas e de proteção contra doenças cardiovasculares quando comparados aos adolescentes sedentários.

O Instituto Federal de Roraima (IFRR), no que diz respeito ao disposto na sua missão, compromete-se em ofertar uma formação integral que contemple o desenvolvimento desses indivíduos. Nesse sentido, sugerimos que o CNP reveja seus currículos de Educação Física, aumentando a carga horária da disciplina para o mínimo de duas vezes na semana⁴⁶, e acrescentando na disciplina conteúdos que favoreçam a promoção da saúde e da qualidade de vida: cuidados com o corpo, fisiologia do exercício, a importância de uma alimentação equilibrada e da prática regular de exercícios físicos, para que optem por um estilo de vida mais ativo, cujos efeitos perdurem para a vida adulta. Também são fundamentais projetos educacionais voltados para a promoção de saúde na rotina escolar.

Para a Região Sul do estado, em especial em pequenas vilas e principais vicinais são necessárias políticas públicas destinadas à construção de espaços que tenham por objetivo a prática de atividade física, como praças, academias abertas, quadras poliesportivas, assim como projetos esportivos, culturais e de lazer, planejados em conjunto com a comunidade campesina, onde possam ser realizadas atividades que possibilitem melhores índices nos níveis de atividade física e, conseqüentemente, de saúde e qualidade de vida.

Vislumbramos que seja possível encontrarmos nas localidades campesinas profissionais de Educação Física, seja para atuar nas escolas ou em postos de saúde, compondo equipes multidisciplinares, que conheçam a realidade do campo e possam intervir junto a essa população tão negligenciada⁴⁷.

A educação escolarizada tem se apresentado como um importante fator para promover conhecimento e mudança de atitudes em indivíduos. No entanto, a escola,

⁴⁶ Mesmo que não seja suficiente para atender às recomendações da OMS, essa carga horária, poderá contribuir para mudanças na rotina desses adolescentes e favorecer uma educação para a saúde de maneira autônoma.

⁴⁷ Não apenas em nível educacional, mas também de saúde, infraestrutura, saneamento básico, esporte, lazer, recreação.

sobretudo no âmbito da educação integral, deve ofertar conteúdos que visem à formação não somente para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania, mas também para promoção de saúde, entendendo esta como um estado de bem-estar geral, conforme preceitua a OMS, e não simplesmente como a ausência de doenças.

REFERÊNCIAS

ACSM. American College of Sports Medicine. **Manual para esforço e Prescrição de Exercício**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

ADLER, Patrícia A.; ADLER, Peter. Observational Techniques. *In*: Denzin, Norman K.; Lincoln. Yvonna S. (eds), **Collecting and Interpreting Qualitative Materials**: Thousand Oaks. Sage Publications, 1998.

ALBERTO, Álvaro Adolfo Duarte. **Prevalência de inatividade física e fatores associados em adolescentes**: Um enfoque biocultural. 2014. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2014.

ARAGÃO, Camila da Silva. A Prevalência do Sobrepeso e Obesidade em Escolares da Cidade de Rio Branco-AC. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 9, n. 53, p. 170-175, 2015.

ARANTES, Rosalba Cassuci *et. al.* Processo saúde-doença e promoção da saúde: aspectos históricos e conceituais. **Revista APS**, v. 11, n. 2, p. 189-198, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. *In*: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. 2. ed. São Paulo: Editora Veras, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARROS, Fábio Conceição; SILVA, Marcelo Cozzensa da. Conhecimento sobre atividade física e fatores associados em adolescentes estudantes do ensino médio da zona rural. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 18, n. 5, p. 594-603, 2013.

BEZERRA, Juliana. Fascismo. Última atualização: 26/07/2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/fascismo/>. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

BORGES, Heloísa da Silva; GHEDIN, Evandro. **As teorias que legitimam a Educação do Campo**: Fundamentos filosóficos à Educação do Campo. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

BORGES, Heloísa da Silva; TAVARES, Maria Trindade dos S. O PRONERA como Política para a Educação do Campo. *In*: GHEDIN, Evandro (Org.). **O Vôo da Borboleta**: Interfaces entre Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos. 1. ed. Manaus: UEA Editora/ Valer, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito.

Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909, Página 6975 (Publicação Original). Disponível em: <https://goo.gl/SesBGn>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

_____. [Constituição 1937]. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União:** Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 20 out 2018.

_____. Lei nº 2.495, de 27 de maio de 1955. Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Rio Branco. **Diário Oficial da União:** Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2495.htm. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União:** Brasília – DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

_____. Lei nº 5.540, de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 28 nov. 1968.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília – DF, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

_____. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 1978, página 10233 (Publicação Original). Disponível em: <https://goo.gl/wTnoLJ>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 06/10/2014.

_____. Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, 31 jun. 1993. Disponível em: <https://goo.gl/EVdTrw>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

_____. Lei nº 8.948, 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, - Seção 1 - 9/12/1994, Página 18882 (Publicação Original). Disponível em: <https://goo.gl/6ZzW1r>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

_____. Lei nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1e d.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília – DF, 18 abr. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB 36/2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 13 mar. 2002, Seção 1, p. 11.

_____. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília. Disponível em: <https://goo.gl/izcUju>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

_____. Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília – DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9731.htm. Acesso em: 04 de novembro de 2019.

_____. Decreto nº 5.224 de 01 de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 4 out. 2004, Página 3 (Publicação Original). Disponível em: <https://goo.gl/eYYUw9>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

_____. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/MUnsaZ>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. **Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde**. Brasília: MS, 2006.

_____. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Institui o programa territórios da cidadania. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 fev. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/koEAWH>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 25 de outubro de 2018.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.366, de 06 de dezembro de 2010. Autoriza funcionamento de *Campi* dos Institutos Federais. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 8 de dezembro de 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Portaria_2010_n%C2%BA_1366_de_06_de_dezembro_DOU-08-12-2010.pdf. Acesso em: 23 de set 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed.; 1. Reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

_____. Portaria nº 993, de 07 de outubro de 2013. Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 8 out. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/zcgp7m>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

_____. Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 193, p. 1, 28 mar. 2014.

_____. Portaria nº 27 de 21 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a autorização de funcionamento das unidades que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, autorização de funcionamento da unidade do CEFET-MG e atualiza relação de câmpus integrantes da estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 22 jan. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/MR1ZpT>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

_____. A história da rede Federal. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/LeciFu>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.

_____. Expansão da Rede Federal. Publicado em 02 de Março de 2016, atualizado em 21 de Setembro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 13 de novembro de 2018.

BRITO, Lilian Messias Sampaio *et al.* Aptidão cardiorrespiratória e nível de atividade física em adolescentes de escolas de tempo integral no estado do Paraná. **Revista Adolescência e Saúde**. Rio de Janeiro. v. 14, n. 1, p. 22-28, 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASPERSEN, Carl J.; POWELL, Kenneth E.; CHRISTENSON, Gregory M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public health reports**, Rockville, v. 100, n. 2, p. 126, 1985.

CESCHINI, Fábio Luis. FIGUEIRA JUNIOR, Aylton. Prevalência de atividade física insuficiente e fatores associados em adolescentes. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, vol 16, n. 3, p. 1-21. 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHRISTÓFFOLI, Pedro Ivan. Produção Pedagógica dos Movimentos Sociais e Sindicais. *In*: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. (org.) Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

CONIF. **Livreto**: 10 Anos (2008-2018) – Institutos Federais. CONIF, 2018. Disponível em: http://portal.conif.org.br/images/LIVRETO_FINAL_v5.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

CNS – Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

_____. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

CORDEIRO, Jóctan Pimetel *et al.*. Hipertensão em Estudantes da Rede Pública de Vitória/Es: Influência do Sobrepeso e Obesidade. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, vol. 22, n. 1, p. 59-65, 2016.

COSTA, Maria Conceição Oliveira; LEÃO, Leila Sicupira Carneiro de Souza; WERUTSKY, Carlos Alberto. Obesidade. *In*: COSTA, Maria Conceição Oliveira; SOUZA, Ronand Panoncelli de. (Org.). **Adolescência**: Aspectos Clínicos e Psicossociais. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2002.

DINIZ, Tânia Maria Ramos Godói. O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. 2. ed. São Paulo: Editora Veras, 2012.

DUMITH, Samuel Carvalho *et al.* Prática de atividade física entre jovens em município do semiárido no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p. 1083-1093, 2016.

DUMITH, Samuel de Carvalho; AZEVEDO JÚNIOR, Mário Renato; ROMBALDI, Airton José. Aptidão Física Relacionada à Saúde de Alunos do Ensino Fundamental do Município de Rio Grande, RS, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 14, n. 5, p. 454-459, 2008.

EISENSTEIN, Evelyn; ESTEFENON, Susana B. Geração Digital: Riscos das Novas Tecnologias para Crianças e Adolescentes. **Revista Hospital Universitário Padre Ernesto-UERJ**, v. 10, n. 1, p. 42-52, 2011.

FALKENBERG, Mirian Benites *et al.*. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 847-852, 2014.

FARIAS JUNIOR, José Cazuzza de; LOPES, Adair da Silva. Comportamento de Risco relacionados à saúde em adolescentes. **Revista Brasileira de Ciência do Movimento**, v. 12, n. 1, p. 07-12, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

FONSECA, Rosa Maria; MOURÃO, Armina Rachel B. A Educação do Campo: Uma realidade construída historicamente. In: GHEDIN, Evandro (org.). **O Vôo da Borboleta: Interfaces entre Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos**. Manaus: Edições UEA. Ed. Valer, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2005.

GARIBALDI, Felipe *et al.*. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares de Santa Cruz do Sul: um comparativo entre zona urbana e rural. **EFDeportes [Revista Digital]**, Buenos Aires, v. 18, n. 189, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/vsmR4S>. Acesso em: 13 de novembro de 2018.

GHEDIN, Evandro. Apresentação. In: SANTOS, Miquéias Ambrósio; SILVA, Janeckley Martins (org.). **História da Educação do Campo: Os processos educativos e formativos no contexto do campo em Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

GLANER, Maria de Fátima. Aptidão física relacionada à saúde de adolescentes rurais e urbanos em relação a critérios de referência. **Revista Brasileira de Educação Física Esportiva**, v. 19, n. 1, p. 13-24, 2005.

_____. Níveis de atividade física e aptidão física relacionada à saúde em rapazes rurais e urbanos. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 76-85: 2002.

GLOSSÁRIO. Saúde Pública. Ministério Público do Paraná. 2019. Disponível em: <http://www.saude.mppr.mp.br/pagina-15.html>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete R. Pinto. Esforços físicos nos programas de educação física escolar. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 33-44, 2001.

GUEDES, Dartagnan Pinto; LOPES, Cynthia Correia; GUEDES Joana Elisabete R. Pinto. Reprodutibilidade e validade do Questionário Internacional de Atividade Física em adolescentes. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 11, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbme/v11n2/a11v11n2>. Acesso em: 13 nov. 2018.

HALLAL, Pedro C. Atividade física e saúde no Brasil. Pesquisa, vigilância e política. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30n. 12, p. 1-3, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/R3oV4o>. Acesso em: 13 nov. 2018.

_____. *et al.*. Prevalência de sedentarismo e fatores associados em adolescentes de 10-12 anos de idade. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1277-1287, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo [online]; 2010. [Citado 2017 jan. 3]. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm. Acesso em: 15 dez. 2019.

_____. **Pesquisa nacional de saúde do escolar (PeNSE)**: 2015. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 132 p.

_____. **População estimada**: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7d410669a4ae85faf4e8c3a0a0c649c7.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

IFRR – Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. 2009. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/colégio-de-dirigentes-1/legislacao/estatuto-do-ifrr>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **Plano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**. 112 fls. IFRR, *Campus* Novo Paraíso, Caracará: 2012.

_____. Histórico. 2014, modificado em 2018. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional/historico-1>. Acesso em: 26 out. 2018.

_____. Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio. 123 fls. IFRR, *Campus* Novo Paraíso, Caracará: 2015.

_____. Conselho Superior. **Resolução nº 338, de 01 de fevereiro de 2018**. Aprova a reformulação da Organização Didática do IFRR. IFRR. 2018. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2018/resolucao-n-o-338-conselho-superior>. Acesso em: 01 nov. 2019.

_____. Cursos Técnicos. 2019. Disponível em <http://amajari.ifrr.edu.br/ensino/cursos>. Acesso em: 01 nov. 2019.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 –2023). IFRR, Boa Vista: 2019. Disponível em <http://www.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2019-2023>. Acesso em: 01 nov. 2019.

_____. Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio. 132 fls. IFRR, *Campus* Novo Paraíso, Caracará: 2019.

INCRA. Informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária. INCRA, 2017.

Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 20 out. 2019.

INHELDER, Bärbel; PIAGET, Jean. **Da Lógica da Criança a Lógica do Adolescente**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. «**Evolução do IDHM e de Seus Índices Componentes no período de 2012 a 2017**» Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34682. Acesso em: 14 dez. 2019.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: Urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Natália Nunes *et al.*. Perfil sociodemográfico e níveis de atividade física em adolescentes escolares. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. Pernambuco, v. 12, n. 39, 2014.

LIPPO, Bruno Rodrigo da Silva *et al.*. Determinants of physical inactivity among urban adolescents. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 86, n. 6, p. 520-524, 2010.

LOPES, Sérgio Luiz. A escola moderna e os seus desafios: do século XVI ao XIX. *In*: LOPES, Sérgio Luiz (org.). **Diálogos e Experiências sobre a educação do campo**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017.

LUCIANO, Alexandre de P. *et al.*. Nível de Atividade Física em Adolescentes Saudáveis. Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. São Paulo, v. 22, n. 3, p. 191-194, 2016.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: Uma introdução**. Elementos para uma análise metodológica. São Paulo: EDUC, 1996.

MARINHO, Inezil Penna. **História Geral da Educação Física**. São Paulo: CIA. BRASIL EDITORA, 1980.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. 2. ed. São Paulo: Editora Veras, 2012.

MARX, Karl. **Instruções para os delegados do Conselho Central Provisório**. Avante Edições, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 29 set. 2019.

MATSUDO, Sandra M. *et al.*. Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 02-13, 2001a.

_____. Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ): Estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 05-18, 2001b.

- MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- MENEZES, Aldemir Smith; DUARTE, Maria de Fátima da Silva. Condições de vida, inatividade física e conduta sedentária de jovens nas áreas urbana e rural. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo. v. 21, n. 5, p. 338-344, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A saúde em estado de choque**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992.
- MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. In: MOLINA, Mônica Castagna. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- _____; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (org.). **Contribuições para a Construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação nacional Por uma Educação do Campo, 2004.
- MÜLLER, Werner de Andrade; SILVA, Marcelo Cozzensa da. Barreiras à prática de atividades físicas de adolescentes escolares da zona rural do sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde. Pelotas-RS**, v. 18, n. 3, p. 344-346, 2013.
- NEVES, Carlos Eduardo das *et al.*. Avaliação dos indicadores dos níveis de aptidão relacionada a saúde de alunos de 10 a 14 anos do Município de Duque de Caxias/RJ. **FIEP BULLETIN**. Rio de Janeiro-RJ, v. 83, Special Edition, 2013.
- OEHLSCHLAEGER, Maria Helena Klee *et al.*. Prevalência e fatores associados ao sedentarismo em adolescentes de área urbana. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 157-163, 2004.
- OLIVEIRA, Elialdo Rodrigues de. **A proposta curricular do curso de pedagogia da UERR da realidade multicultural de Roraima**. 2016. 262 p. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo: 2016.
- OMS – Organização Mundial de Saúde. Constitution of the World Health Organization. 1948. Disponível em: https://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2019.
- _____. **Carta de Ottawa**. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa, novembro de 1986. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.
- _____. WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. *Physical Status: the use and interpretation of anthropometry*. WHO Technical Reporte Series n. 854. Geneva: WHO, 1995. Disponível em: https://www.who.int/childgrowth/publications/physical_status/en/. Acesso em: 20 out. 2019.
- _____. **Obesidade: prevenindo e controlando a epidemia global**. Relatório OMS. Genebra. 1997. Disponível em:

file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/WHO_TRS_894.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **Promoción de la salud, Calidad de vida:** glosario. Ginebra: OMS, 1998.

Disponível em:

https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/67246/WHO_HPR_HEP_98.1_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **Global Recommendations on Physical Activity for Health.** 5–17 years old.

2011. Disponível em:

https://www.who.int/dietphysicalactivity/factsheet_young_people/en/. Acesso em: 13 nov. 2018.

_____. **Plano de ação Global para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis.** OMS, 2013. Disponível em:

https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/94384/9789241506236_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Atividade Física. **Folha Informativa n° 385.** 2014. Tradução ACTbr. Disponível em: <https://goo.gl/vGVsQ3>. Acesso em: 13 nov. 2018.

_____. **Plano de ação global para a atividade física 2018-2030.** OMS, 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272722/9789241514187-eng.pdf>.

Acesso em: 20 out. 2019.

OPAS BRASIL. Obesidade entre crianças e adolescentes aumentou dez vezes em quatro décadas, revela novo estudo do Imperial College London e da OMS. 10 out. 2017.

Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5527:obesidade-entre-criancas-e-adolescentes-aumentou-dez-vezes-em-quatro-decadas-revela-novo-estudo-do-imperial-college-london-e-da-oms&Itemid=820. Acesso em: 12 dez. 2019.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana, 2011; São Paulo: Moderna, 2011.

PALMA, Alexandre. Exercício Físico e Saúde: Sedentarismo e Doença: Epidemia, Causalidade e Moralidade. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 185-191, 2009.

PELEGRINI, Andreia, *et al.*. Estado nutricional e fatores associados em escolares domiciliados na área rural e urbana. **Revista de Nutrição**, Campinas, vol. 23, n. 5, p. 839-846, 2010.

PEREIRA, Érico Felden, *et al.*. Sono e adolescência: Quantas horas os adolescentes precisam dormir. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 64, n. 1, p. 40-44. 2015.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Epidemiologia:** teoria e prática. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro:1999.

PITANGA, Francisco José Godim. *Epidemiologia da atividade física, do exercício e da saúde*. São Paulo: Phorte, 2010.

POLITO, Marcos Doederlein. **Prescrição de exercício físico para a saúde e qualidade de vida**. São Paulo: Phorte, 2010.

RAPHAELLI, Chirle de Oliveira; AZEVEDO, Mario Renato; HALLAL, Pedro C. Associação entre comportamentos de risco à saúde de pais e adolescentes em escolares de zona rural de um município do Sul do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 2429-2440, 2011.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 20. ed. Campinas-SP: Autores Associados. Coleção Memórias da Educação, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

RORAIMA (Estado). História de Roraima. 2002. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070702215011/http://www.rr.gov.br/roraima.php?area=historia>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SALLIS, James F.; OWEN, N. **Physical activity & behavioral medicine**. London: Sage Publications, 1999.

SAMULSKI, Dietmar *et al.*. Atividade física, saúde e qualidade de vida. *In: Psicologia do esporte: conceitos e novas perspectivas*. SAMULSKI, Dietmar (org.). 2. ed. Barueri-SP: Manole, 2009.

SANT'ANNA, Suzan Brodhage; MIZUTA, Celina Midori Murassi. A Instrução Pública Primária no Brasil Imperial: 1950 a 1889. **Revista O Mosaico**. Curitiba, n. 4, p. 97-125 2010.

SANTOS, Carla Menêses *et al.*. Prevalência de fatores associados à inatividade física nos deslocamentos para escola em adolescentes. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 1419-1430, 2010.

SANTOS, Simone José dos *et al.*. Associação entre prática de atividades físicas, participação nas aulas de Educação Física e isolamento social em adolescentes. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, v. 91, n. 6, p. 543-550, 2015.

SAVIANI, Demerval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas - São Paulo, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/6ugqwA>. Acesso em: 13 nov. 2018.

_____. **História das Ideias Pedagógica no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Diego Augusto Santos *et al.*. Nível de atividade física e comportamento sedentário em escolares. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**. Florianópolis – SC, v. 11, n. 3, p. 299-306, 2009.

SILVA, Eduardo Robini da *et al.*. Caracterização de Pesquisas de teses de administração com abordagem qualitativa. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, v. 6, n. 1, p. 194-223, 2016.

SILVA, Edvaldo Pereira. **Limites e possibilidades de contribuição aos processos de integração regional, desenvolvimento local e combate às desigualdades pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2016. 325 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Leopoldo – RS: UNISINOS, 2016.

_____. **Pedagogia da Alternância**: uma proposta metodológica para a UNED Novo Paraíso. 2008. 117 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008.

SILVA, Eliezer Nunes. **A contribuição da prática pedagógica da alternância na trajetória escolar de alunos do curso técnico em agricultura no Campus Novo Paraíso/IFRR**. 2016. 106 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Boa Vista: UERR. 2016.

SILVA, Juliana da *et al.*. Níveis insuficientes de atividade física de adolescentes associados a fatores sociodemográficos, ambientais e escolares. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4277-4288, 2018.

SILVA, Kelly Samara da, *et al.*. Fatores associados à atividade física, comportamento sedentário e participação na Educação Física em estudantes do Ensino Médio em Santa Catarina, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, v. 25, n. 10, p. 2187-2200, 2009.

SILVA, Rosane C. Rosendo, MALINA Robert M. Nível de atividade física em adolescentes do município de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1091-1097, 2000.

TENÓRIO, Maria Cecília Marinho. Atividade física e comportamento sedentário em adolescentes estudantes do ensino médio. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 105-117, 2010.

UFRR. Universidade Federal de Roraima. Escola Agrotécnica (EAGRO). Cursos Oferecidos. Disponível em: <http://www.eagro.ufr.br/index.php/2014-03-10-15-46-31/cursos-oferecidos>. Acesso em: 01 nov. 2019.

VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura; MOURÃO, Arminda Raquel Botelho. Aspectos Sócio-Históricos da Educação do Campo: A participação do Movimento Social Camponês e a Especificidade Amazônica. *In*: SANTOS, Miquéias Ambrósio dos; SILVA, Janeclay Martins (org.). **História da Educação do Campo**: Os processos educativos e formativos no contexto do campo em Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

WANZELER, Felipe Saul da Costa. **Atividade física e fatores associados em adolescentes ribeirinhos da Amazônia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física). 151 p. UNB: Brasília, 2017.

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência Jomtien – 1990. Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia. 1990.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 30 nov. 2019.

WEINECK, Jürgen. **Biologia do esporte**. Tradução: Luciano Prado. Barueri, SP: Manole, 2005.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO A PARTIR DO IPAQ VERSÃO 8 – CURTA

LEIA COM ATENÇÃO: A sua participação é muito importante nesta pesquisa de mestrado, cujo título é Níveis de atividade física em adolescentes campesinos de uma escola de tempo integral do sul do estado de Roraima, tem como objetivo avaliar o nível de atividade física dos adolescentes, com idade entre 14 e 17 anos, do *Campus Novo Paraíso*. Não existem respostas certas e erradas, mas as respostas devem evidenciar a sua REALIDADE. Contamos com a sua colaboração para responder a todas as perguntas com total veracidade. Agradecemos sua participação.

- 1.1. IDADE: _____
- 1.2. SEXO: () FEMININO () MASCULINO
- 1.3. COR: () NEGRO () PARDO () BRANCO () OUTRO _____
- 1.4. CURSO: _____
- 1.5. PERÍODO: () 1º ANO () 2º ANO () 3º ANO
- 1.6. VOCÊ É: () CASADO(A) () SOLTEIRO(A) () SEPARADO(A)
() OUTROS _____
- 1.7. VOCÊ TEM FILHOS: () SIM () NÃO
- 1.8. SE SIM, QUANTOS? _____
- 1.9. MUNICÍPIO EM QUE RESIDE: _____
- 1.10. SUA RESIDÊNCIA FICA LOCALIZADA EM ÁREA: () URBANA () RURAL
- 1.11. VOCÊ MORA NA: () SEDE DO MUNICÍPIO () VILA () VICINAL
- 1.12. SE VILA OU VICINAL, QUAL? _____
- 1.13. SUA CASA É: () PRÓPRIA () ALUGADA () CEDIDA
- 1.14. VOCÊ MORA COM: () PAIS () PAI () MÃE () AVÓS () OUTROS _____
- 1.15. PREDOMINANTEMENTE, SUA CASA É DE:
() MADEIRA () ALVENARIA () BARRO
- 1.16. QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA? _____

- 1.17. NO SEU MUNICÍPIO TEM PRAÇAS: () SIM () NÃO
- 1.17.1. CASO AFIRMATIVO, QUANTAS PRAÇAS SEU MUNICÍPIO POSSUI:

- 1.17.2. QUANTAS VEZES NA SEMANA VOCÊ FREQUENTA A PRAÇA:

- 1.18. NA SUA CIDADE TEM ACADEMIA DE GINÁSTICA/MUSCULAÇÃO?
() SIM () NÃO
- 1.18.1. EM CASO AFIRMATIVO, QUANTAS: _____
- 1.18.2. VOCÊ JÁ FREQUENTOU UMA ACADEMIA? () SIM () NÃO
- 1.19. ATUALMENTE VOCÊ FREQUENTA ACADEMIA? () SIM () NÃO
- 1.19.1. SE SIM, QUANTAS VEZES NA SEMANA? _____
- 1.20. QUAL O SEU PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE DIÁRIO, EXCLUÍDO O DESLOCAMENTO COM O ÔNIBUS ESCOLAR?
() A PÉ () A CAVALO () BICICLETA () ÔNIBUS () CARRO () OUTRO

- 1.21. NO SEU PERCURSO DIÁRIO (IDA E VOLTA), QUAL O TEMPO GASTO POR DIA ENTRE SUA CASA E SUA ESCOLA NO ÔNIBUS ESCOLAR?

- 1.22. QUAL O TEMPO VOCÊ GASTA DIARIAMENTE (IDA E VOLTA) ENTRE SUA CASA E O PONTO DO ÔNIBUS ESCOLAR? _____
- 1.22.1. COMO VOCÊ REALIZA O PERCURSO ENTRE SUA CASA E O PONTO DE ÔNIBUS ESCOLAR? () A PÉ () A CAVALO () BICICLETA () ÔNIBUS () CARRO () OUTRO _____
- 1.23. PODE ME INFORMAR SE TEM TEMPO SUFICIENTE PARA REALIZAR AS ATIVIDADES ESCOLARES EM CASA? () SIM () NÃO
- 1.23.1. CASO NEGATIVO, QUAL O PRINCIPAL MOTIVO?

- 1.24. QUAL A RENDA LÍQUIDA MENSAL DA SUA FAMÍLIA, INCLUIR A RENDA DE TODOS OS MEMBROS DA FAMÍLIA: _____
- 1.25. QUAL A PRINCIPAL FONTE DE RENDA DA SUA FAMÍLIA?

- 1.26. QUANTAS PESSOAS DE SUA FAMÍLIA TRABALHAM?
() 1 PESSOA () 2 PESSOAS () 3 PESSOAS () OUTRO _____
- 1.27. VOCÊ TEM ACESSO A INTERNET EM SUA CASA: () SIM () NÃO

1.28. QUANTO TEMPO DURANTE UMA SEMANA HABITUAL, VOCÊ:

1.28.1. ASSISTE TV?

1.28.2. UTILIZA O CELULAR PARA LIGAÇÕES E JOGOS?

1.28.3. UTILIZA O CELULAR PARA REDE SOCIAIS?

1.28.4. UTILIZA O CELULAR OU COMPUTADOR PARA ESTUDAR?

1.28.5. JOGA VÍDEO GAME? _____

1.29. QUANTO TEMPO DURANTE UM FINAL DE SEMANA HABITUAL, VOCÊ:

1.29.1. ASSISTE TV? _____

1.29.2. UTILIZA O CELULAR PARA LIGAÇÕES E JOGOS? _____

1.29.3. UTILIZA O CELULAR PARA REDE SOCIAIS? _____

1.29.4. UTILIZA O CELULAR OU COMPUTADOR PARA ESTUDAR?

1.29.5. JOGA VÍDEO GAME? _____

IPAQ VERSÃO 8 CURTA COM ADAPTAÇÕES

Nós estamos interessados em saber que tipos de atividade física as pessoas fazem como parte do seu dia a dia. Suas respostas nos ajudarão a entender que tão ativos nós somos em relação a pessoas de outros países. As perguntas estão relacionadas ao tempo que você gasta fazendo atividade física na **ÚLTIMA** semana. As perguntas incluem as atividades que você faz no trabalho, para ir de um lugar a outro, por lazer, por esporte, por exercício ou como parte das suas atividades em casa ou no jardim. Suas respostas são **MUITO** importantes. Por favor responda cada questão mesmo que considere que não seja ativo. Obrigado pela sua participação.

Para responder as questões lembre-se de que:

- ✓ Atividades físicas **VIGOROSAS** são aquelas que precisam de um grande esforço físico e que fazem respirar **MUITO** mais forte que o normal
- ✓ Atividades físicas **MODERADAS** são aquelas que precisam de algum esforço físico e que fazem respirar **UM POUCO** mais forte que o normal. Para responder as perguntas pense somente nas atividades que você realiza **por pelo menos 10 minutos contínuos** de cada vez.

1a Em quantos dias da última semana você **CAMINHOU** por pelo menos 10 minutos contínuos em casa ou no trabalho, como forma de transporte para ir de um lugar para outro, por lazer, por prazer ou como forma de exercício?

dias _____ por **SEMANA** () Nenhum

1b Nos dias em que você caminhou por pelo menos 10 minutos contínuos quanto tempo no total você gastou caminhando **por dia**? horas: _____ Minutos: _____.

2a. Em quantos dias da última semana, você realizou atividades **MODERADAS** por pelo menos 10 minutos contínuos, como por exemplo pedalar leve na bicicleta, nadar, dançar, fazer ginástica aeróbica leve, jogar vôlei recreativo, carregar pesos leves, fazer serviços domésticos na casa, no quintal ou no jardim como varrer, aspirar, cuidar do jardim, ou qualquer atividade que fez aumentar **moderadamente** sua respiração ou batimentos do coração (**POR FAVOR NÃO INCLUA CAMINHADA**)

dias _____ por **SEMANA** () Nenhum

2b. Nos dias em que você fez essas atividades moderadas por pelo menos 10 minutos contínuos, quanto tempo no total você gastou fazendo essas atividades **por dia**?

horas: _____ Minutos: _____

3a Em quantos dias da última semana, você realizou atividades **VIGOROSAS** por pelo menos 10 minutos contínuos, como por exemplo correr, fazer ginástica aeróbica, jogar futebol, pedalar rápido na bicicleta, jogar basquete, fazer serviços domésticos pesados em casa, no quintal ou cavoucar no jardim, carregar pesos elevados ou qualquer atividade que fez aumentar **MUITO** sua respiração ou batimentos do coração.

dias _____ por **SEMANA** () Nenhum

3b. Nos dias em que você fez essas atividades vigorosas por pelo menos 10 minutos contínuos quanto tempo no total você gastou fazendo essas atividades **por dia**

horas: _____ Minutos: _____

Estas últimas questões são sobre o tempo que você permanece sentado todo dia, no trabalho, na escola ou faculdade, em casa e durante seu tempo livre. Isto inclui o tempo sentado estudando, sentado enquanto descansa, fazendo lição de casa visitando um amigo, lendo, sentado ou deitado assistindo TV. Não inclua o tempo gasto sentando durante o transporte em ônibus, trem, metrô ou carro.

4a. Quanto tempo no total você gasta sentado durante um **dia de semana**?

_____ horas _____ minutos

4b. Quanto tempo no total você gasta sentado em um **dia de final de semana**?

_____ horas _____ minutos

Está garantido o direito de anonimato dos respondentes.

ANEXOS

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos



CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Ilmo Sr. Diretor Geral do *Campus* Novo Paraíso Eliezer Nunes Silva

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada Níveis de atividade física em adolescentes campestres de uma escola de tempo integral do sul do estado de Roraima a ser realizada no *Campus* Novo Paraíso, pela aluna de pós-graduação Vanessa Rufino Vale Vasconcelos, sob orientação do Prof. Doutor Sérgio Luiz Lopes, com o(s) seguinte(s) objetivo(s): Avaliar o nível de atividade física dos adolescentes do *Campus* Novo Paraíso e específicos: Identificar a prevalência de inatividade física; comparar a prevalência de inatividade física: sexo, idade, município, curso, residência; e caracterizar os fatores intervenientes do sedentarismo em relação à saúde física, necessitando portanto, ter acesso aos alunos da Instituição a fim de realizar levantamento de informações a partir da aplicação de questionário e de realizar tal levantamento nas dependências do *Campus*. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos e a Resolução (CNS/MS) 510/16. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

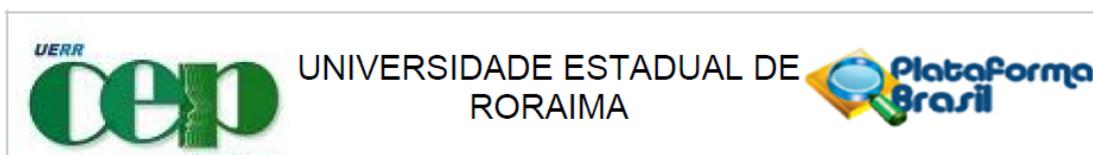
Boa Vista, 15 de Janeiro de 2019.

Prof(a). Mestranda Vanessa Rufino Vale Vasconcelos
Pesquisadora Responsável do Projeto

Concordamos com a solicitação Não concordamos com a solicitação

Eliezer Nunes Silva
Diretor Geral do *Campus* Novo Paraíso
(CARIMBO)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Níveis de atividade física em adolescentes campesinos de uma escola de tempo integral do sul do estado de Roraima

Pesquisador: VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 06299018.7.0000.5621

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.156.670

Apresentação do Projeto:

A pesquisa leva em consideração que a população do campo historicamente tem sido negligenciada quanto aos seus direitos mais básicos, esta pesquisa tem por objetivo avaliar o nível de atividade física dos adolescentes, com idade entre 14 e 17 anos, do Campus Novo Paraíso, uma escola de educação do campo, de tempo integral, da região sul do estado de Roraima. A abordagem de análise da pesquisa será do tipo quanti-qualitativa, a partir de levantamento de dados empíricos, bibliográficos e documentais, baseada no método dialético, visando a reconhecer as contradições do percurso histórico. Quanto aos procedimentos, a pesquisa consiste em um estudo de caso, bem como recorre à pesquisa bibliográfica, com uma revisão de pesquisa empírica, para conhecer os estudos sobre a prevalência de inatividade física em adolescentes, e ao levantamento histórico, por meio da revisão histórica dos temas: história de negação da educação às populações campesinas e história dos Institutos Federais, no contexto do Campus Novo Paraíso. Quanto aos objetivos da pesquisa, será adotado o modelo de pesquisa descritiva e exploratória.

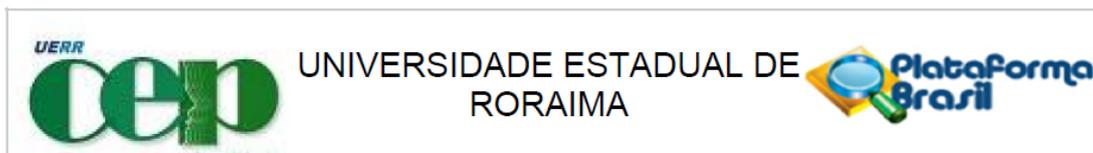
Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral da pesquisa é avaliar o nível de atividade física dos adolescentes, com idade entre 14 e 17 anos, do Campus Novo Paraíso.

Os objetivos específicos são:

- Identificar a prevalência de inatividade física dos alunos do Campus Novo Paraíso do

Endereço: Rua Sete de Setembro, 231 - Sala 201
Bairro: Canarinho **CEP:** 69.306-530
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)2121-0953 **Fax:** (95)2121-0949 **E-mail:** cep@uerr.edu.br



Continuação do Parecer: 3.156.670

ensino médio integrado;

- Comparar a prevalência de inatividade física de acordo com as variáveis: sexo, idade, município, curso, residente em área urbana ou rural;
- Caracterizar os fatores intervenientes do sedentarismo em relação à saúde física.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

Riscos mínimos de constrangimento, indisposição e cansaço físico ou mental ao responder ao questionário, mas visando reduzir tais riscos será garantido o anonimato das informações coletadas, o participante terá o direito a receber esclarecimentos quanto a pesquisa, seus procedimentos e o que mais deseje perguntar ao seu respeito, além de que ficará claro que o mesmo é livre para recusar e retirar seu consentimento, podendo encerrar sua participação a qualquer momento, sem qualquer penalidade. No entanto, esta não causará danos a sua saúde e nem irá interferir na sua integridade, conforme Resolução nº 466/2012.

Benefícios

A pesquisa contribuirá para sinalizar alternativas visando a melhoria da saúde e qualidade de vida de adolescente camponeses, além de ampliar o campo teórico para fins de produção de conhecimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é considerada relevante, pois por meio desta pesquisa, poderá ser sinalizada alternativas para a melhoria da saúde e qualidade de vida de adolescentes do campo, entendendo que esses, como sujeitos de direitos, devem ter seus direitos não somente reconhecidos, mas efetivamente garantidos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

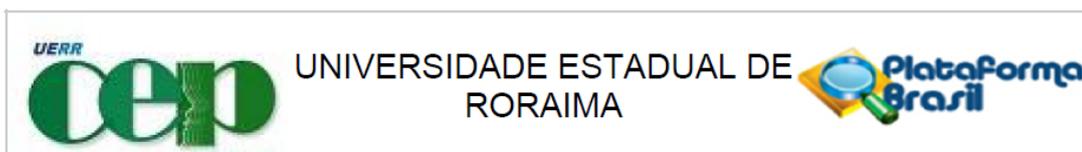
Aprovado, depois de corrigidas as pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Devido a solicitação de parecer ad referendum a coordenadora verificou o saneamento das pendências descritas no parecer consubstanciado anterior aprova o projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rua Sete de Setembro, 231 - Sala 201
Bairro: Canarinho **CEP:** 69.306-530
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)2121-0953 **Fax:** (95)2121-0949 **E-mail:** cep@uerr.edu.br



Continuação do Parecer: 3.156.670

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1276187.pdf	11/02/2019 10:58:58		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_AUTORIZATIVO.docx	11/02/2019 10:58:14	VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	11/02/2019 10:57:48	VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.docx	11/02/2019 10:54:45	VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	18/01/2019 01:34:58	VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS	Aceito
Cronograma	CRONO.docx	18/01/2019 01:34:32	VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS	Aceito
Outros	ANUENCIA.jpg	18/01/2019 01:12:20	VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CONFIDENCIALIDADE.jpg	18/01/2019 01:11:33	VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	COMPROMISSO.jpg	18/01/2019 01:10:22	VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS	Aceito
Outros	questionario.docx	23/12/2018 12:09:38	VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	23/12/2018 12:09:07	VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS	Aceito

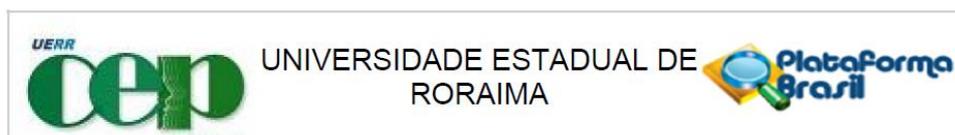
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Sete de Setembro, 231 - Sala 201
 Bairro: Canarinho CEP: 69.306-530
 UF: RR Município: BOA VISTA
 Telefone: (95)2121-0953 Fax: (95)2121-0949 E-mail: cep@uerr.edu.br



Continuação do Parecer: 3.156.670

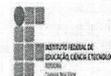
BOA VISTA, 20 de Fevereiro de 2019

Assinado por:
Márcia Teixeira Falcão
(Coordenador(a))

RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO

LEIA COM ATENÇÃO: A sua participação é muito importante nesta pesquisa de mestrado, cujo título é NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA EM ADOLESCENTES CAMPESINOS DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DO SUL DO ESTADO DE RORAIMA, tem como objetivo avaliar o nível de atividade física dos adolescentes, com idade entre 14 e 17 anos, do *Campus* Novo Paraíso. Não existem respostas certas e erradas, mas as respostas devem evidenciar a sua REALIDADE. Contamos com a sua colaboração para responder a todas as perguntas com total veracidade. Agradecemos sua participação. Está garantido o anonimato.

- 1.1. IDADE: 16
- 1.2. SEXO: () FEMININO MASCULINO
- 1.3. COR: () NEGRO PARDO () BRANCO () OUTRO _____
- 1.4. CURSO: AGROPECUARIA
- 1.5. PERÍODO: 1º ANO () 2º ANO () 3º ANO - TURMA: 412
- 1.6. VOCÊ É: () CASADO(A) SOLTEIRO(A) () SEPARADO(A) () OUTROS _____
- 1.7. VOCÊ TEM FILHOS: () SIM NÃO / SE SIM, QUANTOS? _____
- 1.8. MUNICÍPIO EM QUE RESIDE: Novo Paraíso - Coraçaral
- 1.9. SUA RESIDÊNCIA FICA LOCALIZADA EM ÁREA: URBANA () RURAL
- 1.10. VOCÊ MORA NA: () SEDE DO MUNICÍPIO VILA () VICINAL
- 1.11. SE VILA OU VICINAL, QUAL? _____
- 1.12. SUA CASA É: PRÓPRIA () ALUGADA () CEDIDA
- 1.13. VOCÊ MORA COM: () PAIS () PAI MÃE () AVÓS () OUTROS _____
- 1.14. PREDOMINANTEMENTE, SUA CASA É DE: () MADEIRA ALVENARIA () BARRO () OUTRO _____
- 1.15. QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA? 4
- 1.15.1. NA SUA LOCALIDADE TEM PRAÇAS: () SIM NÃO
- 1.15.2. CASO AFIRMATIVO, QUANTAS PRAÇAS SUA LOCALIDADE POSSUI: 0
- 1.15.3. QUANTAS VEZES NA SEMANA VOCÊ FREQUENTA A PRAÇA: 0
- 1.16. NA SUA LOCALIDADE TEM ACADEMIA DE GINÁSTICA/MUSCULAÇÃO?
 SIM () NÃO
- 1.16.1. EM CASO AFIRMATIVO, QUANTAS: 1
- 1.16.2. VOCÊ JÁ FREQUENTOU UMA ACADEMIA? SIM () NÃO / ONDE: _____
- 1.17. ATUALMENTE VOCÊ FREQUENTA ACADEMIA? () SIM NÃO
- 1.17.1. SE SIM, QUANTAS VEZES NA SEMANA? 0

- 1.18. QUAL O SEU PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE DIÁRIO, EXCLUÍDO O DESLOCAMENTO COM O ÔNIBUS ESCOLAR?
 () A PÉ () A CAVALO () BICICLETA () ÔNIBUS () CARRO () OUTRO moto
- 1.19. NO SEU PERCURSO DIÁRIO (IDA E VOLTA), QUAL O TEMPO GASTO POR DIA ENTRE SUA CASA E SUA ESCOLA NO ÔNIBUS ESCOLAR? 30 minutos
- 1.20. QUAL O TEMPO QUE VOCÊ GASTA DIARIAMENTE (IDA E VOLTA) ENTRE SUA CASA E O PONTO DO ÔNIBUS ESCOLAR? 2 minutos
- 1.20.1. COMO VOCÊ REALIZA O PERCURSO ENTRE SUA CASA E O PONTO DE ÔNIBUS ESCOLAR? A PÉ () A CAVALO () BICICLETA () ÔNIBUS () CARRO () OUTRO _____
- 1.21. PODE ME INFORMAR SE TEM TEMPO SUFICIENTE PARA REALIZAR AS ATIVIDADES ESCOLARES EM CASA? SIM () NÃO
- 1.21.1. CASO NEGATIVO, QUAL O PRINCIPAL MOTIVO? _____
- 1.22. QUAL A RENDA MENSAL DA SUA FAMÍLIA, INCLUIR A RENDA DE TODOS OS MEMBROS DA FAMÍLIA: 2.000 R\$
- 1.23. QUAL A PRINCIPAL FONTE DE RENDA DA SUA FAMÍLIA? mae brasileira quin
- 1.24. QUANTAS PESSOAS DE SUA FAMÍLIA TRABALHAM? 2 pessoas PESSOAS
- 1.25. VOCÊ TEM ACESSO A INTERNET EM SUA CASA: SIM () NÃO
- 1.26. QUANTO TEMPO DURANTE UMA SEMANA HABITUAL, VOCÊ:
- 1.26.1. ASSISTE TV? 15 horas
- 1.26.2. UTILIZA O CELULAR PARA LIGAÇÕES E JOGOS? 15 horas
- 1.26.3. UTILIZA O CELULAR PARA REDE SOCIAIS? 0 horas
- 1.26.4. UTILIZA O CELULAR OU COMPUTADOR PARA ESTUDAR? 5 horas
- 1.26.5. JOGA VÍDEO GAME? 0 horas
- 1.27. QUANTO TEMPO DURANTE UM FINAL DE SEMANA HABITUAL, VOCÊ:
- 1.27.1. ASSISTE TV? 10 horas
- 1.27.2. UTILIZA O CELULAR PARA LIGAÇÕES E JOGOS? 20 horas
- 1.27.3. UTILIZA O CELULAR PARA REDE SOCIAIS? 0 horas
- 1.27.4. UTILIZA O CELULAR OU COMPUTADOR PARA ESTUDAR? 2 horas
- 1.27.5. JOGA VÍDEO GAME? 0 horas

IPAQ VERSÃO 8 CURTA COM ADAPTAÇÕES

Estamos interessados em saber que tipos de atividade física as pessoas fazem como parte do seu dia a dia. As perguntas a seguir estão relacionadas ao tempo que você gasta fazendo atividade física na **ÚLTIMA** semana. As perguntas incluem as atividades que você faz no trabalho, para ir de um lugar a outro, por lazer, por esporte, por exercício ou como parte das suas atividades em casa ou no jardim e até mesmo durante as aulas. Suas respostas são MUITO importantes. Por favor responda cada questão mesmo que considere que não seja ativo. Obrigado pela sua participação. Para responder as questões lembre-se que:

- ✓ Atividades físicas **VIGOROSAS** são aquelas que precisam de um grande esforço físico e que fazem respirar **MUITO** mais forte que o normal.
- ✓ Atividades físicas **MODERADAS** são aquelas que precisam de algum esforço físico e que fazem respirar **UM POUCO** mais forte que o normal.
- ✓ Para responder as perguntas pense somente nas atividades que você realiza **por pelo menos 10 minutos contínuos** de cada vez.

1a Em quantos dias da última semana você **CAMINHOU** por pelo menos 10 minutos contínuos em casa ou no trabalho, como forma de transporte para ir de um lugar para outro, por lazer, por prazer ou como forma de exercício? dias por SEMANA Nenhum

1b Nos dias em que você caminhou por pelo menos 10 minutos contínuos quanto tempo no total você gastou caminhando **por dia**? horas: Minutos:

2a. Em quantos dias da última semana, você realizou atividades **MODERADAS** por pelo menos 10 minutos contínuos, como por exemplo pedalar leve na bicicleta, nadar, dançar, fazer ginástica aeróbica leve, jogar vôlei recreativo, carregar pesos leves, fazer serviços domésticos na casa, no quintal ou no jardim como varrer, aspirar, cuidar do jardim, ou qualquer atividade que fez aumentar **moderadamente** sua respiração ou batimentos do coração (**POR FAVOR NÃO INCLUA CAMINHADA**) dias por SEMANA Nenhum

2b. Nos dias em que você fez essas atividades moderadas por pelo menos 10 minutos contínuos, quanto tempo no total você gastou fazendo essas atividades **por dia**? horas: Minutos:

3a Em quantos dias da última semana, você realizou atividades **VIGOROSAS** por pelo menos 10 minutos contínuos, como por exemplo correr, fazer ginástica aeróbica, jogar futebol, pedalar rápido na bicicleta, jogar basquete, fazer serviços domésticos pesados em casa, no quintal ou cavoucar no jardim, carregar pesos elevados ou qualquer atividade que fez aumentar **MUITO** sua respiração ou batimentos do coração. dias por SEMANA Nenhum

3b. Nos dias em que você fez essas atividades vigorosas por pelo menos 10 minutos contínuos quanto tempo no total você gastou fazendo essas atividades **por dia** horas: minutos:

Estas últimas questões são sobre o tempo que você permanece sentado todo dia, no trabalho, na escola ou faculdade, em casa e durante seu tempo livre. Isto inclui o tempo sentado estudando, sentado enquanto descansa, fazendo lição de casa visitando um amigo, lendo, sentado ou deitado assistindo TV. Não inclua o tempo gasto sentado durante o transporte em ônibus, trem, metrô ou carro.

4a. Quanto tempo no total você gasta sentado durante um **dia de semana**? horas minutos

4b. Quanto tempo no total você gasta sentado em um **dia de final de semana**? horas min

5. Acrescente aqui algo mais sobre sua rotina ou sobre o tema, caso deseje: _____

Está garantido o direito de anonimato dos respondentes.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO

LEIA COM ATENÇÃO: A sua participação é muito importante nesta pesquisa de mestrado, cujo título é NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA EM ADOLESCENTES CAMPESINOS DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DO SUL DO ESTADO DE RORAIMA, tem como objetivo avaliar o nível de atividade física dos adolescentes, com idade entre 14 e 17 anos, do *Campus* Novo Paraíso. Não existem respostas certas e erradas, mas as respostas devem evidenciar a sua REALIDADE. Contamos com a sua colaboração para responder a todas as perguntas com total veracidade. Agradecemos sua participação. Está garantido o anonimato.

- 1.1. IDADE: 16 Anos
- 1.2. SEXO: () FEMININO (X) MASCULINO
- 1.3. COR: () NEGRO (X) PARDO () BRANCO () OUTRO _____
- 1.4. CURSO: agropecuária
- 1.5. PERÍODO: (X) 1º ANO () 2º ANO () 3º ANO - TURMA: 412
- 1.6. VOCÊ É: () CASADO(A) (X) SOLTEIRO(A) () SEPARADO(A) () OUTROS _____
- 1.7. VOCÊ TEM FILHOS: () SIM (X) NÃO / SE SIM, QUANTOS? _____
- 1.8. MUNICÍPIO EM QUE RESIDE: Caiacaré
- 1.9. SUA RESIDÊNCIA FICA LOCALIZADA EM ÁREA: () URBANA (X) RURAL
- 1.10. VOCÊ MORA NA: () SEDE DO MUNICÍPIO () VILA () VICINAL
- 1.11. SE VILA OU VICINAL, QUAL? vicinal 13452 KM 30 (BR)
- 1.12. SUA CASA É: (X) PRÓPRIA () ALUGADA () CEDIDA
- 1.13. VOCÊ MORA COM: (X) PAIS () PAI () MÃE () AVÓS () OUTROS _____
- 1.14. PREDOMINANTEMENTE, SUA CASA É DE: () MADEIRA (X) ALVENARIA () BARRO () OUTRO _____
- 1.15. QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA? 9 pessoas
- 1.15.1. NA SUA LOCALIDADE TEM PRAÇAS: () SIM (X) NÃO
- 1.15.2. CASO AFIRMATIVO, QUANTAS PRAÇAS SUA LOCALIDADE POSSUI: _____
- 1.15.3. QUANTAS VEZES NA SEMANA VOCÊ FREQUENTA A PRAÇA: _____
- 1.16. NA SUA LOCALIDADE TEM ACADEMIA DE GINÁSTICA/MUSCULAÇÃO?
() SIM (X) NÃO
- 1.16.1. EM CASO AFIRMATIVO, QUANTAS: _____
- 1.16.2. VOCÊ JÁ FREQUENTOU UMA ACADEMIA? () SIM (X) NÃO / ONDE: _____
- 1.17. ATUALMENTE VOCÊ FREQUENTA ACADEMIA? () SIM (X) NÃO
- 1.17.1. SE SIM, QUANTAS VEZES NA SEMANA? _____

- 1.18. QUAL O SEU PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE DIÁRIO, EXCLUÍDO O DESLOCAMENTO COM O ÔNIBUS ESCOLAR?
 () A PÉ () A CAVALO () BICICLETA () ÔNIBUS () CARRO (X) OUTRO Moto
- 1.19. NO SEU PERCURSO DIÁRIO (IDA E VOLTA), QUAL O TEMPO GASTO POR DIA ENTRE SUA CASA E SUA ESCOLA NO ÔNIBUS ESCOLAR? 1.30 (3.00)
- 1.20. QUAL O TEMPO QUE VOCÊ GASTA DIARIAMENTE (IDA E VOLTA) ENTRE SUA CASA E O PONTO DO ÔNIBUS ESCOLAR? 1.30 + 8 min (3.00)
- 1.20.1. COMO VOCÊ REALIZA O PERCURSO ENTRE SUA CASA E O PONTO DE ÔNIBUS ESCOLAR? () A PÉ () A CAVALO () BICICLETA () ÔNIBUS () CARRO () OUTRO Moto
- 1.21. PODE ME INFORMAR SE TEM TEMPO SUFICIENTE PARA REALIZAR AS ATIVIDADES ESCOLARES EM CASA? (X) SIM () NÃO
- 1.21.1. CASO NEGATIVO, QUAL O PRINCIPAL MOTIVO? _____
- 1.22. QUAL A RENDA MENSAL DA SUA FAMÍLIA, INCLUIR A RENDA DE TODOS OS MEMBROS DA FAMÍLIA: 989
- 1.23. QUAL A PRINCIPAL FONTE DE RENDA DA SUA FAMÍLIA? Aposentadoria
- 1.24. QUANTAS PESSOAS DE SUA FAMÍLIA TRABALHAM? _____ PESSOAS
- 1.25. VOCÊ TEM ACESSO A INTERNET EM SUA CASA: (X) SIM () NÃO
- 1.26. QUANTO TEMPO DURANTE UMA SEMANA HABITUAL, VOCÊ:
- 1.26.1. ASSISTE TV? 2 Horas
- 1.26.2. UTILIZA O CELULAR PARA LIGAÇÕES E JOGOS? 6 Horas
- 1.26.3. UTILIZA O CELULAR PARA REDE SOCIAIS? 8 Horas
- 1.26.4. UTILIZA O CELULAR OU COMPUTADOR PARA ESTUDAR? 3 Horas
- 1.26.5. JOGA VÍDEO GAME? 2 Horas
- 1.27. QUANTO TEMPO DURANTE UM FINAL DE SEMANA HABITUAL, VOCÊ:
- 1.27.1. ASSISTE TV? 2 Horas
- 1.27.2. UTILIZA O CELULAR PARA LIGAÇÕES E JOGOS? 6 Horas
- 1.27.3. UTILIZA O CELULAR PARA REDE SOCIAIS? 8 Horas
- 1.27.4. UTILIZA O CELULAR OU COMPUTADOR PARA ESTUDAR? 3 Horas
- 1.27.5. JOGA VÍDEO GAME? 2 Horas

IPAQ VERSÃO 8 CURTA COM ADAPTAÇÕES

Estamos interessados em saber que tipos de atividade física as pessoas fazem como parte do seu dia a dia. As perguntas a seguir estão relacionadas ao tempo que você gasta fazendo atividade física na **ÚLTIMA** semana. As perguntas incluem as atividades que você faz no trabalho, para ir de um lugar a outro, por lazer, por esporte, por exercício ou como parte das suas atividades em casa ou no jardim e até mesmo durante as aulas. Suas respostas são MUITO importantes. Por favor responda cada questão mesmo que considere que não seja ativo. Obrigado pela sua participação.

Para responder as questões lembre-se que:

- ✓ Atividades físicas **VIGOROSAS** são aquelas que precisam de um grande esforço físico e que fazem respirar **MUITO** mais forte que o normal.
- ✓ Atividades físicas **MODERADAS** são aquelas que precisam de algum esforço físico e que fazem respirar **UM POUCO** mais forte que o normal.
- ✓ Para responder as perguntas pense somente nas atividades que você realiza **por pelo menos 10 minutos contínuos** de cada vez.

1a Em quantos dias da última semana você **CAMINHOU** por pelo menos 10 minutos contínuos em casa ou no trabalho, como forma de transporte para ir de um lugar para outro, por lazer, por prazer ou como forma de exercício? dias 1 por SEMANA () Nenhum

1b Nos dias em que você caminhou por pelo menos 10 minutos contínuos quanto tempo no total você gastou caminhando **por dia**? horas: 1 Minutos: 5

2a. Em quantos dias da última semana, você realizou atividades **MODERADAS** por pelo menos 10 minutos contínuos, como por exemplo pedalar leve na bicicleta, nadar, dançar, fazer ginástica aeróbica leve, jogar vôlei recreativo, carregar pesos leves, fazer serviços domésticos na casa, no quintal ou no jardim como varrer, aspirar, cuidar do jardim, ou qualquer atividade que fez aumentar **moderadamente** sua respiração ou batimentos do coração (**POR FAVOR NÃO INCLUA CAMINHADA**) dias 2 por SEMANA () Nenhum

2b. Nos dias em que você fez essas atividades moderadas por pelo menos 10 minutos contínuos, quanto tempo no total você gastou fazendo essas atividades **por dia**? horas: 1 Minutos: 20

3a Em quantos dias da última semana, você realizou atividades **VIGOROSAS** por pelo menos 10 minutos contínuos, como por exemplo correr, fazer ginástica aeróbica, jogar futebol, pedalar rápido na bicicleta, jogar basquete, fazer serviços domésticos pesados em casa, no quintal ou cavoucar no jardim, carregar pesos elevados ou qualquer atividade que fez aumentar **MUITO** sua respiração ou batimentos do coração. dias 1 por SEMANA () Nenhum

3b. Nos dias em que você fez essas atividades vigorosas por pelo menos 10 minutos contínuos quanto tempo no total você gastou fazendo essas atividades **por dia** horas: 1 minutos: 20

Estas últimas questões são sobre o tempo que você permanece sentado todo dia, no trabalho, na escola ou faculdade, em casa e durante seu tempo livre. Isto inclui o tempo sentado estudando, sentado enquanto descansa, fazendo lição de casa visitando um amigo, lendo, sentado ou deitado assistindo TV. Não inclua o tempo gasto sentado durante o transporte em ônibus, trem, metrô ou carro.

4a. Quanto tempo no total você gasta sentado durante um **dia de semana**? 06 horas 15 minutos

4b. Quanto tempo no total você gasta sentado em um **dia de final de semana**? 3 horas 5 min

5. Acrescente aqui algo mais sobre sua rotina ou sobre o tema, caso deseje: _____

Está garantido o direito de anonimato dos respondentes.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO



QUESTIONÁRIO

LEIA COM ATENÇÃO: A sua participação é muito importante nesta pesquisa de mestrado, cujo título é NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA EM ADOLESCENTES CAMPESINOS DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DO SUL DO ESTADO DE RORAIMA, tem como objetivo avaliar o nível de atividade física dos adolescentes, com idade entre 14 e 17 anos, do *Campus* Novo Paraíso. Não existem respostas certas e erradas, mas as respostas devem evidenciar a sua REALIDADE. Contamos com a sua colaboração para responder a todas as perguntas com total veracidade. Agradecemos sua participação. Está garantido o anonimato.

- 1.1. IDADE: 17
- 1.2. SEXO: () FEMININO (X) MASCULINO
- 1.3. COR: () NEGRO (X) PARDO () BRANCO () OUTRO _____
- 1.4. CURSO: Agronomia
- 1.5. PERÍODO: () 1º ANO () 2º ANO (X) 3º ANO - TURMA: 851
- 1.6. VOCÊ É: () CASADO(A) (X) SOLTEIRO(A) () SEPARADO(A) () OUTROS _____
- 1.7. VOCÊ TEM FILHOS: () SIM (X) NÃO / SE SIM, QUANTOS? _____
- 1.8. MUNICÍPIO EM QUE RESIDE: Roraima
- 1.9. SUA RESIDÊNCIA FICA LOCALIZADA EM ÁREA: () URBANA (X) RURAL
- 1.10. VOCÊ MORA NA: () SEDE DO MUNICÍPIO (X) VILA () VICINAL
- 1.11. SE VILA OU VICINAL, QUAL? Vila Bororoma Km-61
- 1.12. SUA CASA É: (X) PRÓPRIA () ALUGADA () CEDIDA
- 1.13. VOCÊ MORA COM: (X) PAIS () PAI () MÃE () AVÓS () OUTROS _____
- 1.14. PREDOMINANTEMENTE, SUA CASA É DE: (X) MADEIRA () ALVENARIA () BARRO () OUTRO _____
- 1.15. QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA? 6 pessoas
- 1.15.1. NA SUA LOCALIDADE TEM PRAÇAS: () SIM (X) NÃO
- 1.15.2. CASO AFIRMATIVO, QUANTAS PRAÇAS SUA LOCALIDADE POSSUI: não tem
- 1.15.3. QUANTAS VEZES NA SEMANA VOCÊ FREQUENTA A PRAÇA: nenhuma
- 1.16. NA SUA LOCALIDADE TEM ACADEMIA DE GINÁSTICA/MUSCULAÇÃO?
() SIM (X) NÃO
- 1.16.1. EM CASO AFIRMATIVO, QUANTAS: não tem
- 1.16.2. VOCÊ JÁ FREQUENTOU UMA ACADEMIA? () SIM (X) NÃO / ONDE: _____
- 1.17. ATUALMENTE VOCÊ FREQUENTA ACADEMIA? () SIM (X) NÃO
- 1.17.1. SE SIM, QUANTAS VEZES NA SEMANA? nenhuma

- 1.18. QUAL O SEU PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE DIÁRIO, EXCLUÍDO O DESLOCAMENTO COM O ÔNIBUS ESCOLAR?
 A PÉ () A CAVALO () BICICLETA () ÔNIBUS () CARRO () OUTRO _____
- 1.19. NO SEU PERCURSO DIÁRIO (IDA E VOLTA), QUAL O TEMPO GASTO POR DIA ENTRE SUA CASA E SUA ESCOLA NO ÔNIBUS ESCOLAR? 3 horas
- 1.20. QUAL O TEMPO QUE VOCÊ GASTA DIARIAMENTE (IDA E VOLTA) ENTRE SUA CASA E O PONTO DO ÔNIBUS ESCOLAR? 2 minutos
- 1.20.1. COMO VOCÊ REALIZA O PERCURSO ENTRE SUA CASA E O PONTO DE ÔNIBUS ESCOLAR? A PÉ () A CAVALO () BICICLETA () ÔNIBUS () CARRO () OUTRO _____
- 1.21. PODE ME INFORMAR SE TEM TEMPO SUFICIENTE PARA REALIZAR AS ATIVIDADES ESCOLARES EM CASA? SIM () NÃO
- 1.21.1. CASO NEGATIVO, QUAL O PRINCIPAL MOTIVO? nenhum
- 1.22. QUAL A RENDA MENSAL DA SUA FAMÍLIA, INCLUIR A RENDA DE TODOS OS MEMBROS DA FAMÍLIA: \$ 26,00
- 1.23. QUAL A PRINCIPAL FONTE DE RENDA DA SUA FAMÍLIA? Bolsa família
- 1.24. QUANTAS PESSOAS DE SUA FAMÍLIA TRABALHAM? nenhum PESSOAS
- 1.25. VOCÊ TEM ACESSO A INTERNET EM SUA CASA: SIM () NÃO
- 1.26. QUANTO TEMPO DURANTE UMA SEMANA HABITUAL, VOCÊ:
- 1.26.1. ASSISTE TV? 5 horas
- 1.26.2. UTILIZA O CELULAR PARA LIGAÇÕES E JOGOS? 15 horas
- 1.26.3. UTILIZA O CELULAR PARA REDE SOCIAIS? 12 horas
- 1.26.4. UTILIZA O CELULAR OU COMPUTADOR PARA ESTUDAR? 13 horas
- 1.26.5. JOGA VÍDEO GAME? 0,0 horas
- 1.27. QUANTO TEMPO DURANTE UM FINAL DE SEMANA HABITUAL, VOCÊ:
- 1.27.1. ASSISTE TV? 2 horas
- 1.27.2. UTILIZA O CELULAR PARA LIGAÇÕES E JOGOS? 8 horas
- 1.27.3. UTILIZA O CELULAR PARA REDE SOCIAIS? 7 horas
- 1.27.4. UTILIZA O CELULAR OU COMPUTADOR PARA ESTUDAR? 3 horas
- 1.27.5. JOGA VÍDEO GAME? 0,0 hora

IPAQ VERSÃO 8 CURTA COM ADAPTAÇÕES

Estamos interessados em saber que tipos de atividade física as pessoas fazem como parte do seu dia a dia. As perguntas a seguir estão relacionadas ao tempo que você gasta fazendo atividade física na **ÚLTIMA** semana. As perguntas incluem as atividades que você faz no trabalho, para ir de um lugar a outro, por lazer, por esporte, por exercício ou como parte das suas atividades em casa ou no jardim e até mesmo durante as aulas. Suas respostas são MUITO importantes. Por favor responda cada questão mesmo que considere que não seja ativo. Obrigado pela sua participação. Para responder as questões lembre-se que:

- ✓ Atividades físicas **VIGOROSAS** são aquelas que precisam de um grande esforço físico e que fazem respirar **MUITO** mais forte que o normal.
- ✓ Atividades físicas **MODERADAS** são aquelas que precisam de algum esforço físico e que fazem respirar **UM POUCO** mais forte que o normal.
- ✓ Para responder as perguntas pense somente nas atividades que você realiza **por pelo menos 10 minutos contínuos** de cada vez.

1a Em quantos dias da última semana você **CAMINHOU** por pelo menos 10 minutos contínuos em casa ou no trabalho, como forma de transporte para ir de um lugar para outro, por lazer, por prazer ou como forma de exercício? dias 7 por SEMANA () Nenhum

1b Nos dias em que você caminhou por pelo menos 10 minutos contínuos quanto tempo no total você gastou caminhando **por dia**? horas: 01 Minutos: 00

2a. Em quantos dias da última semana, você realizou atividades **MODERADAS** por pelo menos 10 minutos contínuos, como por exemplo pedalar leve na bicicleta, nadar, dançar, fazer ginástica aeróbica leve, jogar vôlei recreativo, carregar pesos leves, fazer serviços domésticos na casa, no quintal ou no jardim como varrer, aspirar, cuidar do jardim, ou qualquer atividade que fez aumentar **moderadamente** sua respiração ou batimentos do coração (**POR FAVOR NÃO INCLUA CAMINHADA**) dias 5 por SEMANA () Nenhum

2b. Nos dias em que você fez essas atividades moderadas por pelo menos 10 minutos contínuos, quanto tempo no total você gastou fazendo essas atividades **por dia**? horas: 2 Minutos: 00

3a Em quantos dias da última semana, você realizou atividades **VIGOROSAS** por pelo menos 10 minutos contínuos, como por exemplo correr, fazer ginástica aeróbica, jogar futebol, pedalar rápido na bicicleta, jogar basquete, fazer serviços domésticos pesados em casa, no quintal ou cavoucar no jardim, carregar pesos elevados ou qualquer atividade que fez aumentar **MUITO** sua respiração ou batimentos do coração. dias 3 por SEMANA () Nenhum

3b. Nos dias em que você fez essas atividades vigorosas por pelo menos 10 minutos contínuos quanto tempo no total você gastou fazendo essas atividades **por dia** horas: 2 minutos: 30

Estas últimas questões são sobre o tempo que você permanece sentado todo dia, no trabalho, na escola ou faculdade, em casa e durante seu tempo livre. Isto inclui o tempo sentado estudando, sentado enquanto descansa, fazendo lição de casa visitando um amigo, lendo, sentado ou deitado assistindo TV. Não inclua o tempo gasto sentando durante o transporte em ônibus, trem, metrô ou carro.

4a. Quanto tempo no total você gasta sentado durante um **dia de semana**? 9 horas 00 minutos

4b. Quanto tempo no total você gasta sentado em um **dia de final de semana**? 4 horas 00 min

5. Acrescente aqui algo mais sobre sua rotina ou sobre o tema, caso deseje: _____

Jogos Mandibol. de Segunda-feira e terça-feira.

Está garantido o direito de anonimato dos respondentes.